



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA: TRANSFORMAÇÕES RECENTES

Felipe Caboclo Colantonio

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Regional e Urbana, sob a orientação do Prof. Dr. Wilson Cano.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por **Felipe Caboclo Colantonio** em 04/02/2009 e orientado pelo Prof. Dr. Wilson Cano.*

CPG, 04/02/2009

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "FC", written over a horizontal line.

Campinas, 2009

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

C67r	<p>Colantonio, Felipe Caboclo. Região metropolitana da Baixada Santista: transformações recentes / Felipe Caboclo Colantonio. -- Campinas, SP: [s.n.], 2009.</p> <p>Orientador : Wilson Cano. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Santos (SP) Porto. 2. Cubatão (SP) – Industrias. 3. Santos (SP) – Tu- rismo. 4. Baixada Santista (SP) – Urbanização. I. Cano, Wilson. II. Universida- de Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p>09-010-BIE</p>
------	---

Título em Inglês: Metropolitan region of Baixada Santista: late transformations

Keywords: Seaport of Santos ; Cubatão (SP) – Industries ; Santos (SP) – Turismo ; Baixada Santista (SP) - Urbanization

Area de Concentração : Economia Regional e Urbana

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Economico

Banca examinadora: Prof. Dr. Wilson Cano

Prof. Dr. Claudio Schuller Maciel

Prof. Dr. Claudio Cesar de Paiva

Data da defesa: 04-02-2009

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Economico

Dissertação de Mestrado

Aluno: FELIPE CABOCLO COLANTONIO

**"Região Metropolitana da Baixada Santista:
Transformações recentes"**

Defendida em 04 / 02 / 2009

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. WILSON CANO
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. CLAUDIO SCHÜLLER MACIEL
IE / UNICAMP



Prof. Dr. CLAUDIO CESAR DE PAIVA
UNESP/Araraquara

Resumo

Este trabalho tem por objetivo averiguar as transformações socioeconômicas ocorridas na região da Baixada Santista, principalmente a partir da década de 70. Partindo da premissa que os municípios da região não se caracterizam por uma dinâmica metropolitana, mas sim por uma área nuclear com uma diversidade de atividades econômicas e outras duas regiões que são vetores de expansão demográficos e econômicos pautados nas atividades relacionadas ao lazer balneário.

O estudo mostra do ponto de vista econômico que até o início da década atual a região apresentou um período de forte retração do número de postos de trabalho e da grande redução dos investimentos devido aos problemas ambientais no pólo industrial de Cubatão e à reestruturação do papel do Estado brasileiro a partir de 1990, impactaram fortemente sobre o poder indutor do complexo portuário e do pólo industrial de Cubatão na região. Do ponto de vista demográfico, intensificou-se sua descentralização com o processo de periferação as camadas sociais de menor poder aquisitivo e do aumento das atividades de lazer balneário nos municípios mais afastados (Bertioga, Praia Grande, Mongaguá etc).

Recentemente, a retomada do crescimento econômico no país em 2004 e o início das atividades de prospecção da Petrobrás geraram um aumento substancial do emprego e investimentos na região. Contudo, a atual crise mundial torna uma incógnita os diversos projetos de investimento que estavam sendo prometidos para a região.

Abstract

This job aims to understand the economic and social transformations of the Baixada Santista, especially since 1970. The hypothesis of this work is that the dynamic of its cities do not behave as a metropolitan one, but as a nuclear area with a diversity of economic activities and another two sub regions that their demographic and economic dynamics depends only on coast tourism activities.

The study shows, from the economic aspect, that until the beginning of this decade the region had increased the unemployment and had a great decline in the investments due to the environmental problems and the restructure of the Brazilian Public Sector since 1990. These issues have weakened the induction power that the seaport facilities and the industrial valley of Cubatão had once in the region. From the demographic perspective, its decentralization enhanced due both to the suburb process of the of the social of lower power of purchase and the increase of the coast tourism economic activities of the most remote cities (Bertioga, Praia Grande, Mongaguá etc).

Recently, the regain of the economic growth of the country in 2004 and the beginning of the oil extraction of Petrobras cause a considerable increase in the employment and investment in the region. Although, the actual word economic crises turns into doubt the several productive investment projects that are been promised for the region.

Sumário

Introdução.....	1
Características Físicas da Baixada Santista.....	8
Cap. 1 - Evolução histórica da Baixada Santista: conformação da dinâmica socioeconômica da Baixada Santista até 1970	11
1. Ocupação inicial e ligações com o Planalto	11
2. O Complexo Cafeeiro e a região até 1930.....	12
Demografia e Urbanização	15
3. Industrialização e principais transformações da região	16
a. Período de Industrialização Restringida: 1930 a 1950.....	16
Demografia e Urbanização	17
Aspectos Econômicos.....	22
b. Pólo Industrial, acessibilidade e ascensão da classe média: novos vetores de dinamismo. 1950 a 1970.....	24
Demografia e Urbanização	26
Mercado de Trabalho.....	31
Aspectos Econômicos.....	33
Pólo Industrial de Cubatão.....	35
Atividades Portuárias.....	37
Cap. 2 - Consolidação, auge e declínio da dinâmica socioeconômica regional: 1970 a 1990	39
a. Aspectos Econômicos	39
A Economia Paulista: transformações e Articulações da rede urbana	40
Setor Industrial	47
Pólo Industrial de Cubatão.....	49
Setor Terciário	51

Atividades Portuárias.....	53
b. Aspectos Econômicos da Baixada Santista	44
c. Demografia, urbanização e mercado de trabalho.....	56
Urbanização.....	61
Urbanização e Turismo Balneário	61
Rede Urbana	65
Capítulo 3 – As mudanças do Estado brasileiro: depressão econômica e incertezas sobre novas atividades indutoras na RMBS	69
a. Aspectos Econômicos	69
b. Aspectos Econômicos da Baixada Santista	72
Setor Industrial	74
Pólo Industrial de Cubatão.....	77
Setor Terciário	80
Atividades Portuárias.....	83
c. Demografia, urbanização e mercado de trabalho.....	87
Urbanização e Turismo Balneário	91
Rede Urbana	94
Considerações Finais e Perspectivas.....	101
Perspectivas	103
Bibliografia	109
Sites Consultados.....	112
Anexos	113

Introdução:

O objetivo desta dissertação é compreender as transformações socioeconômicas da Baixada Santista a partir da consolidação de suas atividades econômicas principais: complexo portuário, pólo industrial petroquímico e siderúrgico e atividades relacionadas ao veraneio. A análise focará o período de 1970 até os dias atuais, quando estes setores, fortemente articulados à dinâmica socioeconômica atual, consolidam uma determinada dinâmica demográfica e econômica.

Importante aglomeração urbana, recém constituída legalmente enquanto região metropolitana, a hipótese averiguada sobre a Baixada Santista nesta dissertação é sua especificidade de que se trata de uma aglomeração longitudinal composta de três regiões com dinâmicas socioeconômicas diferenciadas: o litoral sul (veraneio de pessoas de menor poder aquisitivo), o núcleo urbano com diversificação de atividades (complexo portuário, industrial, comércio atacadista) e o litoral norte (veraneio para população de maior poder aquisitivo).

Conforme dados do Censo de 2000, a Região Metropolitana da Baixada Santista, aglomeração urbana complexa, tinha aproximadamente 1,5 milhão de pessoas distribuídas em nove municípios¹ fortemente conurbados, e representava aproximadamente 3,5% da população do Estado de São Paulo. Sua população é marcadamente urbana (99,6%), vivendo na sua maior parte em municípios com mais de 100 mil habitantes (87,2%).

Possui algumas especificidades geográficas que a distinguem do restante do Estado, das quais merece destaque seu centro localizado a menos de 60 km da metrópole da capital e em estreita faixa da planície localizada entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar. Boa parte de seu território é constituído de áreas de preservação da Mata Atlântica. Estas e outras peculiaridades moldaram de forma decisiva tanto o padrão de ocupação quanto a dinâmica sócio-econômica da região.

Sua dinâmica regional está fortemente atrelada à região urbano-industrial mais expressiva do país, possuindo uma estrutura produtiva complementar a esse grande mercado com epicentro na capital do Estado, destacando-se suas atividades portuárias, seu pólo de indústrias, ligadas

¹ São eles Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

principalmente à petroquímica e siderurgia, além do tradicional papel como importante centro de lazer balneário.

A crise do padrão de desenvolvimento no início dos anos 80, ligada às crises fiscal e financeira do Estado brasileiro e a restrição externa (Carneiro, 2002), geraram forte deterioração do mercado de trabalho regional, “inchando” ainda mais o terciário regional, historicamente seu principal gerador de empregos. Somente na década de 90, com a abertura comercial e a reforma no papel e na estrutura de ativos do Estado, repercutindo em duas grandes atividades geradoras de emprego da região – o porto e o pólo industrial de Cubatão - houve uma perda líquida de mais de 21 mil trabalhadores formais (Couto, 2003; Rodrigues e Vaz, 2002).

Por outro lado, a economia da região parece nos últimos oito anos recuperar parte de sua dinamicidade. A duplicação das rodovias que ligam o planalto ao litoral e a queda do poder aquisitivo das famílias aprofundam ainda mais a “vocação” de lazer balneário da região. Mais que isso, a região parece se tornar cada vez mais uma opção de residência para trabalhadores de renda média – alta que trabalham na Grande São Paulo e para aposentados. Por fim, novas atividades econômicas de mercados que extrapolam a região passam a aparecer na região, dentre elas o destaque para a instalação de universidade feral (UNIFESP), turismo de negócios e principalmente o início das operações da Petrobras para futura prospecção de petróleo e gás na Bacia de Santos.

Poucos trabalhos foram realizados sobre a região da Baixada Santista. Recentemente foram publicados alguns estudos da dinâmica demográfica e problemas sociais da região (Jakob, 2003 e NEPO, 2005). Contudo, há uma carência de pesquisas que procuram aprofundar a investigação de sua estrutura e dinâmica. Neste sentido, esta dissertação se propõe a contribuir para o estudo da economia da região, tanto em nível interno (intra-regional), quanto em suas articulações com outras regiões, principalmente as referentes à Região Metropolitana de São Paulo (inter-regional).

Torna-se essencial, portanto, analisar como essa complexa dinâmica urbana se estrutura material e historicamente, hierarquizando as determinações dos processos de construção social de seu território (Brandão, 2005), buscando entender como e até que ponto esse conjunto de cidades se inter-relacionam, analisando as diversas interconexões, escalas e espacialidades, inclusive do fenômeno metropolitano específico.

Hipóteses e procedimentos metodológicos:

Entendemos que para a compreensão da dinâmica da região é necessário o entendimento do padrão de articulação da região em questão com o resto da economia nacional e, a partir deste, vislumbrar os rebatimentos das mudanças da economia nacional e paulista sobre a Baixada Santista, tanto nos aspectos de sua estrutura produtiva quanto de seus aspectos de demografia e urbanização.

A construção da análise se dará na hipótese central de que a região, diferentemente do status de metropolitana que possui e de toda uma estrutura de instituições adequadas a tais propósitos, se caracteriza como uma aglomeração urbana, com um centro nuclear de economia diversificada e duas regiões caracterizadas por serem vetores de expansão demográfica e possuírem nas atividades ligadas ao lazer balneário praticamente seu único motor de dinamismo. Acreditamos que seu caráter longitudinal, a proximidade com São Paulo e número de habitantes não permita que ocorram maiores economias de aglomeração, uma maior intensificação de sua divisão social do trabalho e poder centralizador para configurar uma dinâmica metropolitana na região, como iremos averiguar ao longo do estudo.

No que diz respeito à análise destas referências, o estudo foi realizado através de uma abordagem histórico-estrutural com a análise de dados e informações socioeconômicas, disponíveis em diversas instituições (EMPLASA, SEADE, IBGE etc), além de pesquisas específicas em órgãos locais (Prefeituras, Associações, Secretarias etc). A periodização compreenderá, primeiramente, o momento de constituição da região, dando ênfase para os impactos do complexo cafeeiro, do período de constituição do pólo industrial de Cubatão e as modificações urbanas pressionadas pelo veraneio. O segundo período abarcará as décadas de setenta e noventa, quando se massifica o veraneio e consolida-se a especialização do veraneio nos vetores de expansão demográfica na região. Por último, o período que vai dos anos noventa até os dias atuais contempla as transformações nos complexos portuário e industrial e os impactos sobre a renda e emprego na região.

O cruzamento de dados dos diferentes agregados terá por finalidade identificar os nexos existentes entre as cidades constituintes, fenômenos supra municipais e o padrão de inserção da

região na economia paulista. Os níveis de espacialidade serão escolhidos através do tipo de contribuição que cada um dará em torno da proposta deste trabalho. Nesse sentido, serão contemplados dados referentes ao Brasil, Estado de São Paulo e interior deste, RMBS, municipais e, quando necessário, distritais.

Com isso, serão comparados os dados relativos à região em questão com os do estado e do interior, de modo a localizar as diferenças qualitativas e quantitativas que seguem a tendência estadual e aquelas que se diferenciam do resto. Desta maneira, será possível identificar as mudanças que ocorreram ao longo do tempo no que diz respeito à interação do espaço regional com a economia paulista e em alguns casos brasileira, evidenciando especializações produtivas da região dentro de uma lógica de uma economia articulada através de uma dada divisão territorial do trabalho.

A análise referente à caracterização dos fenômenos metropolitanos desta região, dando privilegiada atenção para o âmbito econômico, irá requerer um confronto entre as informações existentes sobre o mercado de trabalho da região - estrutura de oferta de emprego por atividade e por cidade -, a estrutura produtiva da região – localização de estabelecimentos por ramo de atividade, principalmente aquelas referentes à prestação de serviços sociais.

Em suma, será utilizada uma série de dados e indicadores que permitam a análise da evolução da estrutura produtiva, comparando-a tanto com a economia do Estado e do interior, tais como VAF, microdados do PAEP, dados de Secretarias estaduais etc. Terá maior destaque e aprofundamento a análise dos principais setores econômicos e a identificação dos nexos da economia regional com a economia de São Paulo e do país.

Limitações materiais e estrutura dos capítulos:

A estruturação desta tese foi ponderada tanto pela metodologia que acredito ser a mais consistente para o tema quanto pela disponibilidade de dados que permitem uma comparação temporal e espacial das estruturas socioeconômicas.

Neste trabalho, a compreensão da dinâmica socioeconômica da região passa necessariamente pela análise de suas articulações - com as outras regiões e escalas (estaduais, nacionais etc) - derivadas de uma divisão social do trabalho historicamente estruturada e

intensificada pelas relações de produção capitalistas. A partir da compreensão deste padrão de inserção da economia da Baixada Santista nas economias paulista e nacional, deve-se observar como as especificidades locais (demográficas, geológicas, ambientais) assimilam e particularizam suas relações socioeconômicas. (Faria, 1978).

Entretanto, uma das limitações deste método de análise reside na qualidade das informações em seu sentido amplo: seqüência temporal da informação, manutenção da metodologia de coleta e classificação dos dados publicados etc. Infelizmente, não é este o caso das informações concernentes à região. Por se tratar de dados municipais, há diversas quebras, interrupções e mudanças de classificação e de método de coleta de informações na base de dados disponível para análise.

Para os dados demográficos, não há maiores dificuldades com a publicação do Censo Demográfico. Contudo, as informações econômicas possuem uma base de dados que não segue uma continuação temporal considerável e os dados existentes para municípios e até a região em si são de grande questionamento metodológico. Para o mercado de trabalho, as duas bases de dados existentes que contemplam a escala municipal (Censos Demográficos e RAIS – MTE) possuem limitações, gerando conclusões menos embasadas, provenientes de deduções de tendências observadas no comportamento de seus números.

Com estes agravantes, a conciliação das premissas, da metodologia e dos materiais nos conduziu a uma estruturação da dissertação da seguinte forma: os capítulos serão divididos de acordo com os padrões de acumulação característicos de cada período do país e seus correlatos rebatimentos sobre a dinâmica socioeconômica na região, ponderados pela existência de uma base de dados que possibilite evidenciar sua estrutura e transformações ocorridas no período com os números.

Antes do início da análise por período, serão apresentadas as particularidades geológicas e ambientais da região, basilares para a compreensão das especificidades socioeconômicas e urbano-industriais da região.

No primeiro capítulo, será investigado, principalmente através de bibliografia existente e os poucos dados disponíveis (para fins ilustrativos), o período de formação histórica da região – com destaque para a formação do complexo cafeeiro, no qual se consolidaram as três atividades econômicas articuladas com a economia estadual e nacional: o complexo portuário, o pólo

industrial petroquímico e siderúrgico e os serviços correlatos às atividades de veraneio. Dentro deste capítulo, vários sub-períodos serão investigados, de acordo com as transformações do padrão de acumulação na economia nacional e seus impactos sobre a dinâmica socioeconômica da região.

O segundo capítulo abrange o período de 1970 a 1990, que se caracteriza pelo início efetivo do espraiamento demográfico da região, e em menor medida econômico, com base no dinamismo dos vetores de ocupação para fins de turismo balneário na região. Destacam-se também os grandes contrastes econômicos entre as duas décadas, principalmente no que diz respeito à capacidade de absorver a população com a geração de emprego e renda.

Os dados econômicos e de emprego se basearão nas pesquisas de Censo Econômico realizadas entre 1970 e 1985. Para os cinco últimos anos do período, serão usados a base e dados da RAIS, permitindo verificar ou estimar a evolução no número de estabelecimentos e de empregos formais, além das transformações observadas na estrutura de emprego da população da região.

No último capítulo, o foco passa a ser o severo ajuste que o complexo portuário e o pólo de Cubatão sofreram com as transformações do padrão de desenvolvimento nacional ligado a mudança de conduta do Estado brasileiro. A região passa a ter como atividade propulsora e incorporadora de emprego e renda muito mais as atividades de veraneio e atividades induzidas pela mesma (construção civil, serviços pessoais etc.), do que as econômicas propriamente ditas. Ainda que nos últimos anos a economia nacional tenha passado por uma forte expansão de suas atividades, a capacidade de incorporação dos complexos industriais de Cubatão e portuários já não é tão expressiva.

As bases de dados de economia neste item perdem parte substancial de sua qualidade e, portanto, de nossa capacidade analítica. Com o fim dos Censos Econômicos (Industriais, Comerciais e Serviços), e que não foram substituídos por outras pesquisas que contemplassem o âmbito municipal, obrigou-nos a algumas adaptações metodológicas. A solução foi usar os dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, baseado no valor adicionado fiscal (VAF), não contemplando assim de maneira consistente setores importantes da economia local como o terciário ligado ao turismo balneário, imobiliário e construção civil etc. Ainda assim, pode-se

deduzir algum comportamento através da comparação temporal do peso da região com relação ao Estado e saber como foi o desempenho deste último, que possui dados mais consistentes.

Por fim, **nas conclusões e projeções**, serão discutidas as possibilidades futuras de desenvolvimento da região, sempre tendo em mente suas relações sociais e econômicas com a economia nacional e principalmente com a rede urbana paulista, focando sua atual estrutura econômica, demográfica e urbana. Serão ainda feitas algumas considerações em relação aos impactos da atual reversão da conjuntura econômica mundial e dos possíveis desdobramentos da decisão da Petrobrás de instalar parte de suas estruturas produtivas ligadas à extração de petróleo e gás na Bacia de Santos.

Todos os capítulos terão uma ordem lógica de raciocínio derivada da metodologia utilizada. Primeiramente, entender as principais características e transformações das economias nacionais e seus impactos sobre a economia paulista.

Em um segundo momento, serão mostradas as principais transformações da rede urbana paulista, destacando sempre os dois principais fatores para as modificações da divisão territorial do seu território: a constante ruptura da relação tempo - espaço das relações de produção capitalista de produção (decisões de investimento público e privado, economias de aglomeração e de escala derivadas de inovações tecnológicas etc) e a conduta do Estado em todas as suas esferas federativas.

Por último, serão observadas as transformações econômicas e demográficas da região, dando destaque às mudanças na inserção da economia regional com a rede urbana paulista, verificando a capacidade indutora destas atividades articuladas. Também compreender as articulações existentes entre os municípios da região para compreender a estruturação urbana da região.

Características físicas da Baixada Santista

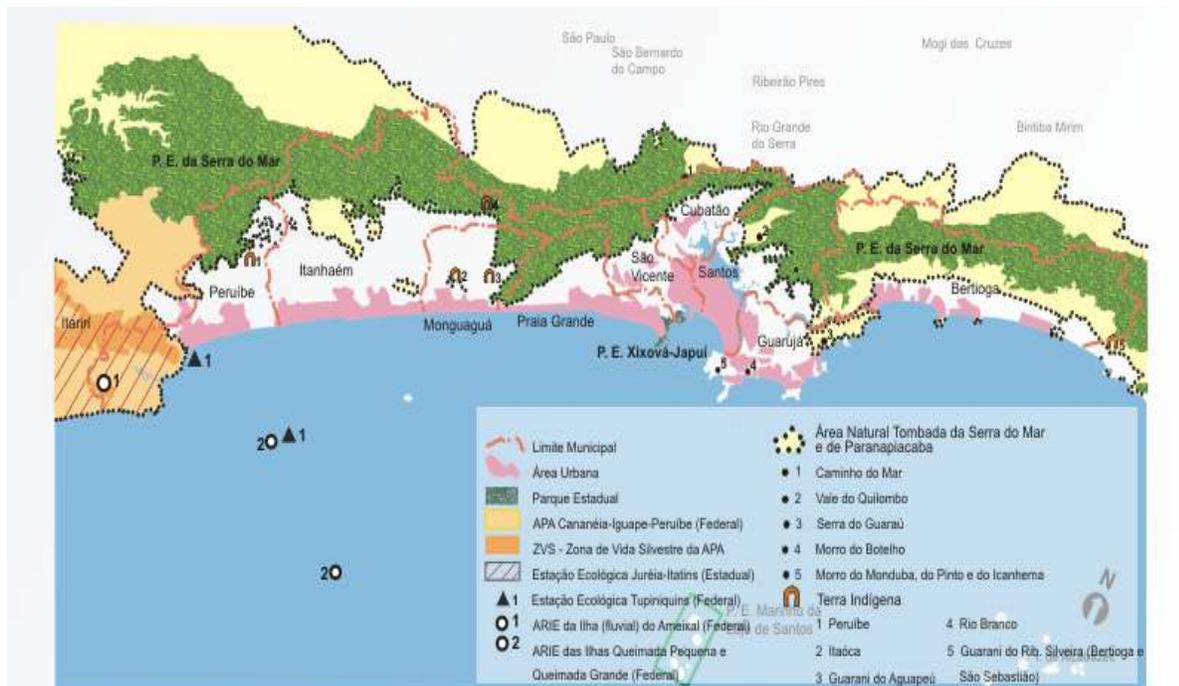
A Baixada Santista, é naturalmente delimitada, através da formação do maciço da Serra do Mar e o Oceano Atlântico, constituindo-se uma estreita faixa de terra plana longitudinal. Considerável parte de seu território administrativo é constituída desses acidentes geológicos como também de uma biosfera da Mata Atlântica protegida por lei, que cobre quase a totalidade da própria Serra do Mar na região, vista pela mancha verde do Mapa 1.

Aliado a esse fato, parte de seu território é insular, como se observa no Mapa 2: a disposição das ilhas constitui grandes estuários naturais devido à proximidade entre as mesmas e com a parte continental, separando-os apenas por canais relativamente estreitos, porém com grande profundidade. Duas de suas ilhas merecem destaque por serem os núcleos populacionais de suas principais cidades: a ilha de Santo Vicente, que abriga a quase totalidade da população da cidade de Santos e boa parte da de São Vicente, e a ilha de Santo Amaro que comporta integralmente a área do município de Guarujá. Há ainda grandes áreas de manguezais, notadamente ao longo dos estuários e no encontro destes com o Oceano Atlântico.

Tais características delimitaram o padrão de ocupação e reprodução social da região. Por um lado, a antiga ocupação horizontal do território alterou-se, a partir da década de cinquenta com um forte processo de verticalização dos equipamentos de moradia e de produção. Parcela considerável dessa ocupação se deu em áreas de alta periculosidade e ilegalidade para as populações mais pobres – áreas de mangue, encostas de morros e das zonas de preservação ambiental.²

² Merece destaque a qualidade do solo da região para construção de maior envergadura. Justamente algumas áreas denominadas mais nobres na região, ou seja, que possuem edificações de alto valor imobiliário construídas nas décadas de 50 a 70, possuem fundações inadequadas para um solo caracterizado pela fina camada de areia (12 metros) e aproximadamente 40 metros de argila marinha. Na cidade de Santos, há cerca de aproximadamente 100 edifícios com recalque (inclinação acima do aceitável) construídos no que é considerada a segunda pior qualidade de solo do mundo.

Mapa 1: Áreas de Conservação / Preservação Ambiental e



Fonte: Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo, 2000; Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
Elaboração: Emplasa - Coordenadoria de Informações Estatísticas - CIE, 2005.

Mapa II.1
Região Metropolitana da Baixada Santista
Unidades de Conservação Ambiental: Mapa Síntese

Por outro lado, suas características geomórficas particulares estimularam duas atividades nucleares da região. O turismo de veraneio, que aproveita seus 246 km de costas e 83 praias distribuídas em todos os municípios da região (com exceção de Cubatão) como mostra a Tabela 1, enseja diversas atividades complementares: de lazer, hospedagem, alimentação, moradia e outras. Já os serviços portuários se aproveitam das características de seu estuário, com áreas de atracamento nos municípios de Santos, Cubatão e Guarujá, sendo o complexo portuário com maior movimentação de valores e de carga do país. Ele exige, para seu funcionamento, elevado número de atividades complementares (logísticas, administrativas, aduaneiras etc), gerando com isso milhares de empregos na região.

Mapa 2: Divisão Política – Administrativa da Baixada Santista



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico-IGC e Emplasa/DTE/CIE.
Elaboração: Emplasa, 2005.

Mapa 1.2
Região Metropolitana da Baixada Santista
Divisão Político-Administrativa: 2005

Tabela 1- Características Geográficas

Municípios	Área (km ²)		Nº Praias	Extensão da Costa (Km)		Densidade Demográfica (2000)
	Nºs Abs.	%		Nºs Abs.	%	
Bertioga	482	20,3	7	45	18,3	60,6
Cubatão	148	6,2	-	-	-	760,0
Guarujá	137	5,8	20	64	26,0	1853,1
Itanhaém	581	24,5	11	26	10,6	119,7
Mongaguá	135	5,7	6	13	5,3	243,7
Peruíbe	328	13,8	18	52	21,1	157,1
Praia Grande	145	6,1	10	22	8,9	1293,1
Santos	271	11,4	6	7	2,8	1491,2
São Vicente	146	6,2	5	17	6,9	2042,8
RMBS	2.373	1,0	83	246	-	608,4
Estado	248.209	-	-	-	-	149,0

Fonte: AGEM

Capítulo 1 - Evolução histórica da Baixada Santista: conformação da dinâmica socioeconômica da Baixada Santista até 1970

Este capítulo tem por objetivo mostrar a constituição socioeconômica da região, desde o início da colonização da capitania de São Vicente até a consolidação de principais atividades econômicas. Dentro deste propósito, serão destacadas as diversas transformações sociais e econômicas na região, separadas através de períodos baseados nos diferentes padrões de acumulações da economia nacional e seus respectivos impactos sobre a Baixada, principalmente sobre Santos em virtude da inexpressividade dos outros municípios nos primeiros períodos contemplados.

Em que pese outros aspectos relevantes, - institucionais, políticos e culturais - objetiva-se aqui compreender a estrutura social da Baixada Santista principalmente sob a ótica de suas relações de produção e das principais determinações de sua evolução econômica. Outros aspectos ou fatos poderão ser salientados, contudo limitados, nesta reconstituição histórica, a apenas alguns, já destacados em obras sobre o mesmo assunto.

1. Ocupação inicial e ligações com o Planalto:

Sua ocupação se inicia no início da colonização das capitanias portuguesas. A ilha de São Vicente foi o primeiro foco de povoamento, já em 1532, com a expedição de Martin Afonso, tendo como objetivo econômico principal a atividade açucareira. Malgrado o evidente fracasso das tentativas de implantação da cana de açúcar na forma empresarial – contrastando com o grande sucesso dessa empreitada no Nordeste – o local passou a ter como função econômica principal as atividades relacionadas ao transporte marítimo de mercadorias e pessoas.

Singer (1969) salienta que a atividade portuária tinha como função estrutural as transações comerciais e de pessoas entre a metrópole portuguesa e as suas capitanias. O desbravamento de terras em busca de riquezas e de escravização de índios e a formação de uma economia de subsistência constituíram as principais atividades da região que hoje é São Paulo, através do movimento dos bandeirantes. Sediando parte do capital comercial da época, inicia o processo de

interiorização do povoamento do sul da colônia, constituindo uma incipiente rede de vilas ao longo de uma ampla área que tinham por função principal – além de uma atividade de subsistência - serem pontos de descanso, bocas de sertão como comumente conhecidas.

Prado Jr. (1983) usa a idéia de *sistema Santos – São Paulo*, pois a vila de São Paulo – localizada no planalto tinha como função principal ser o ponto de partida e, dessa forma, o entreposto comercial nuclear das diversas incursões ao interior e, posteriormente, o caminho obrigatório para chegar em qualquer desses pontos. Assim, as duas cidades constituíam engrenagens de uma mesma função: a de prover as articulações de seu *centro* com a sua *hinterland* - atividade colonial de subsistência e incursão no território a ser desbravado.

Durante este período a região viveu alguns períodos de grande dinamismo, tais como o ciclo do ouro de Minas Gerais (Sabará, Ouro Preto, Mariana, Caetés etc) no final dos anos seiscentos. Toda a produção das principais regiões extrativas do interior era escoada pelo porto, assim como o abastecimento com os mais diversos produtos dessas economias. Santos cresce com as atividades indiretas correlatas a tal movimento, com destaque para Casa de Fundição. Com a abertura de um novo caminho do Rio de Janeiro às regiões auríferas, o escoamento é transferido para lá, estagnando novamente a economia da região.

2 - O Complexo cafeeiro e a região até 1930:

Com a expansão do café para o Oeste Paulista, a Baixada consolidaria sua condição de região tributária ao planalto e ao interior, pelo crescente escoamento deste produto pelo porto de Santos que, já ao final do século XIX, ultrapassaria o volume exportado pelo porto do Rio de Janeiro. Alguns dados são representativos: em 1908, Santos respondia por 39% do total de produtos exportados do país e 20% dos importados. Em 1912, o porto já respondia por 47,3% do total do volume exportado e 26,1% do importado do país.

Cumpriu papel fundamental nesse processo a construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e São Paulo Railroad em 1867, ligando Santos à Jundiaí. O crescimento vertiginoso da produção de café no vetor de expansão paulista iria ter no porto de Santos seu escoadouro para os mercados consumidores internacionais. Na primeira década do século XX, o produto respondia por mais de 95% do total de toneladas das exportações do porto. Araújo Filho (1969) enfatiza que

a expansão da cultura na hinterlândia do porto santista fez com que o porto fosse responsável mais de 2/3 da movimentação nacional na década de 20. Para o ano de 1921, por exemplo, as exportações brasileiras foram de 13,3 milhões de sacas sendo destas 8,3 milhões embarcadas em Santos e 3,5 milhões no porto do Rio de Janeiro. Desde o final do século anterior, Santos já havia consolidado sua posição como porto de maior escoamento do produto.

A administração do porto a partir de 1889 passa a ser uma concessão privada, com o objetivo principal de realização dos investimentos na atividade e torná-la auto-sustentável economicamente. É criada a Companhia Docas de Santos (CDS), que administrou o porto até 1980. Assim, de 1891 a 1909, o porto passou pelas suas primeiras obras de construção de cais, chegando ao final do período com o total de 4,72 km construídos. Em 1910, é inaugurada a Usina Hidrelétrica de Itatinga para fornecimento quase que exclusivo para o Porto³. Em 1909, o porto estabelece o maior volume de café já embarcado em sua história: 13,13 milhões de sacas.

Ainda assim, o complexo cafeeiro implantado na região de São Paulo tem na Baixada Santista não apenas o seu ponto de escoamento. Cano (1982) salienta que pelas necessidades implícitas a este padrão de acumulação, atividades que venham a dar suporte à atividade nuclear engendram um vazamento da alocação do excedente para as mesmas. A cidade de Santos foi contemplada – além da sofisticação e diversificação inerentes das atividades portuárias, tais como armazéns, aduaneiros etc – como praça comercial e até certo ponto financeira, passando por grandes transformações, aportando sedes de grandes empresas de comércio exterior, bancos comerciais, escritórios de comissários, a Bolsa de Valores do Café entre outras atividades relacionadas ao processo.

Tal fato proporciona diversos efeitos de indução para a região. Santos(1992)⁴ enfatiza o surgimento de uma burguesia mercantil com acumulação baseada no provimento e abastecimento das necessidades da população ligada ao café (seja portuária ou da praça comercial); transformações urbanas consideráveis tais como a implantação de infra-estrutura urbana (eletricidade, iluminação pública, transporte público, sistema de canais) pelo incremento populacional e as demandas que tais atividades tinham perante o Estado. Outro aspecto

³ Até os dias atuais, sua capacidade de energia ainda é consideravelmente superior às necessidades do porto, mesmo este operando 24 horas por dia.

⁴ SEADE, vol. VII pag. 61 e 62

importante para a compreensão da grande transformação da dinâmica econômica da região é a instalação neste período de acumulação, a partir do complexo, cafeeiro de um parque industrial consideravelmente diversificado no Estado, baseado tanto na articulação com a dinâmica agropecuária e nas necessidades inerentes das diversas atividades do complexo (ferrovias, bens de salário, urbanização etc).

Além dos efeitos de diversificação das importações de máquinas e equipamentos, Santos passa a ter uma incipiente atividade industrial com considerável diversificação, com destaque para plantas nos setores alimentícios, de tecidos e de papel (Companhia Santista de Papel), atendendo as demandas do rápido processo de urbanização do estado e região e de auxílio às atividades ligadas ao porto. Fator importante fora a construção neste local da Usina hidrelétrica “Henry Borden”, abastecida pelo represamento do rio Billings no Planalto Paulista, em 1912, possibilitando as atividades industriais intensivas em consumo de energia. São Vicente também recebeu nesta época investimentos industriais, destacando a fábrica de vidro Santa Marina que tinha na região fatura de seu insumo principal, o vidro.

A dinâmica socioeconômica dos demais municípios era baseada tanto na cultura de subsistência quanto em sua função de proteção militar com seus fortes desde a época colonial. Itanhaém, na região do litoral sul, possuía uma incipiente cultura de características mercantis principalmente de bananas, tendo um considerável crescimento na década de vinte após a inauguração da ferrovia Sorocabana no trecho Santos – Itanhaém em 1914, com a instalação de imigrantes na região. Além desta ligação férrea, inaugura-se em 1912 a ligação para veículos de passeio e pedestres entre a ilha de São Vicente e o litoral sul. Contudo, a Ponte Pênsil tinha por finalidade última, através de dutos que passavam debaixo da ponte, o escoamento do esgoto vicentino para a região litorânea onde hoje fica o município de Praia Grande

Neste período, já se caracterizavam por serem pontos dependentes da cidade de Santos, centro comercial e de prestação de serviços públicos. Até a construção da estrada de ferro, os fluxos de pessoas e mercadorias para o litoral sul eram efetuados majoritariamente aproveitando percursos naturais – a faixa de areia úmida da praia – ou por meio de pequenas embarcações de cabotagem.

- **Demografia e Urbanização:**

O Censo Demográfico de 1920 mostra uma concentração da população presente da região na cidade de Santos, conforme os dados do ANEXO 1, sendo menor apenas que a capital e o município de Campinas. Os seus mais de 102 mil habitantes representavam quase 90% da população da região, sendo que esta representava apenas 2,5% da população paulista de mais de quase 4,6 milhões de pessoas. Já as outras cidades da região existentes na época (São Vicente e Itanhaém) possuíam aproximadamente 7,5 mil e 4,2 mil habitantes, respectivamente.

A grande dimensão populacional que o município de Santos assume neste período não tem como contrapartida um padrão de ocupação horizontal de maneira aleatória, caótica; mas sim de forma ordenada, planejada da parte santista da ilha de São Vicente. A construção de um sistema de canais a partir de 1906 de cunho fito-sanitário propiciou, além da erradicação de doenças, o estabelecimento de um sistema de vias que se mantém até os dias atuais como as principais avenidas da cidade.

A ocupação da ilha passa a ocorrer também nas partes mais afastadas da zona portuária. A orla de Santos foi loteada em 1910 e “arrematada” em sua maioria por comissários, barões paulistas com suas chácaras e palacetes para descanso de fim de semana. Merece destaque também a inauguração em 1922 da Estrada Caminho do Mar, facilitando e possibilitando o acesso de veículos automotivos do Planalto Paulista para a Baixada Santista, gerando novas atividades da região ligadas à característica de balneário turístico. Inicia-se na cidade, tanto em Santos quanto na região onde atualmente é o município do Guarujá, empreendimentos ligados à atividade de hotelaria e atividades de lazer correlatas que acolhiam em feriados e verões parcela da população mais rica do estado, sejam barões, comissários, alta burguesia etc. Destaca-se o Hotel Parque Balneário na praia do Gonzaga em Santos e o Grande Hotel de La Plage na praia de Pitangueiras no Guarujá.

Os dados existentes da época são escassos, porém as informações sobre o sistema de transporte existente ilustram o grau de urbanização santista. Para 1930, Santos possuía uma rede de trilhos de 84 km e 42,1 mil passageiros no ano, segunda maior malha do estado, só perdendo para a capital com 267 km e 214,1 mil passageiros. Campinas, o segundo maior município do Estado, possuía apenas 28 km de trilhos e 6,1 mil passageiros. Mais impressionantes ainda são os

dados referentes à aviação civil comercial. O aeroporto de Santos, localizado no atual município de Guarujá, era o de maior movimentação e número de passageiros. Em 1935, o aeroporto respondia por 31,4% das entradas de aeronaves (429 de 1365) e 55,7% dos passageiros (988 de 1775). Enquanto isso, o aeroporto de São Paulo, para o mesmo ano, tinha 19,4% da entrada de aeronaves e 35,3% dos passageiros.

3. Período de 1930 – 1970: Industrialização e principais transformações da região:

a. Período de Industrialização Restringida: 1930 a 1950

A partir de 1929, com o crash da Bolsa de Nova York, a crise econômica já desenhada da cafeicultura⁵ ganha contornos nítidos com a compressão da demanda e dos preços do café, impactando severamente a economia brasileira como um todo pelo que o produto representava (geração de divisas, importantes setores integrantes do complexo etc). Em que pese o grande desemprego e falências geradas na virada da década de 30, as políticas contra-cíclicas promovidas na época, aliadas ao crescente peso e importância do setor industrial na economia paulista como determinante principal do crescimento econômico – rompendo com o padrão antigo de acumulação - consubstanciaram uma rápida retomada do dinamismo econômico do país e, assim, da região.

A dinâmica econômica do Estado de São Paulo passa a ter no mercado interno brasileiro – tanto o do próprio estado quanto os dos outros estados da nação - seu principal componente de demanda e razão primordial para o aumento da capacidade produtiva via expansão horizontal de seu mercado consumidor. Observa-se nesse período um processo de substituição de importações com o adensamento crescente das cadeias produtivas, ainda que não possuísse capacidade financeira e tecnológica de completar de maneira autônoma o ciclo produtivo nos seus elos

⁵ Cf. Cano (1998), a crise estrutural da economia já estava instalada com a superprodução encorajada pelas sucessivas políticas de proteção à cultura nos anos anteriores, tornando a capacidade de produção não condizente com as perspectivas de demanda do mercado mundial.

caracterizados pelo nível impeditivo para o nível de acumulação nacional financeiro e tecnológico.⁶

Desta forma, a economia paulista intensifica sua diversificação produtiva, passando por grandes transformações de suas atividades urbano-industriais. A ampliação quantitativa e qualitativa de novos ramos industriais acarreta em novas necessidades inerentes às mesmas, e assim, no aumento e surgimento de inúmeras atividades do terciário. As implicações na rede urbana paulista são evidentes, com o crescimento substancial das regiões e cidades vinculadas economicamente a este padrão de acumulação.

O padrão de acumulação baseado na industrialização restringida engendrava uma dinâmica urbana pautada em uma incipiente classe média e desta forma a inexistência da massificação do consumo de bens duráveis, reproduzindo uma diferenciação social primordialmente dual seja entre campo e cidade, seja entre burgueses e operários. Como explicam Cano et alli (1988) sobre as implicações desse padrão de acumulação, “... não possibilitava atingir as feições de modernidade que o caracterizariam anos depois, porque, essencialmente, prevaleciam limites ao seu crescimento”⁷.

A capital e seu entorno, que começavam apresentar uma dinâmica metropolitana, se caracterizavam pela grande base industrial diversificada, além de um terciário com maior grau de sofisticação, tanto com relação àqueles ligados à atividade produtiva quanto públicos e pessoais. Já no interior algumas regiões apresentavam um parque industrial considerável e com fortes laços com o ramo agropecuário, como também ao atendimento das necessidades basicamente regionais e uma rede urbana com alto grau de hierarquização e pulverização, dotada de considerável diferenciação do trabalho.

- **Demografia e Urbanização:**

Para os dados censitários de 1940, verifica-se um crescimento da população da região em um ritmo maior do que o estadual (2,9% e 2,3% ao ano), representando 2,8% da população paulista. A cidade de Santos continua concentrando a maior parte da população de aproximadamente 200 mil pessoas (82,3% do total). Ainda que pese o desmembramento do

⁶ Para uma discussão mais aprofundada, Cardoso de Melo (1982).

⁷ Cano et alli, 1988, pág. 29

município de Guarujá da principal cidade da região, as taxas de crescimento dos outros municípios da região são superiores às de Santos pelos dados do “Anexo Da”: os municípios de São Vicente e Itanhaém mais que dobram sua população entre as décadas de vinte e quarenta, apresentando populações de aproximadamente 17,3 mil e 10,9 mil respectivamente.

Já com relação aos dados do Censo de 1950, nota-se um padrão semelhante ao da década anterior. Tanto a Baixada quanto o estado mantêm praticamente os mesmos ritmos de crescimento aos das duas últimas décadas – 2,9% e 2,4%, respectivamente -. Com relação aos municípios, suas taxas de crescimento são afetadas pelos processos de emancipação político – administrativa de Itariri de Itanhaém e Cubatão de Santos, repercutindo até em taxas negativas no primeiro caso. Segundo Couto⁸, o município de Cubatão tem sua população acrescida em aproximadamente 80% nesta década devido à forte migração de trabalhadores para a construção da Via Anchieta.

Tabela 2: Telefonia – 1940

Município	n° linhas	hab/lin	% BS
Guarujá	93	81,1	1,1
Itanhaém	-	-	-
Santos	7.589	21,8	92,2
São Vicente	551	31,4	6,7
Baixada Santista	8.233	24,4	8,6
Interior	38.425		40,1
Estado	95.834	74,9	-

Fonte: Anuário SEADE 1940

O município de Santos assume dimensões consideráveis (mais de 200 mil pessoas em 1950). A urbanização ordenada pelo conjunto de canais passa a ocupar novas partes da ilha antes caracterizadas por manguezais ou terreno impróprio, tendo como vetores principais de expansão as terras mais próximas da praia e aquelas em direção a Zona Oeste (Aparecida, Macuco, Ponta da Praia). Centro dinâmico e polarizador dos municípios da região, o município de Santos apresentava uma cobertura de atendimento de serviço público consideravelmente superior à média do Estado, como podemos ter uma idéia nos dados de habitantes por unidade de prestação de serviço nas Tabelas 2 a 4. Em 1940, Santos e, em menor medida, São Vicente, já possuíam

⁸ Couto, 2002.

uma rede telefônica com uma penetração muito maior do que a média do Estado (21,8; 31,4 e 74,9 habitantes por linha). Observa-se o mesmo quadro para a iluminação elétrica: a Baixada Santista tinha uma cobertura relativa duas vezes maior que a média do Estado (8,2 contra 17,5 habitantes por ligação).

A maior abrangência da prestação de serviços públicos comum em uma dinâmica de rápida consolidação dos espaços urbanos pode ser visualizada para todos os municípios da região na década de 40, principalmente para aqueles municípios que estão no processo inicial. Tanto para a provisão de energia elétrica (Tabela 3) quanto para a educação (Tabela 4), observa-se - além da predominância de Santos enquanto centro urbano da região - uma redução dos índices de habitantes por unidade. No caso da energia, a redução não é tão expressiva (11,6%) devido ao peso de Santos. As outras cidades apresentaram uma redução deste índice de 24%. Já para a educação, a redução de quase 25% do índice para a região. O alto grau de urbanização do município sede e sua dinâmica econômica fortemente atrelada à economia estadual geraram um espaço urbano dotado de grande diversificação de estabelecimentos comerciais, de serviços privados e públicos.

Tabela 3: Iluminação Elétrica - número de ligações

Município	1940	Hab/lig	% BS	1949	hab/lig	% BS
Cubatão	-	-	-	547	21,6	1,5
Guarujá	380	19,8	1,5	-	-	-
Itanhaém	127	85,7	0,5	282	25,3	0,8
Santos	22.059	7,5	89,8	31.022	6,6	84,0
São Vicente	2.012	8,6	8,2	5.092	6,2	13,8
Baixada Santista*	24.578	8,2	6,0	36.943	7,2	5,1
Interior*	195.177		47,6	-		-
Estado	410.296	17,5	-	730.815	12,5	-

* Na coluna "%BS", refere-se ao percentual do total do Estado

Fonte: Anuário SEADE 1940 e 1950

Os rebatimentos de uma urbanização onde a atividade de lazer balneário é relevante para a dinâmica econômica local. A Tabela 6 explicita a importância da região enquanto pólo de atração de visitantes, com mais de 10,7% do Estado. Santos neste ano foi o segundo município com maior número de hóspedes, perdendo apenas para a capital (153,6 mil contra 482 mil, respectivamente).

A urbanização da orla da praia de Santos com casarões de uso ocasional e hotéis de luxo neste período deu as bases materiais para o grande boom imobiliário que se verificaria na década

de 50. Mais ainda, outros tipos de atividades eram angariados pela demanda de turistas, tais como equipamentos culturais e de lazer, como mostra a Tabela 5. Santos possuía um conjunto de estabelecimentos ligados ao teatro e cinema expressivos, tanto para atendimento da demanda local quanto a turística. A proporção de habitantes por lugares era quase três vezes menor do que a média do Estado (10 contra 29, respectivamente).

Tabela 4: Escolas - Estabelecimentos e Corpo Docente

Município	1940			1949					
	Estab.	hab/est	% BS	Estab.	hab/est	% BS	C. Doc.	hab/doc	% BS
Cubatão	-	-	-	9	1.311	4,5	23	513	2,7
Guarujá	6	1.257	3,3	8	1.650	4,0	31	426	3,7
Itanhaém	16	680	8,9	7	1.019	3,5	12	595	1,4
Santos	136	1.217	75,6	145	1.404	72,9	706	288	83,8
São Vicente	22	786	12,2	30	1.056	15,1	70	453	8,3
Baixada Santista	180	1.118	100,0	199	1.344	100,0	842	318	100,0

Fonte: Anuário SEADE 1940 e 1950

Contudo, o mais importante a ser frisado é um padrão de ocupação no espaço desta rede de hotelaria que irá definir aspectos econômicos e urbanos de cada município e irá se acentuar nos períodos mais recentes: a segregação espacial da oferta por classe social / de renda desta prestação de serviço. Enquanto que nas regiões do litoral da Baixada mais ao norte (na época, Santos e principalmente Guarujá) há uma rede terciária envolvida no segmento voltada para as classes mais abastadas, o litoral sul (Itanhaém e São Vicente) atendem a classes média e média baixa.

Esta divisão espacial fica mais visível quando observamos na Tabela 6 os preços praticados naquele ano nos diversos municípios: ainda que para quase todos os municípios a estadia fosse mais cara que o mais caro estabelecimento da capital dado status de balneário – com exceção de Itanhaém – há um diferencial expressivo de preços entre os hotéis mais caros de Guarujá e Santos (este possuía a estadia mais cara do Estado) dos de São Vicente e Itanhaém.⁹

⁹ Santos apresenta estabelecimento com baixo valor de estadia devido ao atendimento de demanda de trabalhadores ligados às atividades portuárias que estavam nas embarcações.

Tabela 5: Equipamentos de Teatro e Cinema - Estabelecimentos e lugares

Município	1940					
	Estab.	hab/est	% BS	Lugares	hab/lug	% BS
Guarujá	-	-	-	-	-	-
Itanhaém	1	10.878	6,3	200	54	1,2
Santos	14	11.826	87,5	16.477	10	96,2
São Vicente	1	17.294	6,3	450	38	2,6
Baixada Santista*	16	12.580	4,8	17.127	12	7,0
Interior*	233	-	69,8	127.522	-	52,2
Estado	334	21.498	-	244.079	29	-

* Na coluna "%BS", refere-se ao percentual do total do Estado

Fonte: Anuário SEADE 1940

As explicações para esta “clivagem” não existem na bibliografia histórica, porém os indícios de estabelecimentos de equipamentos hoteleiros de maior luxo, devido às exigências de parte de seus hóspedes, primam localizações caracterizadas pela exclusividade do consumo, difícil acesso (possíveis para eles, porém bem restrito para os demais), privacidade, belezas naturais etc. Pegando os dois extremos, enquanto que Guarujá possuía esse perfil de localização, com praias pequenas e incrustadas entre montanhas, baixíssima ocupação, acesso somente por barco nesta época; Itanhaém e Praia Grande (na época parte de São Vicente) se caracterizavam pela praia extensa, de fácil acesso (com linha ferroviária próxima à costa e tendo como estrada principal a própria faixa de areia), ocupação incipiente, porém existente, praias poluídas (caso de Praia Grande) etc.

Tabela 6 - Equipamentos de hotelaria - 1950

Município	Estab.		n° Quartos		n° Apart.		Empregados		n° Hóspedes		Preço Maior (Cr\$)	Preço Menor (Cr\$)
	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%		
Guarujá	6	1,7	149	3,0	89	13,6	138	7,2	9.582	5,4	340	60
Itanhaém	10	2,9	134	2,7	1	0,2	47	2,4	3.104	1,7	160	60
Santos	273	79,1	4.095	81,9	537	81,9	1.515	78,8	153.363	86,1	360	35
São Vicente	56	16,2	624	12,5	29	4,4	222	11,6	12.070	6,8	250	60
Baixada Santista	345	13,0	5.002	13,7	656	19,6	1.922	14,5	178.119	10,7	360	35
Capital	342	12,9	6.980	19,2	1.437	42,9	2.902	21,9	482.073	28,9	190	16
Estado	2.646	-	36.408	-	3.350	-	13.230	-	1.667.205	-	360	15

Fonte: Anuário SEADE 1951

- **Aspectos Econômicos:**

Pelo lado da indústria, a diversificação pelas quais várias regiões do estado passaram não é vislumbrada na Baixada Santista no mesmo ritmo. Ainda que tenha crescido o número total de trabalhadores e o valor adicionado, outras regiões cresceram a taxas superiores. O Anexo Ia mostra que até 1949 o Litoral perde considerável peso relativo no setor de indústria de transformação: de 4,5% do VTI do estado em 1939 passa para 2,2% em 1949 enquanto que para o pessoal ocupado essa mudança cai de 3,2% para 1,9%. Negri (1996) destaca que nesta região “... em que a indústria não tinha o suporte de um desenvolvimento agrícola importante, mantiveram-se, assim, desenvolvendo condições para agregar-se à nova expansão industrial que ocorreria a partir da industrialização pesada, com uma indústria que cada vez mais prescindia mais de produtos naturais locais.”¹⁰ Basicamente, a indústria da região era voltada para o atendimento as necessidades locais, basicamente bens de consumo não duráveis e ligados ao processo de urbanização.

Os dados do Censo Industrial de 1940, mesmo que não abrindo as empresas por setor, mostra a indústria localizada quase que em sua totalidade no município de Santos - lembrando que Cubatão ainda era somente um distrito-. Os dados do Anexo Ca mostram a região com seu parque industrial concentrado em Santos com aproximadamente 85% dos estabelecimentos da região (267), 93,1% dos empregados no ramo industrial da região (9,2 mil) e 98% do valor produzido (Cr\$ 93,1 milhões); portanto tendo estabelecimentos maiores tanto pelo seu porte quanto pela sua produtividade.

A atividade comercial na região possuía quase 1900 estabelecimentos que empregavam 8.415 pessoas, ou seja, 4,6% e 7,7% do total de Estado São Paulo, respectivamente, visualizado no Anexo Ca. Contudo, a região era responsável por mais de 22% do total das vendas no setor. Este fato se dá principalmente pela importância do setor atacadista da região para o estado devido a sua forte relação econômica com o porto, sendo muitas vezes o meio de distribuição das mercadorias comercializadas. Os 316 estabelecimentos - todos localizados em Santos - tinham

¹⁰ Negri, 1996, pag. 93

portes consideravelmente maiores que a média do Estado, pois representavam apenas 6% do total dos mesmos, porém tinham mais de 11% do total de empregados e 27,4% do volume de vendas.

Os dados dos Anexos Ia e Ca comprovam a primazia do município e as relações da rede urbana regional pelo número de estabelecimentos industriais – voltados em sua maioria para o consumidor regional - e de comércio varejista, tanto absolutamente quanto em relação ao total da Baixada Santista. Em maior número, de maior porte e com maior produtividade, como mostra os crescentes pesos de estabelecimentos, empregados e volume de vendas, nesta ordem (87%, 91,6% e 95%, respectivamente). Detinha todos os estabelecimentos atacadistas da região (com exceção de um em São Vicente) de modo a subordinar a compra dos varejistas das outras cidades da região a sua oferta.

Na região do Litoral Sul, a atividade agrícola continuava a ditar a dinâmica econômica. Embora ocorresse uma maior diversificação das culturas da região (destacando-se o palmito e outras frutas tropicais), a banana continuava como principal produto da região.

- **Atividades Portuárias:**

Com a crise mundial, a região entra no período de forte recessão dada dependência estrutural das funções econômicas da cidade de Santos frente ao café. A movimentação do porto cai de 3,18 milhões de toneladas em 1928 para apenas 1,8 milhões em 1932. Entre 1928 e 1930, o preço da saca cai 38%, rebatendo em uma queda na movimentação em valor de 32% nas exportações totais.

Após esse período, o porto passa a recuperar seu volume de comércio e já em 1938 obtém uma movimentação que superou os quatro milhões de toneladas. Merece destaque que essa recuperação ocorreu em um contexto de diversificação das exportações. Já no final da década de trinta, o café representava apenas um pouco mais de um quarto do volume de exportações do porto. Os dados de 1937 apontam 457,4 mil toneladas de café exportados, correspondentes a 1.425,4 mil contos de réis, enquanto que o total das exportações era de 1,7 milhões de toneladas e 5.314,6 mil contos de réis. Essa diversificação ocorreu principalmente com o incremento forte do peso dos produtos manufaturados – 281,2 mil toneladas (16,7%) ou 1.181,3 mil contos de réis (22,3%) - e de outros produtos primários, com destaque para o algodão, que neste ano teve uma movimentação de 152,3 mil toneladas (9%) 624,2 mil contos de réis (11,8%).

O avanço das bases produtivas e mercantis da economia paulista passa a demandar um conjunto de novas instalações portuárias para fazer frente às novas estruturas de comércio exterior. Pelo lado da importação, aumentam o volume e a importância de máquinas e equipamentos, insumos industriais, combustíveis etc enquanto que nas exportações ocorre considerável diversificação de exportações, principalmente de base agrícola. Inauguram-se no início deste período as instalações para armazenamento e recebimento de produtos inflamáveis da ilha de Barnabé, investimento realizado integralmente pela Companhia Docas de Santos.

Contudo, já no período pós Segunda Guerra Mundial, o padrão de financiamento para as obras de melhoria e expansão do porto pautado no investimento privado se deteriora com o aumento da inflação a níveis superiores aos da remuneração regulamentada para o investimento no setor. A União passa a suprir parte desta necessidade com a instituição de uma taxa a partir de 1945 que, posteriormente, viria a se chamar Taxa de Melhoramento de Portos (TMP). Neste período, ocorre a expansão da área de cais construído para pouco mais de cinco quilômetros e o reaparelhamento de guindastes, esteiras etc.

O café, principal produto na movimentação do porto, apresenta uma considerável recuperação no final da década de quarenta quando contrastado com os dados de 1937. Porém, em nenhum momento retorna à importância relativa que tivera no início do século XX. Para 1948, o café respondia por 59,6% do total de valor movimentado e 50,7% do peso movimentado.

b. Pólo industrial, acessibilidade e ascensão da classe média: novos vetores de dinamismo. 1950 a 1970

A dinâmica econômica brasileira passa a partir dos anos 50 - e com clara nitidez a partir da metade dessa década com a implantação do Plano de Metas – a ter como seu padrão de acumulação o crescimento puxado pela indústria pesada, caracterizado pela maior complexidade e diversidade elos e articulações com outros setores, tanto do secundário quanto do terciário, necessários para a reprodução atividade industrial. A opção feita pelo Estado brasileiro de um padrão articulado com os capitais nacionais e internacionais de ter um papel ativo na dinâmica econômica, seja constituição, inversão, financiamento, fomento etc desses setores foi necessária diante das limitações estruturais de acumulação dos capitais locais. Assim, coube ao Estado

promover grandes inversões em infra-estrutura e bens intermediários - guiando as expectativas e decisões de gasto capitalista -, além de tomar medidas de financiamento especial, diversos subsídios via instrumentos de política cambial etc.

São Paulo é o principal receptor dos investimentos do Plano de Metas nos três alicerces do “tripé”, seja aqueles ligados às inversões do setor público (infra-estrutura, principalmente rodoviária) e do capital estrangeiro (implantação do parque automobilístico) e do capital nacional (autopeças, alimentos etc) foram majoritariamente alocados na região metropolitana, verificando-se até 1970 um aumento da concentração industrial do país neste estado.

A partir desta nova dinâmica, consolida-se a liderança e o domínio paulista na economia nacional, exercendo um grande poder polarizador sobre todo o território nacional. Cano¹¹ mostra que não somente a economia paulista produz grandes saldos líquidos na balança comercial interestadual – além do grande peso deste comércio para a região – como também inicia-se, a partir da década de 60, ainda que de forma tímida, um processo de migração do capital paulista para outras regiões devido às políticas de fomento de âmbito federal - principalmente para as regiões Norte e Nordeste - assim como políticas de grande renúncia fiscal e investimentos em infra-estrutura por parte de governos estaduais.

Acelera-se o processo de urbanização, principalmente em São Paulo e algumas outras capitais. A dinâmica urbana ganha uma crescente diversificação de classes sociais com o aprofundamento da divisão social do trabalho – principalmente nas atividades de apoio à produção, distributivas, serviços públicos e pessoais -, densidade, hábitos de consumo novos e inerentes ao cotidiano urbano de uma economia consumo de massas. As principais cidades brasileiras adquiriram características calcadas em uma crescente classe média urbana, ocupada em cargos administrativos e profissionais liberais, conformando um potencial mercado consumidor para essa nova gama de produtos.

Outra grande característica que a partir dessa mudança são os contornos que caracterizam o dinamismo populacional: por um lado, o grande fluxo migratório de outros estados e regiões do país para São Paulo em busca de oportunidades e por outro o grande aumento de produtividade no setor agropecuário – principalmente em São Paulo – com a quimificação e maior mecanização

¹¹ Cano, 1982

da produção, liberando mão de obra que ocasionou, por sua vez, um considerável movimento de êxodo rural para as cidades em plena fase de transformações de sua dinâmica. Esses novos deslocamentos populacionais acabam por gerar um agravamento das desigualdades no meio urbano dado a impossibilidade de acomodação de tamanho contingente nos momentos em que a economia não está aquecida.

As limitações inerentes na base de financiamento e atuação do Estado, os desequilíbrios de oferta e demanda, o agravamento das disparidades de renda e a maturação dos investimentos impediram que o ritmo de crescimento econômico fosse mantido. A partir de 1962, há uma forte desaceleração da economia, gerando o agravamento de tensões sociais, culminando na entrada do regime de Ditadura Militar em 1964.

Com a promoção de uma série de reformas institucionais – monetária, fiscal, financeira, administrativa e outras – estruturam-se novas bases para a atuação do Estado na economia. A partir de 1967, a economia brasileira volta a apresentar forte ritmo de crescimento com reduzida inflação, inicialmente aproveitando-se da capacidade instalada dos segmentos de bens de consumo durável e o incentivo à construção civil, possível graças à ampliação das condições de financiamento da economia, incluindo maior parcela da população no consumo de massas.

- **Demografia e Urbanização:**

Como efeito deste novo padrão de articulação com a economia paulista, a região passa a apresentar as taxas de urbanização mais elevadas do Estado. Santos, e em menor medida São Vicente, apresentam já no início da década de cinquenta um forte movimento imobiliário baseado no melhor acesso da região do Planalto Paulista com a rodovia Anchieta e com o considerável crescimento econômico pelo qual a região e o resto do Estado apresentaram nos últimos anos.

Esse ciclo de aquecimento do mercado imobiliário é potencializado pelo grande número de residências de uso ocasional de propriedade da população de outras regiões do estado com o intuito de usufruto em feriados e fins de semana. Ocasiona-se uma população flutuante considerável nestes períodos, principalmente nas férias de verão. O aumento da massa salarial, consolidação de uma classe média no Estado, atrelados ao movimento de expansão de suas atividades contribuíram para que a área insular de Santos, e em menor medida São Vicente, fiquem saturadas já ao final da década de 60.

O padrão de ocupação do solo da região passa a apresentar duas características que se sedimentam com o passar do tempo. Primeiramente, o processo de verticalização precoce dos municípios, notadamente nas áreas próximas à orla devido em boa parte à limitada ocupação horizontal da região já descrita anteriormente. Os dados levantados por pesquisa de Seabra (1982) revelam que o número de prédios na cidade de Santos passou de 04 em 1950 para 157 em 1955, majoritariamente próximos à orla no lugar dos antigos casarões, constituindo, até o final da década de 1960, uma verdadeira muralha na orla santista.

Já a outra característica se dá na constituição de vetores de ocupação de formas de moradia precárias. As ocupações criadas ao longo de partes da Rodovia Anchieta, em plena Serra do Mar por parte dos próprios operários e em menor medida em áreas de manguezais consubstanciam parte crescente da mancha urbana da região a partir desta década, ainda que sejam classificadas para efeitos censitários de áreas rurais. O grande movimento migratório vindo para a região como mão-de-obra barata para as obras de urbanização, fábricas e dos grandes projetos acabaram por povoar áreas mais distantes, notadamente Vicente de Carvalho no Guarujá, Zona Noroeste de Santos, periferia de São Vicente.

Os dados censitários mostram que já na década de 50 os vetores de ocupação demográfica na região passam a ocorrer predominantemente nos outros municípios da região. Pelos dados do Anexo Dc, observa-se que a cidade sede da região corresponde por apenas 40,6% do incremento populacional da década. O restante total da população adicional estava nos municípios limítrofes a Santos - São Vicente, Cubatão e Guarujá (principalmente Vicente de Carvalho)-.

Ainda assim, esse movimento de desconcentração relativa da população da Baixada ocorre numa dinâmica de aceleração do crescimento da população da região, inclusive da de Santos, que agora cresce na média de 2,6% ao ano. Conforme o Anexo Da, as cidades no seu entorno apresentam taxas próximas aos dois dígitos de crescimento demográfico médio anual. Conclui-se que o padrão observado denota o início do esgotamento das possibilidades de ocupação na cidade sede pela escassez relativa do solo, refletindo em um custo demasiadamente oneroso para grande parte da população, ainda que a desconcentração das atividades econômicas só seja vislumbrada para a prestação de serviços ligados ao processo de urbanização e de balneário turístico.

Para a década de 60, o que se verifica é a manutenção de um ritmo de expansão superior ao do Estado de São Paulo como um todo, representando nos seus mais de 650 mil habitantes 4,6% dos habitantes daquele. Essa expansão continua sendo predominantemente dos municípios limítrofes de Santos – o principal município corresponde a somente um pouco mais de um terço do aumento populacional, como mostra o Anexo Dc -. Guarujá, Cubatão e São Vicente (incluindo ainda a população da emancipada Praia Grande continuam crescendo a taxas muito mais elevadas do que Santos).

Os municípios do litoral sul passam a crescer vertiginosamente com a construção das duas rodovias já citadas, tornando-se uma nova possibilidade tanto de moradia da população regional e da população flutuante para lazer balneário. Por exemplo, Itanhaém tem sua população praticamente dobrada mesmo com a desvinculação de dois municípios, passando de 7,3 mil em 1960 para 14,5 mil habitantes em 1970.

Os dados censitários de 1970 não permitem verificar se a antiga localidade de habitação dos migrantes era de algum outro município da Baixada Santista de forma a evidenciar um padrão de periferização da população de mais baixa renda. Ainda assim, percebe-se que esse foi o movimento que ocorreu: para esse ano, cerca de 55,5% da população se dizia migrante e 31,6% havia migrado para o município de residência somente naquela década, com uma concentração considerável nos anos finais do período caracterizado pelo milagre econômico (16,8% do total da população entre 1967 a 1970).

A análise dos microdados para este censo permite algumas conclusões importantes. Primeiramente, ao ver a situação de emprego dos migrantes e contrastando com os nascidos no município, verificam-se algumas diferenças consideráveis que nos permitem concluir que para Santos e os municípios ao seu entorno há uma proporção de pessoas da PEA entre os migrantes expressivamente maior. Já para os municípios do litoral sul (Praia, Grande, Peruíbe e Mongaguá) essa diferenciação é mínima ou até oposta para o caso do último citado. Por outro lado, estas mesmas cidades apresentam uma proporção de aposentados dentre sua população migrante muito mais expressiva do que os nascidos nas mesmas, enquanto que os municípios mais complexos do ponto de vista urbano apresentam justamente uma diferença no sentido inverso. Estes municípios passam a consolidar vetores de atração para a população já aposentada de diversas regiões do Estado, inclusive da região da Baixada Santista.

A concentração dos empregos da região no município de Santos – e em menor medida no pólo de Cubatão- e o alto custo de moradia da principal cidade resultaram que já para esta década fosse evidente o movimento de periferização da população para os municípios ao seu entorno, notadamente São Vicente e Guarujá, mais especificamente o distrito de Vicente de Carvalho - uma continuação da mancha urbana do centro santista separados pelo canal estuário – é verificada também com os dados do Censo. Ainda que não permitam dizer o município de trabalho ou estudo da população, o mesmo mostra que para estes dois municípios quase 1/5 da população total se deslocava para outro município com um daqueles intuitos.

Esse percentual é consideravelmente maior quando analisados apenas os migrantes desta década, com diferenças de até 4 pontos percentuais entre estes e aqueles que já residiam nos municípios a pelo menos dez anos, sendo este o grande vetor de periferização da época. As exceções a esse padrão entre os migrantes são justamente os municípios do litoral sul, que como já salientados possuem um perfil diferenciado daqueles municípios da mancha urbana.

As atividades relacionadas ao lazer balneário ganham novos patamares. A consolidação de uma classe média, a elevação da massa de salários aos trabalhadores que moram próximos à região, tais como o complexo metal-mecânico do ABC etc, a possibilidade de viagens mais rápidas para as pessoas com acesso ao automóvel consubstanciam uma massificação do “consumo de lazer”. As cidades de Santos, São Vicente e Guarujá, pelo facilitado acesso com a abertura da Rodovia Anchieta, tornam-se o destino de muitas famílias da região da capital como também no interior, repercutindo radicalmente na paisagem e dinamismo destas cidades.

A exclusividade e o isolamento dos equipamentos hoteleiros das cidades citadas acima durante esses vinte anos se perdem com o grande boom imobiliário que passa a ocupar estes espaços antes calmos, isolados. A ocupação da orla da praia, a proibição dos cassinos, a falta de infra-estrutura para atender à crescente população de turistas que iam para a região no fim de semana e a degradação da qualidade do mar – na década de 50 para Santos e final de 60 para Guarujá e São Vicente – geram uma transformação no perfil do turista. As famílias mais abastadas passam a procurar novas localidades para o lazer balneário e construção de casas para temporadas, tanto no litoral paulista (região composta pelos municípios do litoral norte) pela possibilidade de algum acesso, como outros estados do Brasil e até outros países. O novo público

constituiu-se da crescente classe média - alta composta por profissionais liberais, cargos administrativos, burguesia industrial etc.

Já os municípios de litoral sul sofrem neste período transformações definitivas após a melhoria da acessibilidade. Assiste-se neste período ao desmembramento do município de Itanhaém, via emancipação dos distritos de Peruíbe e Mongaguá. No mesmo eixo de expansão, Praia Grande emancipa-se do município de São Vicente em 1964.

Percebe-se no decorrer do desenvolvimento da região uma forte correlação da construção dessas estradas e a ocorrência de emancipações municipais. Em boa parte esta separação existiu em função de maior adequação administrativa diante da marginalização da atenção dos governantes com relação às demandas locais (principalmente interesses de especuladores imobiliários), buscando sempre ter acesso a uma fatia maior do erário público e das decisões políticas dos locais onde estão os seus ativos. Logo, controlavam a massa de recursos provenientes de impostos municipais, repasses das outras esferas do governo e, principalmente, as decisões de gasto e o regramento urbano dos municípios.

Os casos de Praia Grande e Mongaguá são exemplos claros deste jogo de interesses. Enquanto que Peruíbe tinha uma ocupação física do território considerável com as vilas de trabalhadores da rede Ferroviária Sorocabana, os municípios supracitados possuíam uma reduzida escala populacional e tiveram seus movimentos emancipatórios liderados pelos principais proprietários de terras e patrocinados por empreiteiras locais e paulistas.

De qualquer maneira, as transformações urbanas neste período foram sensíveis, com a penetração determinante de grandes empreendimentos imobiliários. Em 1955, inaugura-se na Praia Grande a Cidade Ocian, bairro planejado com toda a infra-estrutura que objetivava atrair diversos trabalhadores do ABC paulista para residirem no local. Diversos ônibus de empresas da região do planalto diariamente passam a subir a Serra do Mar. Outra grande transformação no município foi a implantação nos anos sessenta de uma série de colônias sindicais em uma mesma avenida na região com terreno doado pelo Estado. Nos dias atuais, a Avenida dos Sindicatos como é conhecida possui a maior concentração de leitos do país divididos em mais de 50 colônias de classe sindicais.

Esta radical transformação do litoral sul, principalmente em Praia Grande, consolida a especialização espacial das atividades de veraneio. Já aqui, São Vicente, Santos e Guarujá

passam a ter um perfil de atrair pessoas de classe média – alta; Praia Grande e Mongaguá têm nas classes média e proletária seu principal público enquanto que Itanhaém e Peruíbe possuem uma atratividade predominantemente de pessoas com maior poder aquisitivo, predominantemente aposentados e em busca de tranquilidade.

- **Mercado de Trabalho:** ¹²

Constatam-se alguns fenômenos que melhor exprimem as diferenças da dinâmica regional da estadual e de uma dinâmica dos municípios. Pela distribuição de empregos por setor econômico de São Paulo, como se observa no ANEXO MTa, a região da Baixada Santista para esse ano já apresenta consideráveis especificidades, muito devido ao seu papel dentro da dinâmica da economia paulista. O peso das ocupações ligadas ao grupo de serviços distributivos na Baixada é muito maior do que no Estado devido a influência do porto.

Já a diferenciação entre os municípios é bem mais acentuada. Vale destacar de início a grande diferenciação entre os municípios do litoral sul com os outros de economia mais urbana: quase 1/3 dos empregados dos municípios de Itanhaém e Peruíbe e 1/5 dos de Mongaguá estavam em atividades ligadas ao setor primário da economia, na economia destes municípios muito pautada na cultura de banana (mais de 20% dos empregados dos mesmos). Ainda assim, Santos concentrava grande parte dos mesmos, muito devido ao parque pesqueiro do município e de sua área continental na qual mal havia sido ocupada e desbravada.

Para os municípios com maior grau de articulação e urbanização, as diferenciações do perfil setorial de emprego são explicadas tanto pelo pólo de geração de empregos articulados com a economia paulista que se desenvolve em cada município e as limitações de residir no mesmo. Desta forma, estas atividades mais articuladas e com geração de um emprego com maior remuneração, maior grau de formalização e estabilidade tem seus trabalhadores ou próximos de seu local de trabalho ou em regiões caracterizadas pelo maior valor imobiliário.

¹² A metodologia utilizada para a análise do mesmo é aquela formulada por Browning-Singelman no qual classifica-se o setor terciário da economia em 4 grandes grupos: serviços distributivos (comércio, transporte, comunicação etc), serviços sociais (educação, saúde, administração pública etc), serviços produtivos (financeiros, contábeis, engenharia, propaganda etc) e serviços pessoais (alojamento, lazer, doméstica etc). Ainda que contenha algumas incoerências e algumas ocupações que mereciam ser melhor especificadas, dentro das possibilidades dos dados existentes parece ser o que melhor capta as transformações ocorridas na dinâmica socioeconômica. Para uma análise mais pormenorizada, ver Macedo e Silva.

Com isso, verifica-se o peso em Santos dos empregados de serviços distributivos referentes ao porto, em Cubatão daqueles referentes à indústria de transformação - pólos metalúrgico e petroquímico - quando comparados com a região como um todo. Ainda cabe ressaltar o peso da cidade sede região de serviços produtivos, já esperado diante do nível de renda associado a tal setor e sua ocorrência em lugares com maior densidade demográfica, econômica e da existência de infra-estrutura social mínima, existentes só em Santos; enquanto que empregos de baixa formalização, remuneração e estabilidade, tais como construção civil, se estabelecem em localidades / municípios no entorno, tais como o visto no perfil de Praia Grande (na época periferia de São Vicente), Guarujá e Cubatão: os dois primeiros em ampla expansão e aquecimento do mercado imobiliário e ampliação do parque industrial e infra-estrutura para o último.

O terciário da região se sofisticava e se diversificava de modo a suprir os “turistas e moradores ocasionais” da região e a população permanente. Um conjunto expressivo de atividades econômicas alicerçadas neste público se consolida na região em praticamente todos os segmentos do terciário. Seja no comércio varejista formal e informal até serviços classificados como sociais como o sistema de hotelaria, segurança predial, transporte intermunicipal e local, atividades ligadas ao lazer etc., sedimenta-se nestas cidades um conjunto de empreendimentos caracterizados pela forte dependência econômica a este público, determinando um comportamento sazonal de considerável parte da atividade econômica da região e, por consequência, da geração de renda e emprego.

Contudo, esse tipo de emprego, assim como o setor terciário vinculado à prestação de serviços pessoais e de comércio, se caracteriza pela forte informalização, instabilidade, precariedade, baixas remunerações e além de tudo da sazonalidade, refletindo em uma população ocupada com baixos níveis salariais e conseqüentes reflexos em suas condições de vida. Esse padrão de mercado de trabalho era ainda mais característico das localidades e cidades que não fossem diretamente afetadas pelas atividades portuárias e do complexo petroquímico.

- **Aspectos Econômicos:**

Dois grandes empreendimentos que surgem no final da década de 40 marcam o início de novas atividades na região fortemente vinculadas à dinâmica do Estado, transformando radicalmente a feição da região, tanto sob o aspecto da urbanização quanto de sua dinâmica econômica: a construção da Rodovia Anchieta e a inauguração da Refinaria Presidente Artur Bernardes em 1955 em Cubatão. Pode-se afirmar que para a região, a dinâmica do padrão de acumulação baseado na indústria pesada que caracterizou a economia brasileira a partir do Plano de Metas de 1955 começara já no começo da década.

A inauguração da Rodovia Anchieta em 1949 contribuiu com a consolidação do vetor de turismo balneário da região, repercutindo em uma dinâmica urbana única no Estado dada ocupação intensiva do solo da região, tanto por parte de empreendimentos imobiliários residenciais como equipamentos urbanos ligados ao terciário relacionado. Depois da montagem da indústria automobilística e massificação de seu consumo pela crescente classe média e burguesia industrial formada a partir da metade da década de 50, a região passa a ser o principal destino de turismo do Estado. Cabe lembrar também a importância da inauguração e expansão da Rodovia Anhangüera (em 1948 o trecho até Limeira fica pronto, a duplicação até Campinas se dá em 1953), ao possibilitar o acesso das populações de regiões importantes e dinâmicas ao litoral, tais como Jundiaí, Limeira, Campinas etc).

Também gerou novas possibilidades logísticas com relação à movimentação de mercadorias que passassem pelo porto. O próprio dinamismo que veio a ganhar o ABC paulista com a instalação de setores industriais pesados – metal – mecânico - têm por razão a proximidade com o mercado consumidor principal (a capital e regiões participantes da rede urbana paulista) e a facilidade de receber componentes ou escoar mercadorias para o porto com a Anchieta.

O segundo empreendimento que traz à região novas funções dentro da articulada economia paulista é a construção da Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão¹³, inaugurada em 1955, com o principal objetivo de reduzir a dependência externa e economizar divisas. Sua construção abriu a possibilidades para a instalação potencial de um pólo petroquímico na região

¹³ Dentre as principais razões da instalação da refinaria em Cubatão, está a facilidade logística e proximidade do mercado, disponibilidade energética da Usina Henry Borden, existência do oleoduto Santos São Paulo (inaugurado em 1951) e uso estratégico da Serra do Mar como proteção natural e armazenamento interno. Ver Couto, 2003, cap. 2.3. Tanto a refinaria quanto o oleoduto faziam parte dos projetos do Plano SALTE.

devido às características de aglomeração inerentes a este ramo produtivo, além de ter enormes efeitos indiretos nas outras atividades econômicas para a região.

A construção e inauguração de rodovias federais no litoral sul da Baixada Santista - Rodovia Padre Manuel da Nóbrega (ligando São Vicente até a região de Iguape) e a construção da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) -, ambas no início da década de 60, aumentaram a acessibilidade à região e repercutiram em um aquecimento do mercado dessas terras proporcionalmente mais baratas do que as orlas de Santos, São Vicente e Guarujá. Há um boom imobiliário na região com a construção de bairros planejados com toda a infra-estrutura, casas de veraneio e equipamentos de suporte à atividade do veraneio.

Os dados censitários para o período denotam aumento considerável do número de empregados, de estabelecimentos e de valor de produção para as duas décadas. Pela comparação dos dados entre 1940 e 1959 (dados não obtidos de 1950), a indústria aumenta em 138% o número de estabelecimentos (de 313 para 744) e em 4% o de empregados. Esse crescimento é inferior ao do estado, como se deduz dos dados do Anexo Ia, com, respectivamente, 155% e 97% de crescimento. Já as mudanças na década de sessenta no perfil da atividade industrial da região foi de crescimento dos estabelecimentos bem menor (58%) e bem maior dos empregados (103%) quando comparados ao período anterior, perfil de crescimento este pautado nas plantas de grande porte do pólo de Cubatão. Ambas as taxas de crescimento são superiores às apresentadas pelo Estado, com, respectivamente, 39% e 94%.

Outro fato a destacar é o menor percentual de agregação de valor da região diante dos produtos finais das empresas, caindo de 52,2% para 31,4%. Pelos dados do ANEXO Ia e Ib, houve uma queda muito expressiva em Cubatão devido ao menor coeficiente de agregação inerente à atividade de metalurgia, justamente este o período em que há a instalação da COSIPA. Aqui, quase todo o valor é agregado na região, contudo as empresas são separadas e como funcionam como várias partes de uma coisa só o grau por empresa individual não é tão elevado.

Já o setor comercial apresentou queda de 1940 a 1960 do peso relativo no estado de São Paulo no número de estabelecimentos, pessoal e vendas. Ainda assim, apresenta aumento de 75,5% do número de estabelecimentos e 55,5% do número de empregados. Fica evidente pela comparação dos Anexos Ca e Cb que a grande perda de importância se deu no sub-setor

atacadista que tem um aumento maior de estabelecimentos e empregados no estado do que na Baixada.

Já as transformações durante a década de sessenta, destaca-se a queda absoluta do número de estabelecimentos e pessoal ocupado no ramo atacadista na região devido à queda brusca em Santos deste setor de atividade. A redução de pessoal foi de 5% no número de estabelecimentos e 14,5% no total de pessoal ocupado.

- **Pólo Industrial de Cubatão:**

Neste período, assiste-se à consolidação da indústria pesada na região. A construção dos pólos siderúrgico e petroquímico transforma radicalmente a dinâmica urbana e econômica da região. Expõem-se a seguir as principais empresas que se instalaram na região, as motivações para a instalação dessas empresas e como elas estão articuladas.

A Refinaria Presidente Bernardes foi inaugurada em 1955 e tinha inicialmente como produtos derivados principais a gasolina comum e de aviação, querosene, óleo diesel, óleo combustível e gás de petróleo. Já no ano posterior, é inaugurada uma planta voltada para a produção de asfalto, usado na pavimentação da maioria das autovias alvo do Plano de Metas, suprimindo toda a necessidade do país.

O momento de forte crescimento assistido nos países periféricos e os planos de expansão das empresas do ramo petroquímico ensejou uma grande atratividade por parte das grandes empresas multinacionais em ingressar nestes mercados. Assim sendo, desde a sua fase de projeto e construção da RPBC, outras empresas multinacionais do setor petroquímico já compraram terrenos nas imediações da futura refinaria com o claro objetivo de usar os resíduos como matéria-prima. Só nos três primeiros anos de funcionamento da planta, cinco empresas inauguraram suas dependências e começam sua atividade: em 1957, três empresas: a transnacional Alba S/A (produzindo metanol, formal e resinas sintéticas), a Companhia Brasileira de Estireno (produzindo monômero de estireno) e a Petrobrás inauguraram uma Fábrica de Fertilizantes para a produção de fertilizantes e amoníacos; já em 1958 inauguram-se duas empresas: a Companhia Petroquímica Brasileira (Copebrás), de propriedade dos grupos americanos *Columbian Chemicals Company* e *Elko Chemicals*, produtora de negro de fumo e a fábrica de capital americano *Union Carbide do Brasil S/A* (produção de polietileno).

A constituição deste pólo petroquímico gera efeitos indiretos imensos. Para a Baixada Santista e também para outras regiões pela necessidade implícita de seu funcionamento de conjunto de atividades econômicas é necessário para a reprodução da atividade. Logo, enormes são os rebatimentos sobre as atividades logísticas, portuárias, comerciais, industriais etc.

Inaugurada em 1963, a Companhia Siderúrgica Paulista teve por destino o município de Cubatão baseado na proximidade do mercado consumidor. O transporte da matéria prima e da produção teria seus preços reduzidos devido ao transporte marítimo, transportando através de um porto instalado dentro da usina. (contudo, por razões de ordem político administrativas, a empresa foi impedida de construir um porto e só conseguiu o aval e a conclusão das obras do cais em 1969. Até essa data, o transporte era realizado das jazidas até a siderúrgica via Estrada de Ferro Santos - Jundiaí, elevando consideravelmente os custos e o seu ciclo operacional).

Durante o período analisado, a empresa operava ininterruptamente com prejuízo devido à pequena escala de operações (como só tinha um alto-forno, os custos fixos eram enormes, entre eles a parada da operação para manutenção) e ao controle do preço do produto pelo governo.

Havia a expectativa que, da mesma forma que a RPBC atraiu empresas do ramo petroquímico, a COSIPA induziria empresas a se localizarem nas suas proximidades para uso dos subprodutos da atividade siderúrgica (principalmente para as indústrias químicas e de cimento), além do grande custo de transporte dos insumos e produtos das atividades desse complexo industrial. Somente uma empresa do ramo de cimentos foi atraída para o pólo no período, a Cimentos Santa Rita, começando suas operações em 1964. A vinda de empresas ligadas ao complexo siderúrgico só iriam ingressar no pólo na década de 90.

Outras empresas de porte se instalaram na região na década de sessenta. A Carbocloro S/A, produtora de cloro e soda cáustica, iniciou suas atividades em 1964 e escolheu a região devido aos seus recursos logísticos e também pela abundância de duas de suas principais matérias-primas: energia elétrica e água. Mais do que isso, atraiu empresas fornecedoras de insumos ou consumidora de seus subprodutos: para a década de sessenta, a Clorogyl S/A, inicia suas operações em 1965 na produção de solventes e fungicidas clorados; a Engeclor Indústria Química S/A.

- **Atividades Portuárias:**

As atividades portuárias modernizam-se em decorrência do aumento do volume do comércio exterior e o perfil deste, principalmente pelo lado das importações. Somente na década de 50, houve um incremento de 63,7% no volume importado e 514,7% do valor destas mercadorias. Ainda que este valor monetário seja nominal (sem descontar a inflação) e sem contabilizar a variação cambial, vê-se que há uma entrada de produtos com maior valor relativamente. A Tabela 7 mostra a rápida mudança do perfil da pauta de importação No período entre 1956 e 1960, justamente o do Plano de Metas, o ritmo de crescimento de bens de capital e consumo durável (manufaturas, máquinas e veículos) é consideravelmente maior do que as outras categorias de bens, tanto em matéria de volume quanto de bens. Desta forma, passam a ter um participação no total importado que era de 2,7% e 1,0% no peso respectivamente para 4,1% e 1,8%; nos valores as duas juntas correspondem em 1960 a mais de 45% quando em 1956 eram apenas 36%.

Tabela 7 – Crescimento do movimento do porto de importação por classe de mercadoria e suas participações

Classes de Mercadorias	Crescimento do período – 1960 (base 100 = 1956)		1956		1960	
	volume	valor	% volume e mil ton	% valor e Cr\$ milhões	% volume e mil ton	% valor e Cr\$ milhões
Matéria – Prima	98	255	79,4	35,6	73,7	28,7
Alimentos	123	334	11,2	10,2	13,0	10,7
Prod. Químicos	136	267	5,8	16,5	7,4	13,9
Maq. E Veículos	194	400	1,0	25,8	1,8	32,6
Manufaturas	164	389	2,7	10,1	4,1	12,5
Artigos Manufaturados Diversos	137	281	0,0	1,8	0,0	1,6
Total	106	317	6.886,6	34.687,2	7.308,1	109.757,9

Fonte: Anuário SEADE 1960

Enquanto que as exportações se davam basicamente de bens agrícolas (café, açúcar), as importações ganhavam crescente complexidade com as novas necessidades inerentes de uma economia com um padrão de acumulação como a brasileira. Máquinas e equipamentos, combustíveis entre tantos outros conjuntos de produtos nos quais o Brasil ainda não tinha produção interna suficiente diante de uma demanda crescente. Devido ao seu tamanho,

complexidade e suporte logístico – que tornava o escoamento dos produtos mais fácil do que outros portos -, torna-se a opção para até para outros países do continente.

Contudo, sua movimentação de comércio de cabotagem cai substancialmente com as transformações da matriz logística brasileira, sendo realizada agora crescentemente pela via rodoviária.

Além deste fato, Araújo Filho (1969) destaca que o estado do Paraná passava a ser o maior produtor de café e com os esforços do seu governo (investimentos em interligações e pesada guerra fiscal), o porto de Paranaguá passa a exportar parte da produção realizada no noroeste do estado. Se o porto perde parte de sua hinterlândia, mantém-se o poder de comando da praça comercial do café na região, apenas abrindo filiais no porto paranaense.

O principal conjunto de transformações do porto se deu pelos efeitos da constituição do pólo siderúrgico e petroquímico em Cubatão. As necessidades inerentes a estes setores econômicos repercutiram num aumento do movimento de granéis líquidos (derivados de petróleo etc) de mais de 100% entre 1955 e 1970 – representando em 1963 mais de 60% do total movimentado pelo em peso. O porto amplia consideravelmente seu conjunto de equipamentos, com grande aumento de produtividade devido principalmente a grande implantação de aparelhagem mecânica tendo. Registra em 1968 uma área de cais construído de pouco mais de sete quilômetros.

Capítulo 2 - Consolidação, auge e declínio da dinâmica socioeconômica regional: 1970 a 1990

Neste período, a dinâmica socioeconômica da região se consolidou, tendo nas atividades portuárias, industriais (pólo químico e siderúrgico) e de veraneio suas atividades principais, que evoluíram de forma derivada da dinâmica da economia paulista – sobretudo de sua RMSP. Obviamente, sua expansão e transformação também derivam, em menor parte, de dinâmicas econômicas de outras regiões do país que têm, na Baixada, principalmente, origem e destino de comércio externo e interestadual. Complementa essa dinâmica, a própria evolução de sua economia produtiva e de sua urbanização.

A falência fiscal-financeira do Estado e a decisão e interrupção do padrão de intervenção geraram repercussões diretas no complexo portuário e no pólo industrial de Cubatão. Outros fatores como o passivo ambiental controlado pela CETESB agudizaram o caráter recessivo dos anos 80 na região.

Do ponto de vista urbano, a Baixada Santista passou a apresentar municípios conurbados - sem diferenciação física e econômica de seus limites -, ainda que participantes de uma lógica de hierarquia urbana e de ocupação do solo. As cidades mais afastadas passam a corresponder a uma crescente participação da população da região sem que a polaridade do município de Santos seja afetada de maneira significativa. Muitos destes municípios sem estruturas tecno-burocráticas capacitadas política e administrativamente passam a apresentar graves problemas com relação ao planejamento de ocupação do solo, ficando isto, de fato, a cargo das iniciativas privadas, como as grandes construtoras e incorporadoras com seus grandes projetos.

a. Aspectos Econômicos:

A década de 70 se caracterizou pelo forte crescimento da economia brasileira, diversificando a estrutura produtiva brasileira e articulando todo seu espaço territorial de maneira mais intensiva. Até 1973, o crescimento se deu pelo conjunto de reformas estruturais realizadas (financeira, fiscal, administrativa etc), atração de segmentos de indústria pesada, promoção de

diversificação das exportações e grande liquidez internacional. A partir de 1974, com as limitações inerentes àquele padrão de crescimento¹⁴, o Estado faz um enorme esforço para manter o elevado ritmo, valendo-se do grandioso conjunto de investimentos em setores estruturantes da economia, o II PND.

Ainda que os resultados deste pacote de investimentos tenham resultado em uma menor dependência externa - com a diversificação da base produtiva - e maior integração do território nacional, a crise internacional de financiamento desencadeia a incapacidade de manutenção daquele padrão de crescimento com a falência fiscal-financeira do Estado brasileiro¹⁵. Os rebatimentos na década de 80 são notáveis: limitada capacidade de gasto das três esferas federativas, preocupação maior na geração de superávits na conta corrente e combate à inflação.

O desempenho pífio da economia brasileira corroborou na mudança de postura diante do novo cenário mundial e da situação no qual a o Brasil se inseria no mesmo. A prioridade na política econômica visava o combate à hiperinflação, através de seguidas reformas monetárias a partir da segunda metade dos anos oitenta, obtendo sucessos momentâneos e não sustentáveis. Os esforços por parte do Estado com políticas visando uma ampliação da oferta e a substituição de importações mostrou-se sensivelmente mais modesta que a década anterior, concentrando suas ações em iniciativas que acarretassem uma geração maior de divisas com o drive exportador.

- **A economia paulista: transformações nas articulações da rede urbana**

Sob o prisma regional, a dinâmica econômica deste período foi pautada por uma efetiva desconcentração produtiva – industrial. Para a década de setenta, todas as regiões apresentaram forte crescimento; contudo São Paulo teve um ritmo pouco abaixo da média nacional. Já nos anos oitenta essa desconcentração foi negativa, pois ocorreu em um cenário de estagnação, com o

¹⁴ Para Serra, 1982, a pressão inflacionária pelo lado do setor agrícola – não acompanha o crescimento industrial e salarial, gerando no final aumento das importações -, e aumento da defasagem entre o setor de bens de capital e os outros setores, viabilizada pelo aumento das importações de bens intermediários e de capital maior do que o aumento da produção interna dos mesmos já dava sinais em 1972 da insustentabilidade do crescimento naquele ritmo com a geração de um grande déficit na balança comercial. A crise de 1973 veio a agravar o problema da inflação, da balança comercial e do financiamento externo do crescimento com o preço do petróleo e custos crescentes para captação.

¹⁵ O processo de estatização da dívida ao longo da segunda metade da década de setenta, como minuciosamente mostra Cruz (1999) - uso de estatais para captação, apropriação do risco cambial dos entes particulares, títulos da dívida pública indexados ao dólar etc - incapacita, depois dos choques, qualquer de ação direta ou via estatais.

centro industrial-urbano de São Paulo sofrendo mais proporcionalmente do que as outras regiões. Ainda aqui, a maturação de alguns investimentos do 2º PND se deu apenas na metade da década de 1980, tendo seus efeitos sobre as economias regionais ocorridos a partir desta data.

As razões para esse padrão de crescimento territorial são sumarizadas por Pacheco (2002): forte caráter descentralizador dos investimentos realizados pelo 2º PND com investimentos em infra-estrutura e em muitos setores fortemente ligados à dotação de recursos naturais, política de renúncia fiscal e subsídios para a atração de investimentos para regiões menos desenvolvidas (SUDAM, SUDENE etc), expansão da fronteira agrícola e seus rebatimentos na agroindústria e o impacto na indústria diante do acelerado processo de urbanização que ocorre de forma generalizada em muitos centros urbanos na “periferia do país”- e decorrente mudança no padrão de consumo.

Para efeito do proposto nesta dissertação, a observação de maior importância neste prisma é justamente compreender as razões e o sentido da reversão da polarização industrial ocorridas dentro do Estado de São Paulo. A constatação inicial é de que, como mostra o ANEXO Ia, houve uma redução inédita do peso do VTI da Grande São Paulo com relação ao Estado, indicando, dentro de um contexto de ritmo intenso de crescimento econômico da economia paulista, um ritmo de expansão industrial ainda mais forte do interior paulista. Vê-se pela Tabela 4 que tanto pelo número de pessoal ocupado quanto do VTI a década de 70 apresenta um aumento considerável de peso do interior no total do estado, 5,8 e 11,8 pontos percentuais, respectivamente.

De fato, as razões para este “espraiamento” relativo da indústria no estado se dão tanto por mudanças na forma de organização empresarial, por deseconomias de escala da metrópole quanto pela ação direta e indireta do Estado nos três níveis federativos.

No que concerne às novas formas de organização empresarial, Lencioni destaca as novas possibilidades oriundas da revolução telemática que surgem neste momento possibilitam a separação espacial entre o controle e os ciclos efetivos de valorização do capital¹⁶. Desta maneira, o autor atesta que não há uma descentralização efetiva da indústria, mas sim uma

¹⁶ Lencioni (1994). O autor ratifica a possibilidade de segmentação dos diversos ciclos de valorização subordinados a um processo maior, fazendo com que a empresa possa minimizar seus custos ou expandir sua acumulação ao estabelecer seu processo de valorização maior em diversos lugares.

dispersão relativa de fases do processo produtivo de empresas cujos centros de controle se localizam na Grande São Paulo, alterando qualitativamente suas relações com sua hinterlândia, aumentando sua influência sobre as diversas dinâmicas locais desta rede de cidade.

Sobre as deseconomias externas na metrópole, tal fato implica em custos crescentes de aglomeração para a manutenção e ampliação de determinado ciclo de valorização produtivo da empresa. Problemas relacionados ao lado caótico do cotidiano da RMSPP (congestionamento, poluição, criminalidade), alto custos de terrenos e uma mão-de-obra cara e organizada são alguns pontos levantados principalmente por Azzoni¹⁷ que motivavam as decisões empresariais a instalações / mudança de localização de plantas para outras regiões, principalmente aquelas circunscritas em um raio de 150 km da capital. Estas regiões, contudo, teriam de ter uma adequada infra-estrutura, necessária a estas empresas, tais como infra-estrutura energética e logística, mão de obra capacitada entre outras coisas.

É justamente nestes pré-requisitos que o poder público justamente procurou intervir de modo a guiar espacialmente as decisões de inversão dos capitais privados. Pelo lado do governo estadual, as motivações para tal política de interiorização tinham base nos graves problemas socioeconômicos e ambientais existentes na metrópole¹⁸. Os investimentos estaduais se direcionaram principalmente na expansão e integração da malha rodoviária estadual, com nove mil quilômetros de pavimentação de estradas principais e vicinais – tanto nas ligações deste com a metrópole (Rod. Bandeirantes, Rod. dos Trabalhadores, Rod. Imigrantes, Anhanguera, Castelo Branco etc) quanto entre as suas principais aglomerações urbanas (D. Pedro I, Marechal Rondon) -; na constituição, consolidação e ampliação de centros universitários e de pesquisa em uma gama maior de municípios do interior e para a imposição de barreiras ambientais na região da Grande São Paulo e Baixada Santista nos anos oitenta.

Já na esfera municipal, as tentativas de atração foram caracterizadas pela falta quase que total de planejamento e de cunho financeiro, usando dinheiro público para tornar o investimento

¹⁷ Azzoni, 1996

¹⁸ Como salienta Negri (1992), as principais políticas da esfera estadual foram o PROINDE (Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento), os ERPLANS (Escritórios Regionais de Planejamento), a Cetesb (Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico e Controle de Poluição de Águas).

de plantas industriais mais atrativos através de isenção fiscal, doação de terrenos, constituição de distritos industriais etc¹⁹.

Por último, porém não menos importante, refere-se aos investimentos realizados pelo governo federal através de suas estatais no interior do Estado - principalmente telecomunicações e energia – e incentivos para a exportação de forma a impactar e muito a dinâmica agroindustrial do interior paulista. Destacam-se instalação das refinarias de petróleo em Paulínia (REPLAN) e em São José dos Campos (REVAP) – ambas no final da década de setenta, as repercussões no setor sucroalcooleiro com o Programa Proálcool, com destaque para a região de Ribeirão Preto, o complexo de suco de laranja na região de Araraquara, a constituição do complexo aeronáutico civil e militar de São José dos Campos e centros de pesquisa nos municípios de Campinas, São Carlos e em São José dos Campos.

Essas transformações consubstanciaram em articulações qualitativamente distintas das do período anterior. A divisão social do trabalho distribuída na rede urbana paulista engendra maior centralização de comando e decisão na metrópole com o espraiamento de plantas industriais sobre a sua gestão no processo de acumulação²⁰. Da mesma maneira, a Grande São Paulo se converte, no período, na praça financeira nacional e centraliza segmentos do setor de serviços auxiliares a produção das partes ligadas à administração e financiamento da empresa (financeiro, marketing, consultoria, auditoria, escritórios de advocacia etc) para essas regiões do interior articuladas com seus circuitos de valorização produtiva. Essa nova articulação que vai se formando no estado mostra uma grande dependência deste centro decisório com relação ao ciclo produtivo realizado em outras regiões do Estado, do país e também até do continente.

Negri e Pacheco (1994) ainda advertem que essa desconcentração deve ser relativizada quando observados setores mais intensivos em tecnologia²¹. Os autores destacam que os novos centros urbanos capazes de receber esses setores industriais são justamente aqueles que sofreram forte incentivo do governo estadual (Campinas, São Carlos, São José dos Campos). Observa-se

¹⁹ Ver Pacheco et alli (1988).

²⁰ Como adverte Cano, essa perda de peso da indústria se dá inicialmente em um contexto de crescimento positivo de sua indústria. O que ocorre é que as decisões de ampliação e reestruturação produtiva privilegiam outras regiões vide motivos explicados anteriormente.

²¹ Ligando à argumentação de Lencioni (1994), os ciclos de valorização com maior conteúdo tecnológico dessas grandes empresas foram pouco descentralizados, tendo nos processos de reestruturação produtiva tais ciclos permanecidos na Grande São Paulo devido em boa medida à garantia de mão de obra especializada.

pela Tabela 4 que tanto pelo número de pessoal ocupado quanto do VTI a década de 70 apresenta um aumento considerável de peso do interior no total do estado, 5,8 e 11,8 pontos percentuais, respectivamente.

b. Aspectos Econômicos da Baixada Santista²²

No período, quatro novas rodovias melhorariam substancialmente aos habitantes do resto do estado o acesso à região. Elas compõem o SAI (Sistema Anchieta – Imigrantes): logo no primeiro ano da década, inaugura-se a Rodovia Cônego Domênico Rangoni ou Piaçaguera – Guarujá, ligando diretamente aqueles que vinham do Planalto Paulista ao município do Guarujá, sem a necessidade de passar pela cidade de Santos e de usar o sistema de balsa que ligava as duas cidades. Dessa maneira, potencializou a “vocação” turística da cidade assim como facilitou o acesso de veículos de transporte de mercadorias à outra margem do porto de Santos, localizada em área pertencente ao município beneficiado.

Outras obras de expansão da malha rodoviária foram inauguradas neste período na região - a Rod. Mogi – Bertioga e o gradual processo de construção e pavimentação da Rod. Rio - Santos - que, juntamente com a Rodovia Piaçaguera - Guarujá, consolidaram de vez o vetor de ocupação e veraneio da região norte da Baixada Santista, mais precisamente o distrito de Bertioga. Este último, pouco articulado com a economia do resto da região, passa a ter enormes transformações econômicas com o *boom* imobiliário e crescente articulação com os municípios mais próximos e Região Metropolitana de São Paulo, destacando-se Mogi das Cruzes.

A terceira construção que facilitou o acesso à região se deu pela rodovia dos Imigrantes (SP160), inaugurada em 1974. Os efeitos dessa melhoria considerável na comunicação física entre planalto e baixada deve ser entendido pela diminuição considerável da distância econômica entre as partes, permitindo assim um incremento considerável dos fluxos de pessoas e mercadorias destas regiões. Juntamente com a massificação do uso de automóveis para

²² Pela total falta de dados que possam indicar o desempenho econômico de maneira direta de forma convincente para este período - principalmente devido ao problema inflacionário - a análise se dará de forma indireta, observando o desempenho do estado e as modificações de peso nos setores da Baixada Santista. Cabe aqui destacar que mais uma vez o setor agropecuário não terá uma análise desta devido à sua importância ínfima para a dinâmica econômica da região.

deslocamentos no período do *milagre*, estes efeitos consubstanciam na redução da barreira tempo – espaço para outros setores da economia²³.

Essa nova integração deve ser melhor qualificada, pois gera efeitos positivos e negativos sobre a região:

- O fato de ser desnecessário passar pelo centro regional para chegar às outras localidades da Baixada Santista retiram do município os estímulos econômicos proporcionados pela escala de população da região. Como exemplo, para chegar a alguns pontos da região, uma pessoa que estivesse em São Paulo poderia levar quase o mesmo tempo que leva uma pessoa em Santos, como é o caso de algumas cidades (Peruíbe, Itanhaém, Bertioga na década de 80)²⁴. Assim, essas regiões tornam-se potencialmente integráveis ao mercado geográfico de um conjunto de setores econômicos, sendo agora concorrentes do centro de Santos. Isso significa uma coisa: a tendência a perda gradual da polarização da cidade com relação a estas.

- Um dos mercados com características singulares que passa a ter um considerável nível de integração e um dinamismo evidente é o imobiliário. Entretanto, a influência das outras regiões neste mercado na regional extrapola o âmbito do uso ocasional para fins de turismo e lazer. O número de pessoas que passam a morar na região, porém trabalhando na Grande São Paulo passa a ser crescente. Configura-se, principalmente a partir da metade da década de setenta com a inauguração da rodovia dos Imigrantes para as cidades de Santos, São Vicente e Guarujá um contingente populacional não desprezível de trabalhadores do planalto.

- O encurtamento das distâncias provoca efeitos duais na dinâmica do turismo e lazer balneário. Por um lado, a maior acessibilidade potencializa o número de “visitantes” da região

²³ Enquanto que antes somente atividades econômicas baseadas na escala e na inovação tecnológica – características intrínsecas à maioria do ramo industrial – tinham capacidade de competir em mercados caracterizados pelas grandes distâncias físicas, a maior integração através da infra-estrutura de transportes e comunicações entre as regiões possibilitou uma maior integração econômica das empresas de outros ramos da região da Grande São Paulo com o mercado regional da Baixada Santista. Desta maneira, Santos (1992) destaca que este acirramento da competição com empresas do mesmo setor já instaladas na capital repercute em uma redução do potencial de indução que as economias de aglomeração da região, principalmente de comércio e prestação de serviços diretamente ligados ao setor produtivos.

²⁴ Este fato é potencializado pelo padrão de ocupação territorial da Baixada Santista, caracterizado não como uma mancha urbana que cresce de forma circular, preconizado na maioria dos modelos matemáticos ortodoxos, mas sim uma “faixa horizontal” ao longo da costa. Desta forma, o crescimento da ocupação tende a ter uma distância muito maior com relação ao centro regional ao não haver possibilidade econômica de habitar áreas oceânicas e da Serra do Mar.

massificando esse “serviço”. Por outro lado, esse efeito gera uma crescente especialização dentro da própria região do perfil socioeconômico deste turista. Diferenciações na infra-estrutura e equipamentos urbanos dos municípios, qualidade das praias, exclusividade e privacidade no consumo deste lazer são fatores essenciais para explicar uma separação nítida do perfil de turista ou morador ocasional na região²⁵.

Lembremos que não apenas o litoral passa a ter uma maior acessibilidade com a rede de cidades na qual está inserida. Considerável número de cidades com uma economia diversificada e pujante, como no caso Campinas, Ribeirão Preto, Jundiaí, Sorocaba, Bauru etc tem seu acesso facilitado a outras áreas da região com a construção de rodovias como a dos Bandeirantes etc. Com o processo de interiorização da indústria observado a partir da década de 60 e intensificado na posterior provocou²⁶ - principalmente na segunda metade da década de 70 com todo um direcionamento e a entrada de novos ramos industriais - um aumento considerável da massa salarial e da classe média e média-alta destes centros urbanos. Conseqüentemente, essa população passa a ter um peso significativo na demanda por lazer balneário, intensificando ainda mais as pressões sobre o mercado imobiliário da Baixada Santista.

A região apresentou um desempenho econômico de forte crescimento nos anos setenta com os investimentos realizados para ampliação, modernização e implantação de plantas industriais e do complexo portuário, além dos referentes às grandes obras de infra-estrutura viária. Além dos milhares de empregos gerados diretamente nos dois setores descritos acima (construção civil e indústria), os efeitos indiretos se traduzem no aumento expressivo do setor terciário em todas as suas divisões, totalizando um aumento de 147,6 mil trabalhadores na região, ou 67% na década.

A instalação de indústrias de grande porte no pólo de Cubatão e suas particularidades - a construção de terminais marítimos em muitos casos, interligação por dutos entre as indústrias e necessidades especiais de aterramento e terraplanagem -, a construção de grandes obras de infra-estrutura e o processo de urbanização precoce acelerado pelas residências de veraneio

²⁵ Já na década de 60, com a má qualidade das praias santista e a massificação do seu uso, o grupo de maior renda passa a ter o Guarujá seu principal ponto de destino.

²⁶ Como destaca Negri (1996) no ponto 2.2, esse processo tem como causas principais as deseconomias de aglomeração ocorridas na metrópole, o dinamismo do setor da agroindústria (principalmente depois do Pró-Alcool) mas principalmente pelo esforço do Estado, tanto na ótica estadual como municipal, dando suporte material (universidades, infra-estrutura logística e social) e forte esforço de renúncia fiscal, respectivamente.

proporcionaram nesta década uma enorme demanda no setor de construção civil. Como mostram os Anexos MTa, MTb e MTe, praticamente dobra o número de pessoas ocupadas nestas atividades (de 26,3 mil para 52,6 mil trabalhadores), saltando de 11,9% para 14,2% dos trabalhadores da região. A maior contribuição para tal crescimento do número de trabalhadores ocorre justamente nos municípios de frente de expansão urbana (eixo sul, Guarujá) e industrial (Cubatão).

Já nos anos oitenta, a economia da região sofre com o período de estagnação da década. A queda generalizada no nível de investimentos nas diversas frentes de expansão da região – com a exceção da construção da Rodovia Rio-Santos –, as restrições impostas pela poluição ambiental e as novas opções de veraneio diante das poluídas praias da região desencadearam uma dinâmica econômica estagnacionista durante a década.

Ainda assim, os dados do Censo Demográfico apresentam um aumento no número de trabalhadores de 113,9 mil ou 30,9%. Setores como a construção civil apresentaram queda absoluta de 7% ou 3,8 mil pessoas.

- **Setor Industrial:**

Surgiram 321 novos estabelecimentos industriais e foram criados quase 23 mil postos de trabalhos diretos, 27% e 111%, respectivamente, conforme os Anexos Ib e Ic. Este crescimento se deu majoritariamente na segunda metade da década, quando deste total foram abertos 218 estabelecimentos (68%) e 18,8 mil empregos diretos na indústria (82%). Comparando com o desempenho do Estado, a Baixada Santista manteve o peso em número de pessoas ocupadas na indústria (1,6%) e uma pequena queda no peso de estabelecimentos (2%). Ainda assim, a região aumenta seu peso no valor de transformação industrial nesta década, indo de 2,7% em 1970 para 4,2% em 1980.

Este último fato é relevante, pois mostra a peculiaridade do padrão de crescimento industrial da região, pautada na consolidação de seus pólos petroquímico e siderúrgico. Diferentemente de outras regiões do Estado, que passaram por maior diversificação de seus parques industriais, tais como Campinas (telecomunicações, química, agroindústria), Ribeirão Preto (agroindústria), São Carlos (autopeças, materiais elétricos), São José dos Campos

(aeronáutica, química), a Baixada Santista passou por um crescimento centrado nos complexos industriais ali já existentes.

Esta estrutura industrial diferenciada, caracterizada pelo uso intensivo de capital e pela maior maturação dos investimentos realizados em ramos intermediários da cadeia produtiva, tem um reduzido grau de transformação industrial de seus estabelecimentos. Conseqüentemente, 31,7% em 1970 e 26,6% em 1980 do valor bruto da produção se dão pelo trabalho agregado ao produto em seus estabelecimentos, percentagens menores do que a média dos estabelecimentos industriais do Estado, como mostra os Anexos Ic e Id.

Contudo, este dado está subestimado pela quebra das cadeias produtivas em diferentes estabelecimentos, fazendo com que cada uma agregue uma parte menor de valor. Infelizmente, o grau de transformação industrial do pólo é impossível de estimar pelo desconhecimento de quanto cada estabelecimento produz para outros estabelecimentos do pólo. De qualquer forma, a queda que ocorre na percentagem de agregação de valor ocorre tanto pela mudança nos preços relativos dos insumos quanto pela política do governo de preços em contexto de combate a inflação²⁷.

Os estritos condicionantes impostos pela CETESB acabaram por inibir investimentos ligados ao complexo. A EMPLASA (2002) enfatiza que os negócios potenciais da região foram “deslocados gradualmente para outras regiões do país (Bahia e Rio Grande do Sul) e do estado de São Paulo (Paulínia e São José dos Campos)”.²⁸

Desta maneira, estes ramos industriais perdem considerável participação no VAF estadual. Pelos dados do Anexo Ie, o setor de metalurgia passa de aproximadamente 14% no ano de 1980 para menos de 9% em 1990, queda muito mais acentuada no interior, no qual no mesmo período passou de uma representação de quase metade do setor (45%) para 25%. No mesmo sentido, o ramo de produtos químicos sofre uma queda de seis pontos percentuais na década no Estado (de 17,4% para 11%) e de 17 pontos percentuais no interior (de 40,7% para 23,6%).

²⁷ O primeiro fator se dá pela maxidesvalorização cambial e o aumento dos preços dos insumos (aço, petróleo) em relação à depreciação e ao custo de mão de obra. O segundo se dá pelo controle do governo dos preços de empresas públicas para segurar o ímpeto inflacionário da época.

²⁸ EMPLASA (2002). Pág.42

- **Pólo Industrial de Cubatão:**

Durante o período de 1970 – 1990, assim como a economia paulista, o pólo de Cubatão assiste a dinâmicas econômicas em cada uma das décadas muito distintas: na década de setenta, têm-se grandes investimentos no pólo com ampliação, modernização e abertura de empresas. Os dados extraídos de Couto (2003) mostram para esta década um aumento de 260% em sua produção física. Já nos anos oitenta, presenciam-se baixos investimentos, deterioração financeira das mesmas e o grande impacto que as restrições da CETESB causaram na dinâmica de funcionamento das empresas e do próprio pólo, dados os níveis alarmantes de poluição ambiental.

Com relação às grandes empresas da região, a RPBC passa a produzir nafta no começo de 1970 com a expansão e modernização de suas instalações (novas e reformuladas unidades de craqueamento). Também no começo dos anos setenta, o suprimento de petróleo deixa de ser realizado pelo porto de Santos e passa a vir pelo Porto de São Sebastião, ligados por um oleoduto. Nos anos oitenta, destaca-se a inauguração da unidade de gasolina de aviação em 1984 e da segunda unidade de coque em 1986.

Já a COSIPA, através do Plano Siderúrgico Nacional e da mudança de administração da companhia para a holding federal SIDERBRAS sofre diversas ampliações, aumentando sua capacidade de produção de um milhão de ton./ano em 1970 para 3,9 milhões ton./ano em 1989. Dentro das necessidades de aumento da geração de divisas do Brasil, a COSIPA passa a exportar crescente parte de sua produção a preços menores do que seus custos de produção. Segundo Couto (2003), a empresa sofre intervenção em 1984 e apresenta déficit operacional de cerca de US\$ 200 milhões anuais.

Dentro das novas necessidades inerentes do setor agrícola do país de aderir à revolução verde (fertilizantes, pesticidas e sementes selecionadas), foi instalado em Cubatão o primeiro complexo de fertilizantes do país, a Ultrafertil. Empresa de capital pertencente aos grupos Ultra e a norte-americana *Phillips Petroleum*, a empresa inicia suas atividades em 1970, com estrutura de um terminal marítimo e sete fábricas integradas. Tinha como principal produto a amônia anidra, de aplicação direta no solo. Logo em 1974, a empresa é adquirida pela Petroquisa S/A pelo risco de parar a produção dado o desinteresse da controladora americana. Dois anos depois, sua administração é integrada à fábrica de fertilizantes da Petrobrás.

Não só das transformações ocorridas nas grandes empresas do parque industrial de Cubatão explica-se o grande crescimento da produção, renda e emprego gerados. A concepção de pólo integrado de diversos ramos industriais se fazia valer com o início da operação de diversas empresas durante os anos setenta com perspectiva de forte crescimento econômico e grande incentivo do governo federal. A atração era evidente pelas “*economias de proximidade*” potencializada pelas empresas já existentes no pólo.

Duas empresas são atraídas pelos subprodutos da Carbocloro: em 1971, inaugura-se Engeclor Indústria Química S/A, pertencente a holding de capital nacional privado Cobrapar (mesma do grupo Ultra) para produzir cloreto de amônio (utilizado na fabricação de pilhas secas e em banhos de estampagem). A Hidromar Produtos Químicos S/A é inaugurada em 74, utilizando-se de cloro e soda cáustica para a fabricação de hipoclorito de sódio e cloro gás - utilizados majoritariamente no segmento de saneamento básico-.

A Ultrafertil atraiu diversas indústrias do setor e que se valiam de seus subprodutos como matéria-prima. Com relação ao pólo de fertilizantes, quatro empresas satélites de capital privado nacional instalam-se neste período nas imediações da Ultrafertil: a Fertilizantes União, a IAP S/A, a Manah S/A (compostos NPK, multifosfatos, superfosfatos e granulados) e Adubos Trevo (compostos NPK, granulados e misturas de grânulos). Pelo lado dos subprodutos, duas empresas pertencentes ao grupo internacional Houston Natural Gás iniciam suas atividades na região: a *Liquid Carbonic* Indústrias S/A entra em funcionamento a partir de 1970 com o intuito de produzir gelo seco e gás carbônico liquefeito a partir da matéria-prima fornecida pela Ultrafertil. Mais recentemente – em 2002 – a White Martins assume a produção do local. A segunda empresa do grupo foi a *Liquid* Química S/A, inaugurada em 1972, produzindo derivados benzênicos.

Contudo, a maior empresa satélite foi justamente de iniciativa estatal e constituída por quatro grupos: a Petroquisa S/A, a Universal S/A, a ALCAN e a CBA. A Petrocoque, de capital misto, iniciou suas atividades em 1975 utilizando-se do coque verde produzido na RPBC para calciná-lo de forma a torná-lo utilizável em aplicações industriais (alumínio, eletrodos de grafite). Durante a década, a empresa realizou vários investimentos com novas unidades calcinadoras, quadruplicando sua capacidade de produção de 130 mil ton./ano para 600 mil ton./ano. Até os dias atuais é a única produtora coque calcinado do país.

A Engebasa Mecânica e Usinagem S/A iniciou suas atividades em 1973, voltada para a produção de peças metálicas sob encomenda, além de outras prestações de serviço específicos às empresas da região. Utiliza como matéria-prima básica o aço produzido pela COSIPA. Outra empresa é a GESPA - Gesso Paulista S/A - tendo como principal fornecedora de matéria – prima e subsidiária a Copebrás, entra em operação em 1976. Produzia gesso granulado (para indústria do cimento) e gesso FEP (para mistura em fertilizantes).

Diferentemente das décadas anteriores, Cubatão atravessou a década de 80 sem sofrer inversões significativas. Pouco aumenta sua produção visto o conjunto de medidas destinadas ao controle da poluição emitida das fábricas, intensificadas na segunda metade do período. Segundo Couto (2003), foi implantando em 1985 o Programa de Controle da CETESB, trazendo consigo severas punições para as fábricas, obrigando-as a se adaptarem com equipamentos que diminuam a emissão de poluentes.

O resultado fora uma queda de 28,2% na produção física da cidade nesse ano, principalmente devido às mudanças compulsórias feitas na Refinaria Presidente Bernardes. As firmas, para continuarem a produção, se vêem no dever de modernizar o processo produtivo de modo a reduzir os dejetos poluentes. Juntamente a este fato, a crise econômica qual passou o país deteriorou ainda mais a confiança dos investidores em constituírem fábricas no local.

Enquanto o setor de fertilizantes foi fortemente afetado pela crise econômica²⁹, o setor de bens intermediários apresentou um crescimento um pouco maior na década do que os outros setores, valendo-se do aumento de negócios com o mercado externo. Contudo, esses resultados são muito abaixo do registrado na década anterior e grande parte de suas empresas opera com considerável capacidade ociosa durante o período. Apenas uma empresa (não poluidora) é instalada no complexo, visando o mercado local de oxigênio, insumo importante para as empresas locais.

- **Setor Terciário:**

As atividades comerciais sofrem expressivas transformações durante o período em questão. O expressivo crescimento econômico baseado na forte urbanização e no maior

²⁹ Couto (2003) lembra que duas grandes empresas pedem concordata do setor, IAP S/A e Solorrrio S/A . Contudo apenas uma pequena empresa do ramo consegue a falência, a Costa Moniz.

encadeamento industrial da economia proporcionou mudanças nas formas de distribuição das mercadorias. Zimmerman (1992) destaca para o Estado de São Paulo³⁰ o aumento do peso do ramo atacadista no setor, as novas formas de organização da distribuição baseadas no auto-serviço e aumento do porte físico dos estabelecimentos para os bens de consumo não duráveis (destacando o crescimento da rede de supermercados), o forte aumento dos estabelecimentos destinados à venda de material de construção (em virtude da grande expansão do mercado imobiliário), e uma redução dos estabelecimentos de bens de consumo duráveis com oligopolização deste sub-setor comercial.

Com a região da Baixada Santista não foi diferente: ocorre o aumento do número de estabelecimentos vinculados a grandes densidades demográficas de redes nacionais de supermercados e lojas de departamento no município de Santos e a inauguração em outros municípios tais como São Vicente, Praia Grande e Guarujá, em detrimento do comércio mais especializado, de menor porte e de propriedade de habitantes da região. Há um aumento do tamanho médio dos estabelecimentos de todos os municípios nos dois tipos de comércio, seja mensurado pelo volume de vendas seja pelo número de trabalhadores.

Diante do grande crescimento econômico vislumbrado na década, a região manteve seu peso no total de estabelecimentos e empregados no Estado com um aumento líquido de 1079 estabelecimentos (20%) e 15,6 mil empregos (74,4%) durante a década. Ainda assim, a região ganhou peso no total de vendas no Estado (de 7,2% para 9,6%) com resultados díspares nos dois tipos de comércio: no varejista, perde peso de 4,4% para 3,8% em 1980 enquanto que no atacadista, ganha, passando de 9,5% para 16,1%.

A não ser que tenha havido algum fato pontual neste ano com relação às atividades atacadistas vinculadas ao comércio do porto, houve uma superestimação do peso da região em relação ao Estado de São Paulo. Tanto é assim que no Censo Comercial e de Serviços de 1985, a região aparece com um peso de apenas 4,5% das vendas do comércio paulista, no ano de 1980. Podemos deduzir que, não se valendo deste dado anômalo, que, pelo fato da região já possuir uma densidade demográfica e urbanização consideráveis, o setor atacadista da região não tenha

³⁰ Dado o estágio avançado das forças capitalista de produção em São Paulo, - quando comparado com outras regiões do país – dá-se primeiramente o movimento de concentração neste mercado, com a presença de redes que atendam com filiais vários municípios, aumentando sua acumulação de maneira horizontal.

mais tanto a crescer quanto em outras regiões do estado em que há realmente uma aceleração do processo de urbanização, principalmente no interior.

Há um crescimento de 7,6 mil (20%) postos de trabalho e um aumento líquido de 1000 estabelecimentos (17%) no setor comercial na primeira metade dos anos oitenta pelos dados do Censo Econômico. Já na segunda metade da década em questão, pelas informações da pesquisa da RAIS do Ministério do trabalho há um aumento de três mil postos formais de trabalho (8,4%) e apenas 900 estabelecimentos (15,5%), quando comparados com os dados de 1985 para a mesma pesquisa, como mostra o ANEXO Cf.

Os dados da segunda metade atestam que há uma redução no tamanho médio dos estabelecimentos com emprego formal, podendo significar duas dinâmicas: uma crescente informalização no setor e / ou uma redução efetiva do tamanho dos estabelecimentos, plausível com uma crescente estratificação por renda do consumo de alguns bens.

Os vestígios indicam que ocorreram estes dois processos: pelos dados do Censo Demográfico de 80 e 90, o número de empregados no comércio passou de 51,5 mil para 72,5 mil em 1991. As atividades que apresentaram maior contribuição para o crescimento foram comércio ambulante (9,2 mil), de vestuário (9,1 mil) e de alimentos (5 mil), marcados pela grande informalidade e precariedade nas relações trabalhistas. Também um ramo do comércio importante para a geração de empregos foram os supermercados, com um aumento líquido de mais de 6,5 mil trabalhadores.

- **Atividades Portuárias:**

A expansão do porto e o crescimento da economia foram responsáveis por um expressivo aumento na movimentação portuária, em torno de 74% na década dessetenta. Os desembarques registraram um crescimento de 4,5 milhões de toneladas, ou 51,4%, enquanto que os embarques aumentaram em 4,2 milhões de toneladas, ou 141% entre 1970 e 1979.

O processo de substituição de importações assistido no país durante a década de 1970 no ramo químico, a conexão por dutos da RPBC por São Sebastião e a ampliação do pólo químico e de fertilizantes proporcionaram variação no mix de movimentação do porto por parte dos granéis líquidos. Sua movimentação nos embarques cresceu 1676% na década, passando de 5,7% para 41% do total dos embarques (de 170 mil toneladas em 1970 para mais de três milhões em 1979).

Já os desembarques dos graneis líquidos apresentaram uma expressiva queda de 27,4%, passando de 349% para apenas 16,7% do total desembarcado.

Os censos demográficos mostram que houve um aumento no número de trabalhadores ligados diretamente ao serviço portuário³¹, sendo que havia 19,1 mil trabalhadores em 1970, passando para 23,8 mil em 1980, o que representa um aumento de 25,3% ou 4,7 mil postos de trabalhos.

A partir de 1969, as atividades cotidianas do porto sofreram transformações com a criação da Comissão Orientadora de Serviços Portuários (Cosesp), que foi criada no intuito de diminuir os custos operacionais do porto por problemas com o movimento sindical, congestionamento de navios, cobrança de sobretaxas etc. Além de aumentar a produtividade portuária, a Cosesp foi a gestora da forte expansão na infra-estrutura na década de setenta no porto, com a expansão em mais de 3,8 mil metros de cais, armazéns, pátios para volumes pesados. Juntamente com os investimentos feitos para a movimentação de contêineres e cargas “unitizadas”, e Execução do Programa de Corredores de exportação, o porto ganha condições incomparáveis de execução do comércio exterior no país, passando a atender igualmente outros países da região.

Desde então, surgiram novas possibilidades de escoamento da produção do estado. Foi inaugurado o Porto de São Sebastião, que substituiu Santos no recebimento do petróleo importado para a RPBC. Além disso, o comércio aéreo passou a ganhar com mercadorias de alto valor agregado e pequeno porte e/ou incompatíveis com o transporte marítimo: jóias, flores etc. Ainda assim, em 1975, o porto respondia por 87,2% do valor das exportações do Estado. Já nas importações, o porto de Santos sofre considerável decréscimo percentual, indo de 48,2% do valor em 1964 para 1/3 em 1975.

No final da década chegou ao fim a concessão de administração do porto pela CDS. No seu lugar, assume a recém constituída Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), que adotou o sistema de administração *port authority*, baseado na gestão através de dois Conselhos: o de Administração do Porto e o Especial do Usuário. A entidade herda um complexo portuário, com mais de 11,8 mil metros de cais, 21 armazéns cobertos, 32 ao ar livre, dezenas de pátios,

³¹ No censo de 1970, as denominações diretamente ligadas eram “Marítimos, fluviais, lacustre” e “Portuários”. Já para o Censo de 1980, denominados “Transporte marítimo” e “Serviços de apoio ao transporte marítimo”

usina geradora de energia, malha ferroviária e mais de 13,3 mil funcionários diretamente vinculados.

Os anos 80 foram marcados pelo baixíssimo investimento realizado no complexo. A crise fiscal-financeira do Estado brasileiro e a estagflação econômica consubstanciaram em uma quase interrupção dos projetos de expansão e renovação da infra-estrutura portuária. A única expansão se deu logo no começo da década com a inauguração em 1981 do Terminal de Contêineres (TECON) na margem esquerda do porto (lado do Guarujá).

A crescente containerização de carga afetou a paisagem urbana da região e o perfil da matriz de transporte. A adaptação desta nova modalidade se deu pela ocupação de terrenos vazios para depósito de cargas, terminais retro portuários especializados e utilização de veículos especializados para tal transporte, aumentando a conectividade da malha rodoviária com o porto.

De 1980 a 1989, a movimentação de carga cresceu apenas 28,5%, passando de 23,6 milhões para 30,4 milhões de toneladas. Esse aumento ocorreu em um contexto de grande esforço para geração de superávits comerciais. Entre os anos de 1981 e 1988, o valor em exportações de Santos subiu 56%, enquanto o de importações decresceu em 16%. Pelo lado da movimentação, o crescimento de embarques foi de 59,3% enquanto o de desembarques foi marcado por uma retração de quase 0,6% no volume total.

Vendo os embarques, todos os tipos de carga apresentaram crescimento de movimentação; contudo, os granéis sólidos e líquidos cresceram a taxas superiores à média, com 123,1% e 194,5%, respectivamente. Por sua vez, com relação aos desembarques, houve um leve aumento no movimento de granéis sólidos e cargas gerais, ocorrendo uma queda na movimentação de granéis líquidos da ordem de 6,3% na década.

Percebe-se que as novas formas de movimentação de carga nas atividades portuárias, através da crescente mecanização – guindastes, esteiras etc – e containerização propiciaram ao porto uma forte elevação em sua produtividade, seja esta medida através de tonelada por metro de cais ou por trabalhador. Além deste fato, novas formas de gestão das “*tradings*” e serviços logísticos e outros de suporte à operação de transporte, e que fazem parte do complexo portuário através da telemática engendrou reduzida necessidade de trabalho para executar tais serviços.

O resultado prático disto são os decrescentes efeitos indutores que o complexo exerce sobre a região no que diz respeito aos efeitos multiplicadores de renda e emprego na região. O

censo de 1990 relata que o pessoal ocupado em atividades relacionadas diretamente ao transporte marítimo passou para 20,6 mil pessoas, ou seja, uma redução de 3,2 mil trabalhadores na década, ou 13,5% do total de 1980.

c. Demografia, urbanização e mercado de trabalho:

A Baixada Santista segue a tendência do país e do estado em sua dinâmica demográfica: redução das taxas de fecundidade, aumento na esperança de vida, redução do ritmo de crescimento populacional e o aumento da esperança de vida.

Analisada dentro deste contexto, a dinâmica demográfica da região manteve as duas principais características dos períodos anteriores: crescimento proporcional superior ao Estado - conforme ANEXO 1b, entre 1970 e 1991, elevando seu peso da população de 3,7% para 3,9% do total do Estado, e de 6,8% para 7,6% do interior do Estado - intensificando o padrão de crescimento da desconcentração demográfica e a perda de participação do município de Santos – de 52,9% em 1970 a 35,2% em 1991.

Com relação ao primeiro aspecto, o ritmo de expansão da RMSP é superior ao do interior ainda nesta década, com grande fluxo de atração das regiões para o núcleo urbano da capital do estado na busca de oportunidade de emprego. Ainda assim, a região [da Baixada] cresce a um ritmo superior ao do Estado, com o forte crescimento econômico da região, sumarizados nos seguintes determinantes atrativos: as grandes obras de plantas industriais no pólo de Cubatão, das obras de infra-estrutura (Rod. Imigrantes, Rod. Piaçaguera – Guarujá) e da construção civil, com a expansão da procura por imóveis de temporada o que gerou oportunidades de emprego na região.

Por sua vez, nos anos 80, a região perdeu peso no total do interior devido aos efeitos menos pronunciados da recessão econômica do período nas outras áreas nas quais ainda atraíam fluxos de pessoas com as políticas de interiorização do desenvolvimento. Ganhou, porém, algum peso no total do Estado.

No que concerne a dinâmica intra-regional, o padrão de ocupação ocorrido nas décadas anteriores deveu-se aos mesmos motivos anteriormente citados: áreas nucleares com alto custo de moradia – ressaltando o componente de veraneio como intensificador deste processo -

possibilitando a ocupação destes novos habitantes em áreas pertencentes aos outros municípios da região.

Desta forma, Santos passou a apresentar taxas de crescimento populacional próximas de zero: na década de setenta cresceu apenas 1,9% ao ano, enquanto que nos anos oitenta cresceu apenas a 0,3% ao ano. Se retirarmos o distrito de Bertiooga – que apresentou um crescimento de mais de 10% ao ano, Santos, com a inauguração da Rod. Rio – Santos, cresce apenas 0,1% ao ano, ou seja, chega ao processo de “saturação” das possibilidades de ocupação.

Com tudo isso, Santos foi responsável por menos de 23% do crescimento demográfico dos anos setenta e 1,8% na década de oitenta. Esses sinais de amadurecimento do município, ou melhor, esgotamento das possibilidades de ocupação - podem ser observados na qualificação deste incremento populacional: conforme o ANEXO Dc, para a década de setenta, enquanto que na Baixada mais da metade (50,6%) do aumento populacional se devia ao aumento do saldo migratório, sendo apenas 12,2% em Santos. Já na década de oitenta, houve uma reversão dos fluxos migratórios dos municípios, que registra uma saída líquida de mais de 45 mil pessoas, compensada pelo crescimento vegetativo do município de mais de 57,5 mil pessoas.

Os outros municípios pertencentes ao núcleo urbano da região (São Vicente, Cubatão e Guarujá – mais especificamente Vicente de Carvalho) apresentam taxas de crescimento superiores às de Santos, porém inferiores às dos municípios dos eixos sul e norte, conforme os dados do ANEXO 1B e 2B. Cubatão e Vicente de Carvalho crescem em ritmo semelhante à Baixada como um todo, mantendo seus pesos relativos (7,5% e 9,1%, respectivamente). São Vicente na década de setenta tornou-se o município com a maior participação do crescimento demográfico da região (24,9%), chegando a quase 30% nos anos oitenta. O mesmo apresentou crescimento de 5,2% e 3,1%, aumentando seu peso de 17,8% em 1970 para 22% em 1991. Merece destaque o saldo migratório negativo da década de oitenta do município de Cubatão (9,9 mil pessoas) com a estagnação de novas obras de grande porte neste período.

Ainda assim, de maneira geral, a área nuclear da região reduziu sua participação no incremento populacional de 65% para 45,8%.

Com relação aos municípios do litoral sul, o ritmo de crescimento destes foram superiores aos da região como um todo; alguns municípios como Peruíbe e Praia Grande tiveram crescimentos demográficos superiores a 10% ao ano na década de setenta, enquanto que no

mesmo período Mongaguá e Itanhaém registraram ritmo de 6,5% ao ano. O eixo sul foi responsável nesta década por quase $\frac{1}{4}$ incremento da Baixada. Na década de 80 o ritmo de crescimento foi menor e menos diferenciado entre os quatro municípios, oscilando entre 4,8% a 6%; ainda assim em níveis superiores aos da Baixada de 2,2%. Com isso, este “Eixo Sul” de expansão demográfica representa crescente peso no aumento da população da região com quase 38,4% do total.

Este crescimento é fortemente puxado pela entrada de imigrantes nestes municípios, que variam entre 63,9% (Itanhaém) e 90,6% (Praia Grande) do incremento populacional dos municípios durante a década de setenta. Já nos anos oitenta, houve uma pequena queda no peso dos migrantes; ainda assim mantém o seu caráter destoante com relação aos outros municípios da região. Destaca-se Praia Grande por atrair aproximadamente 42 mil migrantes em cada década e responder por mais de 22% do incremento demográfico da região na década de 80.

O eixo norte de expansão demográfica, constituído pelos distritos de Bertioga e Guarujá, excluindo o distrito de Vicente de Carvalho, respondeu por 10,5% e 15,8% do incremento populacional das décadas de setenta e oitenta, respectivamente. Grande parte do aumento deste peso se dá pelo distrito de Bertioga, dada inauguração das Rodovias Rio – Santos e Mogi – Bertioga com conseqüente início de diversas atividades e construções ligadas ao veraneio da região.

Cunha et alli (2003) destacam que o perfil do migrante desses vinte anos é peculiar à região, pois, diferentemente do resto do Estado, quase 61% do total de migrantes da década tinham como origem o próprio estado na década de setenta e 93% nos anos 80, como mostra a Tabela 8. Ainda que a região siga a mesma tendência de redução do total de imigrantes com a estagnação econômica e a resultante paralisia na geração de oportunidades, o peso na região é consideravelmente superior ao do resto dos estados. A questão a destacar, segundo os autores, é que boa parte desta migração intra-estadual pode também ser considerada intra-metropolitana: $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ dos migrantes dos anos setenta e oitenta, respectivamente.

Tabela 8 - Perfil da Imigração segundo local de residência anterior - RMBS

Tipo de imigração	1970-1980	1981-1991	1995-2000
Intrametropolitana	24,2	51,3	27,4
Intra-estadual	36,9	41,4	40,4
Interestadual	38,1	6,8	29,5
Outros	0,8	0,5	2,6
Total	285415	285414	196719

Fonte: Jakob (2003) e Tabulações Especiais NEPO

Esta dinâmica intrametropolitana apresenta peso determinante na década de 80. Jakob (2003) mostra minuciosamente que o sentido desses movimentos é de saída de municípios mais consolidados (Santos, São Vicente) com custo de vida mais barato. O autor baseia-se no ciclo de vida para comprovar sua tese: argumenta que no processo de fragmentação das famílias, ou seja, quando os filhos se separam dos pais para a formação de uma nova família, e migram para locais mais adequados à situação destas, que geralmente apresentam menor poder aquisitivo. Nas palavras do autor:

*“As famílias com menor poder aquisitivo estariam deixando estes municípios em busca de locais mais adequados à sua situação financeira. Com isto estas áreas mais centrais estariam em um processo de envelhecimento populacional principalmente em função do arranjo familiar e de seu ciclo vital, por meio da fragmentação das famílias residentes nestas áreas e da saída de famílias em início de ciclo vital”.*³²

Tal característica metropolitana é mais visível nos municípios já destacados por fazerem parte da mancha urbana nuclear da região. O ANEXO M1 evidencia o peso deste tipo de imigração nos municípios de São Vicente (68,6%), Cubatão (54,6%), Guarujá (42,8%) e passando a integrar de forma mais efetiva a dinâmica metropolitana Praia Grande (38,4%)

O fato é que o litoral sul, a começar por Praia Grande, passa a ser o eixo principal de ocupação da população de menor poder aquisitivo. São Vicente passa a ser uma zona intermediária de “periferização”, passando a acomodar famílias com classes de rendas média-baixas. Como mostra a Tabela 7, é possível visualizar uma escala de renda entre as três cidades: para Santos, São Vicente e Praia Grande, a proporção de pessoas que ganham até dois salários

³²

Texto NEPO 45 (2004). Pag. 122

mínimos é, respectivamente, 60,8%, 68,7% e 70,4%. Os outros municípios do litoral sul possuem proporções maiores, tendo Peruíbe mais de 78% do total com o mesmo perfil.

A contrapartida deste fenômeno é um considerável movimento pendular da população da região. Sendo que a desconcentração demográfica não é acompanhada de uma econômica – pois as motivações da migração são pela saturação urbana e incapacidade financeira de se manter nos centros geradores de postos de trabalho – o fluxo de pessoas que se deslocam para trabalhar na região se dá principalmente nas regiões do núcleo central.

Ainda que o Censo de 1991 não tenha feito tal pergunta em seu questionário, os resultados do Censo de 1980 mostram, conforme Anexo Di, como estão estruturados estes fluxos. Destaca-se uma oferta maior do que trabalhadores empregados residentes nos mesmos municípios para Santos (centro comercial e de serviços da região e complexo portuário) e Cubatão (pólo industrial), sendo estes os dois únicos municípios com “déficit” de trabalhadores residentes. Estes dois municípios respondem por quase 2/3 do total de postos de trabalhos da região enquanto que possuem 54% dos trabalhadores.

Enquanto isso, São Vicente e Guarujá apresentam características de cidade-dormitório, dada a baixa incorporação de seus residentes em postos de trabalho localizados em seus próprios municípios. São dois municípios claramente articulados com Santos e Cubatão como provedores de mão de obra. São Vicente apresenta mais de 50% de seus residentes exercendo seu trabalho nestes dois municípios; já Guarujá (e aqui se destaca Vicente de Carvalho), esta proporção supera os 30%.

Outra importante dinâmica do mercado de trabalho que impacta diretamente na urbanização e economia da região são os movimentos pendulares da região com a Grande São Paulo. Este tipo de emprego denota cargos administrativos, tecno-burocráticos e de profissionais liberais que auferem uma remuneração consideravelmente maior do que as existentes na Baixada Santista e, diferentemente das atividades de veraneio com o uso ocasional das residenciais, tem uma grande parte de seu consumo realizado na própria região: alimentação, saúde, educação, lazer, vestuário etc. Como atesta o Anexo M3, o montante de habitantes da região que trabalhavam no ABC ou na capital em 1980 chegava a mais de oito mil ou 2,2% do total de empregados na região.

O local de residência destas pessoas, diante do nível de suas rendas, se dava em regiões dotadas de equipamentos urbanos mais sofisticados, uma diversificação de atividades comerciais e de prestação de serviços de tal forma que somente os municípios pertencentes ao núcleo possuíam. Assim sendo, mais da metade destas pessoas (52%) residia em Santos, 21,9% em São Vicente e 11,4% em Praia Grande.

- **Urbanização:**

De uma forma geral, com sua população quase que totalmente urbanizada, vistas suas peculiaridades geográfica e econômica (veraneio), a Baixada Santista enquanto região passou, nestes vinte anos, pela intensificação da ocupação, tanto horizontal quanto vertical de seu território, variando apenas pelas limitações de ocupação específicas de cada município.

Sua rede urbana manteve forte hierarquização no município de Santos ao prover postos de trabalho, uma oferta de bens e serviços de maior sofisticação e complexidade, principalmente aqueles ligados a serviços de saúde e educação superior. Por outro lado, a crescente desconcentração demográfica aliada ao padrão totalmente urbano desta população gerou um “espraiamento” maior da oferta de serviços mais básicos; ou seja, as outras cidades passam a ter uma escala socioeconômica de tal forma que permite o estabelecimento de ofertantes de uma gama maior de bens e serviços.

Estes processos serão pormenorizados de forma separada a seguir. Contudo, são tópicos altamente interligados e que possuem radicais semelhantes.

- **Urbanização e turismo balneário:**

Como já comentado no tópico deste capítulo “A economia da RMBS”, as transformações da economia paulista (massificação do automóvel, consolidação da classe média, interiorização do desenvolvimento) e a redução do tempo de deslocamento de diversos pontos da Baixada com o resto da rede urbana paulista (obras viárias – Rod. Domênico Cônego, Rod. Imigrantes e mais tarde Rio-Santos) aumentaram consideravelmente o fluxo de pessoas para a região por motivo de veraneio. O veraneio continua a determinar o padrão de urbanização da região, tanto diretamente, através da demanda por moradias e equipamentos de prestação de serviços, quanto indiretamente,

por meio da atração de imigrantes com a geração de oportunidades advindas das demandas inerentes ao turismo balneário.

Pelo lado dos impactos diretos, houve um aumento de mais de 150% no número de domicílios ocasionais nos últimos vinte anos, característicos de veraneio³³. O incremento de mais de 112 mil domicílios deste perfil gerou um estoque para o ano de 1991 de quase 190 mil habitações do tipo, ou um pouco mais de 1/3 do total existente na Baixada Santista. Como esperado, mantém-se o maior peso deste tipo de domicílio nos municípios mais dependentes do veraneio: os do litoral sul e Bertioga, que tem entre 50% e 60% de ocasionais, como mostra o Anexo Df.

A ocupação nestes municípios veranistas por excelência é majoritariamente horizontal, tendo nos municípios de Praia Grande e Mongaguá alguma verticalização nas áreas mais próximas à orla marítima. Ainda assim, grande parte do território dos municípios do litoral sul ainda se encontra sem nenhuma intervenção humana com exceção de estradas de terra nesta época.

Outro problema recorrente nestes municípios é que parte expressiva deste veranista se caracterizava pelo gasto mínimo nos municípios. Neste período, intensifica-se o perfil do conhecido “turista de um dia” na região, caracterizado por vir em excursões de ônibus de apenas um dia, não realizando gastos com hospedagem, refeição e lazer. Porém, esta prática trazia conseqüências negativas para estes municípios, pois espantavam perfis de turistas que consomem bens e serviços ofertados, além da degradação e poluição que geravam nas praias. Este tipo de problema foi resolvido somente no final da década de 80, com a proibição de ônibus não cadastrados nas praias do litoral sul.

Os efeitos indiretos do turismo de veraneio têm como causas os aumentos populacionais e fiscais. Com o grande fluxo migratório, motivado pelas oportunidades de trabalho na região com a construção civil, comércio e serviços ligados ao veraneio, o crescimento da população destes municípios gerou escalas demográficas suficientes para aumentar e diversificar a gama de estabelecimentos de bens e serviços nos municípios. Já o aumento de receita, oriunda do imposto

³³ Para o Censo de 1970 não há distinção entre domicílios fechados e ocasionais. Parte-se aqui da premissa que a esmagadora maioria é do segundo caso.

de propriedade imobiliária territorial urbana (IPTU) propiciaram aos governos municipais uma maior possibilidade de intervenção na dinâmica urbana e na oferta de serviços públicos básicos.

Contudo, a falta de planejamento nas esferas municipais desembocou em um uso exclusivamente mercantil das terras e, por consequência, excludente da maior parte da população fixa destes municípios. A ocupação destes – já residentes e migrantes vindos em busca de oportunidades de trabalho na região, tais como construção civil, vigília de residências etc - deu-se em áreas mais afastadas dos poucos equipamentos de infra-estrutura urbana existentes (esgoto e saneamento, água, estradas de rodagem etc), gerando uma nítida segregação espacial que tem como marco divisório a Rod. Padre Manuel da Nóbrega.

É notória também esta divisão no antigo distrito e atual município de Bertiooga. Até o começo dos anos oitenta, as atividades de veraneio se limitavam à esparsa e rarefeita ocupação por casas ao longo de sua extensa praia. O difícil acesso e a falta de infra-estrutura inviabilizavam uma maior ocupação, sendo a única exceção a colônia de férias do SESC, instalada ainda na década de 40. Até então, o distrito tinha na pesca sua principal atividade econômica.

Com a construção e inauguração da Rod. Mogi-Bertiooga em 1982, a região transformou-se em um dos principais alvos do mercado imobiliário de empresas ligadas ao ramo e à população do planalto paulista. Desta forma, a dinâmica de Bertiooga passa a ser atrelada ao veraneio para população de classe média - alta do Estado, e domicílio de trabalhadores de maior remuneração dos municípios mais próximos e do Vale do Paraíba. Inicia-se a construção de condomínios de porte de bairros de forma a lotear gradativamente às áreas próximas à orla, “empurrando” a população local para áreas próximas ao pé da Serra do Mar, do outro lado da Rod. Rio - Santos.

Mordin (1983) em edição do jornal “A Tribuna”³⁴ destaca que os loteamentos aprovados ou em tramitação representavam um acréscimo de 60% da área urbana do município de Santos. O maior exemplo é a Riviera de São Lourenço, que teve em 1979 suas obras iniciadas pela Sobloco LTDA, erguendo um bairro auto-suficiente (comércio, serviços e habitações), com todas as obras de infra-estrutura básica, com uma extensão de mais de nove milhões de metros quadrados.

Toda essa efervescência socioeconômica não foi acompanhada de melhorias na infra-estrutura básica: estradas de rodagem, água, esgoto e até luz em alguns pontos da orla. A falta de

³⁴ Jornal A Tribuna, edição de 07/04/1983

gastos por parte da prefeitura santista e a grande pressão por parte das imobiliárias e empreiteiras por mudanças no Código de Obras para o distrito geraram o movimento emancipacionista. Ainda que tenham algum sucesso com as reivindicações – principalmente na lei de uso e ocupação do solo - o distrito consegue subir a posto de município em 1991, desagregando-se de Santos.

Com relação aos municípios que possuem outras atividades econômicas nucleares, vale destacar a forte verticalização da expansão demográfica que eles passam neste período, pressionados também – ainda que em menor instância – pelo turismo balneário. O perfil do turista nestes municípios possui uma renda nitidamente maior e demanda suas necessidades no próprio município proporcionalmente mais do que no litoral sul. Ainda assim, a poluição das praias e o alargamento das possibilidades de veraneio tiram de vez da região as classes mais abastadas do país, tendo nos municípios do litoral norte o principal vetor de ocupação

Tem-se no início da década de oitenta a degradação urbana de áreas centrais nos mesmos, com destaque para Santos. O caso deste município se destaca pela depressão da praça cafeeira e mudança nas diversas estruturas ligadas aos processos do complexo portuário. No caso do café, há um esvaziamento generalizado do complexo comercial cafeeiro instalado na região advindo das transformações estruturais destas atividades, baseadas na centralização do comando, possibilitadas pela revolução telemática. A maioria destes estabelecimentos encolhe suas atividades de maneira a manter na região apenas a parte de representação comercial, mudando das atividades remanescentes para os centros decisórios das filiais no Brasil: em especial, o município de São Paulo.

Muitos dos estabelecimentos comerciais daquelas áreas deslocam-se para novos centros comerciais. A construção de equipamentos comerciais mais complexos (*shopping centers*, supermercados) e a prestação de serviços mais sofisticados passam a se dar majoritariamente no bairro do Gonzaga. A ocupação dos equipamentos urbanos nas áreas centrais (armazéns, casas antigas) passa a se dar por circuitos de reprodução sociais ilícitos e informais - domicílios coletivos, casas de prostituição, comércio informal e de drogas etc

- **Rede Urbana:**

No período de vinte anos há uma desconcentração demográfica expressiva devido tanto às limitações físicas do núcleo urbano regional, quanto pela disseminação nos outros municípios da região do veraneio pela melhoria da acessibilidade e do expressivo aumento de sua demanda.

Este espraiamento demográfico na Baixada Santista repercutiu em menor medida, porém sensível e digna de destaque, na desconcentração das atividades produtivas na região. Para verificar esta pulverização, serão utilizados dados dos Censos Econômicos referentes ao número de estabelecimentos.

No que se refere à indústria, esta desconcentração existente se dá pelo aumento do número de estabelecimentos nos municípios dos eixos norte e sul em maior medida do que os do núcleo central (Santos e Cubatão). Como mostram os Anexos Ib e Ic, o número de estabelecimentos entre 1970 e 1980 cresceu mais nos municípios do litoral sul, passando de 9,1% para 12%, ou de 97 estabelecimentos para 180 em 1980. Eleva-se também o número e o peso do emprego industrial nestes municípios de 2,7% para 4,4% do total regional.

Contudo, a característica dos estabelecimentos industriais inaugurados na região sul da Baixada é o provimento de mercadorias para os próprios municípios, tendo pouca repercussão na geração de emprego da região e nas articulações econômicas com municípios dentro e fora da região. Com escalas reduzidas, estas indústrias eram fortemente atreladas à construção civil e abastecimento de necessidades básicas e que a escala populacional do mesmo uma acumulação com tal atividade.

Portanto, crescem os estabelecimentos produtores de artigos de madeiras, artefatos de concreto, extração de areia, assim como ligados ao ramo alimentício e vestuário (padarias, pequenas confecções artesanais). A indústria que realmente centralizava a geração de empregos e supria a região e outras com seus bens eram aquelas ligadas ao pólo de Cubatão e algumas de Santos e Guarujá. Os dados para os anos 80 corroboram essa diferença qualitativa ao mostrar na primeira metade da década um enxugamento no número de empresas em todos os municípios. O fato é que a retração é proporcionalmente mais acentuada nestes municípios periféricos, mostrando o caráter frágil desses estabelecimentos e dependente de atividades fortemente dependentes de forte crescimento econômico.

Já pelo lado das atividades do setor terciário, a desconcentração passa a ser efetiva em diversas atividades. Cabe aqui destacar a peculiaridade da urbanização na Baixada Santista como fator que contribuiu decisivamente para esta ocorrência. Cano et alli (1992) enfatizam o caráter longitudinal no crescimento da mancha urbana na região, que difere do “padrão” de crescimento urbano circunscrito a um núcleo urbano que polariza toda esta área. Devido a este fato, a crescente distância física entre a periferia e/ou municípios polarizados, sem ter como contrapartida uma infra-estrutura que permita o deslocamento mais rápido, gerou oportunidades únicas para a disseminação de atividades do terciário nestes municípios mais afastados. Ao adquirir alguma densidade populacional, possibilitar-se-iam novas formas de reprodução do capital em atividades de prestação de serviço.

Assim sendo, pelo lado do comércio, tanto nos sub-ramos atacadistas quanto no varejista a centralidade de Santos se abranda enquanto lócus dos produtos mais consumidos com maior frequência (bens de salário). Principalmente na década de setenta, como mostra os ANEXOS Ca a Cc, Santos perde efetiva participação tanto no número de estabelecimentos, geração de empregos e vendas, destacando sempre em um contexto em que todos os municípios apresentam crescimento.

Ainda que alguns dados sejam sigilosos para alguns municípios da região, Santos perde participação efetiva no número de estabelecimentos (de 58,3% para 53,1%), de empregados (de 72,3% para 62,4%) e vendas (de 74% para 66,7%) enquanto que todos os municípios da região ganham participação nestas três variáveis.

A exceção é São Vicente que perde participação no número de estabelecimentos varejistas, o que se explica pelo aumento do tamanho médio de seus estabelecimentos. Segundo município da região em população e contíguo a Santos, aquele complementava a polaridade exercida por este na região, o sendo para os habitantes do município, da zona noroeste de Santos e do litoral sul na comercialização de produtos para a parcela da população mais pobre.

Juntamente com Praia Grande, na década de setenta estes dois municípios passam a se destacar também no comércio atacadista que passaria a atender os municípios do eixo sul da Baixada Santista. Juntos, estes dois municípios passam a ter 11,3% dos estabelecimentos, 11,7% dos empregados e 17,8% das vendas. Estes municípios passaram a possuir localização

privilegiada, pois tinham vias de deslocamento rápido: Rod. Imigrantes e Padre Manuel da Nóbrega, facilitando em demasia seus fornecedores e clientes.

Os dados para a década de oitenta são mais imprecisos e descontínuos, mantendo-se as pesquisas de Censo Econômico até 1985 e com mudanças na metodologia, de forma a não ser possível a comparação contínua dos anos oitenta com a década anterior. Já para a segunda metade da década, os únicos dados são os da RAIS do Ministério do Trabalho, ainda que não captem a informalidade no trabalho, alta nos segmentos do terciário como um todo.

Contudo, constata-se a manutenção do movimento de desconcentração da atividade comercial na região para os outros municípios, pelo que se observa nos Anexos Cd a Cf, e a centralidade que municípios como Praia Grande e São Vicente passam a exercer sobre a crescente população do eixo sul da região, principalmente no comércio atacadista. O exemplo da abertura da filial da Makro praticamente na divisa entre os municípios – entroncamento entre as duas rodovias supracitadas - no final dos anos 80 é o maior exemplo desta nova funcionalidade destes dois municípios.

Ainda assim, deve-se destacar a centralidade de Santos no comércio da região para todas as classes sociais, principalmente para as mais abastadas, de consumo de bens mais sofisticados e personalizados. Seu centro antigo ainda é o centro comercial de referência para as populações de classe média-baixa dos municípios ao seu redor, com presença de diversas redes nacionais de lojas de eletrodoméstico (Casa Bahia, Lojas Cem, Ponto Frio etc), vestuário (Marisa, Riachuelo, Pernambucanas etc), entre outras. Também foi o único município que passou de forma mais aguda pelas transformações no setor do comércio paulista: as novas formas de comercialização através do auto consumo e de variedade de produtos – supermercados, lojas de departamento e *shopping centers*, atraindo até então expressivo fluxo para estas novas modalidades de comércio. Seu comércio atacadista ainda estava relacionado em boa parte às atividades portuárias e ainda era o principal supridor de mercadorias para as lojas varejistas de pequeno porte da região.

No que diz respeito às outras atividades do terciário, Santos também permanece muitas vezes como único ofertante de serviços caracterizados pelo maior grau de sofisticação e exclusividade neste período. Continua sendo o município que dispõe de uma densidade populacional de faixa de renda alta que permite a existência e reprodução de atividades tais como

ensino superior, clínicas e hospitais³⁵ capazes de realizar procedimentos mais complexos, serviços auxiliares à produção de bens e serviços etc. O município também era o único com instituições de ensino superior na região, gerando uma considerável pendularidade dos habitantes dos outros municípios para o núcleo.

Como se pode ver no Anexo Sb, Santos perde participação no total de estabelecimentos, pessoal empregado e vendas na região. Entre 1970 e 1980, esta perda se dá principalmente para os municípios de Cubatão e Guarujá com relação a serviços de apoio à produção e distributivos com instalações do complexo portuário e derivados de serviços logísticos. Já nos anos 80, as estatísticas para cada metade da década são diferentes e de impossível compatibilização, porém mostram a tendência que ocorrera neste período: há uma reconcentração das vendas e de empregados no município de Santos ainda que se mantenha o movimento de desconcentração de estabelecimentos no setor de serviços. Possivelmente este fato esteja ligado à recessão econômica e a maior fragilidade – menor formalização - dos laços empregatícios dos outros municípios devido à forte elasticidade da demanda que denota as atividades de veraneio.

Aquelas atividades ligadas direta ou indiretamente ao veraneio e ao aumento da urbanização passam por efetiva desconcentração. Desta forma, estabelecimentos de turismo, cultural, alimentação, administração pública, manutenção predial, reparação entre outras, passam por um movimento acentuado de desconcentração na região, balizados pelo perfil de turista balneário e população local. O Anexo Sc apresenta uma perda de Santos nesta década no peso de estabelecimentos, empregados e vendas para serviços de alimentação e alojamento na década de setenta, tendo como contrapartida o aumento de peso de todos os municípios da Baixada Santista. Mais uma vez, destacam-se aqui os municípios de Guarujá e Cubatão, que pesam consideravelmente no total da região neste setor (14,7% e 15% das vendas totais de 1980, respectivamente) dado perfil do turista de Guarujá e os setores de alimentação para suprir as necessidades do pólo de Cubatão.

³⁵ Santos centralizava o atendimento de saúde pública e privada (faixas da população de renda média - alta) nas mais diversas modalidades de gravidade para todos os municípios da região, excetuando São Vicente e Guarujá que já possuíam hospitais (Hospitais São José e Santo Amaro, respectivamente) providos de capacidade de atendimento de diagnóstico mais complexo.

Capítulo 3 – As mudanças do Estado brasileiro: depressão econômica e incertezas sobre novas atividades indutoras na RMBS

Neste período ocorreram consideráveis transformações socioeconômicas para a RMBS. Além da continuidade da desconcentração demográfica e de parte das atividades de comércio e serviço. Houve mudanças radicais no papel do Estado e seus desdobramentos na dinâmica econômica nacional a partir do começo da década de noventa, impactando as principais atividades econômicas indutoras da região.

A importância do Estado para a região enquanto proprietário das instalações portuárias e de grandes indústrias representativos na geração de emprego e renda pesou de forma negativa na economia da região. A RMBS perde, somente nestes dois complexos mais de 21 mil empregos formais³⁶ com as reestruturações realizadas nestas atividades.

Enquanto isso, seu espaço urbano apresentou uma intensificação de suas características, tanto do processo de conurbação urbana - com o aumento da mancha urbana regional para áreas do município de Praia Grande - quanto da verticalização de áreas próximas à orla na maior parte de sua extensão. A rede de cidades da região passa por crescente desconcentração das atividades econômicas (excetuando-se a indústria), de forma a abrandar a polarização exercida pelo município de Santos, tanto no que tange a oferta de bens e serviços quanto de empregos.

a. Aspectos Econômicos:

A dinâmica da economia brasileira se alterou radicalmente com a adoção das políticas de cunho neoliberal que pregavam a mínima interferência do Estado – “falido”, ineficiente e corrupto, segundo os defensores do Consenso de Washington - na economia e na maior integração econômica com o processo de globalização. O papel do Estado perante a economia nacional muda radicalmente, abdicando do papel de agente indutor e provedor de bens e serviços e passando a ter uma conduta de regulador do mercado, realizando rodadas de privatizações e

³⁶ No caso do porto, houve redução de 3.667 empregos diretos; já para o pólo de Cubatão esse número chegou a 17514. Fonte: NESE e Couto (2003).

concessões neste período. Sua política econômica passa a ser baseada na abertura comercial e financeira e no combate à inflação.

Dentro deste novo paradigma, a arquitetura das políticas econômicas³⁷ (fiscal, monetária e cambial) do Plano Real, ainda que tenha logrado a redução drástica da inflação, gerou efeitos negativos e de difícil reparação estrutural para a economia nacional. A economia apresentou, até 2003, um ritmo de crescimento semelhante à década de oitenta, aumentando o desemprego e a informalidade na economia. Além disto, comprometeu ainda mais as finanças do Estado com a crescente dívida e gerou uma onda de desindustrialização no país por sustentar uma taxa de câmbio irrealista³⁸.

Somente a partir de 2004, o país passou a apresentar um crescimento econômico expressivo, através de um novo ciclo expansivo da economia mundial, propiciando grande aumento das exportações da economia brasileira, grande liquidez na economia mundial e conseqüente aumentos tanto nos níveis de investimento quanto de consumo doméstico³⁹.

Nestes dezoito anos também comportou significativas mudanças nas relações de produção e comercialização. A inserção e massificação dentro das atividades econômicas da telemática, as novas formas de organização empresarial e a maior concorrência no mercado, obrigando as empresas a buscar incessantemente ganhos de produtividade, proporcionaram uma redução expressiva de trabalhadores em muitos ramos da indústria, assim como diversos segmentos do terciário.

Por outro lado, assiste-se neste período ao crescimento de novos setores. A massificação de serviços de caráter público (educação superior, saúde etc, ainda que crescentemente prestados pela iniciativa privada), diversificação e novas formas de prestação de serviços, aumento da demanda por serviços técnicos de auxílio à produção (softwares, consultorias etc) entre outras transformações geraram um grande aumento da demanda por profissionais destas áreas. Ainda assim, a informalidade e a precariedade nas relações de trabalho se intensificam: os empregos que

³⁷ Em Franco (1999), o autor defende esta combinação de políticas econômicas adotadas no Plano Real (política monetária contracionista, regime cambial fixo e liberalização financeira) e as esperadas conseqüências.

³⁸ Ver Carneiro (2002) e Sarti e Laplane (2003) para ver como a combinação de política econômica no Plano Real impactou realmente na economia de forma negativa.

³⁹ Já no segundo momento, a própria dinâmica interna passa a influenciar o resultado da economia com a forte expansão do crédito e da massa salarial.

apresentam as maiores taxas de crescimento são de domésticas, segurança privada, ambulantes etc.

Do ponto de vista regional, as articulações que são criadas com a economia mundial propiciaram o surgimento de regiões prósperas e com pouca integração com a economia interna. Majoritariamente, as regiões que apresentaram maior crescimento econômico foram aquelas nas quais o país possui vantagens comparativas naturais, ou seja, localidades baseadas em atividades ligadas ao agronegócio e à extração mineral e vegetal. Também algumas regiões mais desenvolvidas ganharam com as estratégias das empresas transnacionais de instalarem plantas produtivas com base na integração dos países do Cone Sul com o advento do Mercosul.

O fato a ser frisado é que na ausência de qualquer política regional por parte do Estado, as unidades da federação – “engessadas” após a renegociação de suas dívidas⁴⁰ - e principalmente os municípios – principais beneficiados com a nova partilha federativa dos tributos com a Nova Constituição de 1988 – passaram a adotar medidas de atração de investimentos de duvidosos retornos para seus territórios⁴¹. Complementa-se a este fato o sucateamento financeiro, técnico e moral das principais instituições de desenvolvimento regional (SUDAM, SEDENE), inviabilizando este instrumento de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas. Ocorre uma efetiva construção de novas plantas industriais e, em menor medida, outras atividades econômicas que, caso não fossem a grande renúncia fiscal, doação de terrenos e provimento de infra-estrutura, seriam inviáveis ou de maior custo econômico do que em outras regiões.

Pacheco (1998) mostra nesta nova realidade uma tendência de fragmentação dos elos de solidariedade econômica do país na qual a região que teoricamente mais sofreria seria a economia paulista. Por ter no mercado nacional seu principal demandante e muitas atividades não apresentarem vantagens competitivas com relação aos bens importados (industriais mais intensivos em tecnologia) a uma taxa de câmbio demasiadamente valorizada – como foi o caso do setor automobilístico -, o processo de abertura econômica impactaria de forma mais negativa em sua atividade econômica.

⁴⁰ Sobre a falência das unidades da federação do país e o processo de renegociação de suas dívidas, ver Lopreato (2004).

⁴¹ A guerra fiscal disseminada na prática de muitos entes federativos nos anos 90 gerou tamanho esforço do ponto de vista fiscal que, do ponto de vista da geração de empregos e melhora de qualidade de vida na região, parece não ter compensado. Para uma análise do caso do setor automotivo, ver Alves (2001)

De fato, São Paulo perde considerável participação na produção nacional em quase todos os segmentos econômicos. Nos seus mais recentes estudos, Cano (2008) mostra – tendo como suporte estatístico uma base de dados oficiais limitada e metodologicamente complicados, como aponta o autor – que o estado passa de um peso de 37,8% do PIB em 1989 para em 31,1% em 2004. Apesar da indústria de transformação, ocorre uma perda de 7,1 pontos percentuais, passando de 50,2% do VTI brasileiro em 1989 para 43,1% em 2005.

Esta queda do poder econômico só não foi maior, pois o interior paulista ganhou participação (4,8 pontos percentuais, passando de 21,4% do VTI em 1989 para 26,2% em 2005). Vale lembrar os principais determinantes desta desconcentração segundo o estudo de Cano et alii (2005) e Cano (2008): instalação de fábricas dos setores automobilísticos (regiões de Campinas e Vale do Paraíba) e setores industriais mais complexos (microeletrônica e telecomunicações) em Campinas; expansão do parque agroindustrial para as produções de carne, açúcar e grande retomada no final do período da produção e dos preços do álcool (principalmente Ribeirão Preto). Também como fator relevante se dá pelas indústrias ligadas ao mercado de commodities vide a expansão recente de seus preços: setores ligados a produtos derivados de petróleo e aço, impactando positivamente no valor da produção das regiões da RMBS, Vale do Paraíba e Campinas.

b. Aspectos Econômicos da Baixada Santista:

A região manteve sua participação de 3,9% na geração de valor na economia paulista, mas perdendo participação no total do interior paulista no mesmo período, de 8,1% para 7,3%.

Percebem-se duas fases distintas neste período. A primeira mantém o movimento de queda de sua importância econômica iniciada ainda na década de 80 - já descrita no capítulo anterior - até 1998, impulsionadas pelas reestruturações patrimoniais e produtivas ocorridas nos complexos portuário e industrial da região, pela privatização. Neste último ano, a economia da região representava apenas 3,2% do VAF do Estado e 6,3% do VAF do interior. A queda no número de empregos diretos nestas duas atividades da ordem de 21 mil postos de trabalho deteriorou ainda mais o quadro estagnacionista / recessivo pelos quais as economias brasileiras e paulistas se encontravam.

Tabela 9 - Participação da RMBS no VAF total estadual e do interior

	1980	1985	1990	1995	1998	2000	2002	2005	2007
% Estado	4,6	3,8	3,8	3,3	3,2	3,6	4,2	3,9	3,9
% Interior	11,5	8	8,1	6,7	6,3	6,7	7,6	7,3	7,3

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Os dados da RAIS para os anos de 1990 e 2000 mostram um crescimento de menos de 1,5 mil postos de trabalho formais nesta década, ou melhor, 0,6% de aumento em uma década. Os cinco últimos anos da década de noventa apresentam uma retração de duzentos postos de trabalho, como mostra o Anexo MTF. Como destaca Pochmann (2007), a região apresentava nos dados do Censo Demográfico de 2000 a maior taxa de desemprego entre as regiões administrativas do Estado, com 12,3%, somente atrás da RMSP, com 13,1%.

Já no segundo momento, que se dá a partir da virada da década, é o de crescimento econômico superior ao apresentado pela economia paulista e pelo seu interior. Entre 1998 e 2007, há um ganho de importância na geração de valor da região vis-à-vis o estado e o interior: passa a representar 3,9% do VAF estadual e 7,3% do VAF do interior. Deve-se ter em mente que nos últimos anos tanto a economia brasileira quanto a paulista apresentaram um crescimento econômico pouco maior do que o verificado entre 1980 e 2002.

A melhoria dos preços de bens intermediários com a forte demanda internacional, o expressivo aumento da corrente de comércio brasileira e a recuperação da economia brasileira a partir de 2003 proporcionaram um reaquecimento da economia da região. Mais do que isso, a abertura da 2ª pista da Rod. Dos Imigrantes e a duplicação da Rod. Padre Manuel da Nóbrega geraram um expressivo aumento do movimento de veranistas para a região, causando impactos expressivos tanto no setor imobiliário quanto na prestação de serviços.

Pelos dados da RAIS, houve um aumento de 61,6 mil postos de trabalhos formais entre 2000 e 2006, representando um crescimento de 3,9% ao ano. Com exceção de agricultura, todos os setores econômicos apresentaram uma geração positiva de empregos formais, como mostra o ANEXO MTF. Destacam-se as atividades de comércio varejista e serviços públicos, responsáveis pelos maiores geradores de empregos formais nestes seis últimos anos (aproximadamente 17 mil e 11,9 mil, respectivamente). O aumento da máquina administrativa via estruturação das prefeituras municipais – com substancial melhoria das receitas – e a maior capilarização do

comércio varejista (ainda que este tenha em suas relações trabalhistas alto grau de informalidade) são os dois maiores responsáveis pelo aumento do emprego na região.

Do ponto de vista da contribuição dos municípios na geração deste tipo de emprego, todos eles apresentam aumentos consideráveis de seus postos de trabalho formal, como mostra o Anexo MTg. Santos apresenta um incremento de mais de 20 mil postos de trabalhos formais (pouco mais que 1/3 da região), enquanto que para os outros municípios da mancha urbana (Praia Grande, São Vicente, Cubatão e Guarujá) teve uma contribuição de aproximadamente 11% cada.

- **Setor Industrial:**

Na complicada conjuntura para a indústria nacional neste período, especialmente o parque industrial paulista na década de noventa, a indústria da região apresentou um desempenho do ponto de vista de geração de valor semelhante ao interior, mantendo sua participação no mesmo. Isso quer dizer que há um incremento no peso da região com relação ao Estado em boa parte pelo grande abalo que o setor teve na Região Metropolitana de São Paulo.

No período em questão, a indústria regional ganha relativa participação no Estado, tendo 2,6% em 1990 e chegando a 4,3% em 2005, conforme Tabela 10. Esse processo mais recente ocorre principalmente pelo aumento dos preços dos bens intermediários produzidos com preços fortemente atrelados à dinâmica internacional das commodities (derivados de petróleo, produtos siderúrgicos) e a produção de alguns produtos de maior valor agregado tais como o caso de combustíveis para aeronaves na Refinaria Presidente Bernardes.

Nos anos noventa, o câmbio valorizado e as taxas de juros altas geram num curto espaço de tempo uma dinâmica concorrencial perversa dentro da indústria. Muitas das empresas da região não agüentaram e acabaram sendo absorvidas por transnacionais, principalmente as pertencentes ao setor de fertilizantes. Como explicam Carneiro (2002) e Laplane & Sarti (2001), as empresas se viram obrigadas a fazer um esforço modernizador, que, muitas vezes, implicava na especialização da produção e no corte substancial de postos de trabalho, buscando aumentar a produtividade. Muitas delas não resistiram e fecharam suas portas ou foram açambarcadas por outras maiores.

Tabela B - Participação da RMBS no VAF industrial estadual e do interior

	1980	1985	1990	1995	1998	2000	2002	2005
% Estado	4,3	4,1	2,6	3,2	3,2	4,2	5,0	4,3
% Interior	12	9,6	6,3	6,7	6,3	7,2	8,1	7,2

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Outro ponto determinante na dinâmica do setor industrial regional foi a reestruturação patrimonial, concorrencial, produtiva e do perfil do mercado, tendo como pano de fundo os processos de abertura comercial e privatização das empresas estatais. O pólo de Cubatão não foge à regra, principalmente por suas três principais empresas (Refinaria Presidente Bernardes, COSIPA e Ultrafertil) sob propriedade do Estado. Além desse fato, a infra-estrutura que sustenta o processo de produção e circulação local – Sistema Anchieta - Imigrantes, a malha ferroviária da região – também passam pelo processo de mudança em seu controle através de suas concessões.

Dessa forma, há uma queda absoluta no número de estabelecimentos e empregos referentes à indústria de transformação, principalmente após a constituição do Plano Real, resultando numa retração de quase 49% do emprego e 25% de estabelecimentos entre 1990 e 2000, tendo na indústria de transformação da região menos 18 mil postos de trabalho formais.

Já entre 2000 e 2006, há uma elevação de mais de cinco mil empregados no ramo, fruto principalmente dos ramos mecânicos (1,3 mil vagas), material de transporte (800 vagas), química (mil vagas) e alimentos e bebidas (1,1 mil vagas). O reaquecimento da economia nacional, o aumento do preço das commodities e a instalação de novas empresas dos complexos industriais em Cubatão geraram uma recuperação, ainda que muito parcial, do poder indutor do setor – e particularmente do pólo petroquímico e siderúrgico – da região.

A análise mais aprofundada desta vez se fará por meio de complexos industriais⁴² (Anexos Ie e If) devido à mudança na segmentação das atividades, que a partir de 2000 adota a CNAE. No que diz respeito aos complexos de maior relevância na região, estes seguem, grosso modo, a mesma tendência: aumentar sua participação no estado e variar pouco no interior. O complexo metal – mecânico passa de 2,49% em 1990 para 4,43% do peso no estado em 2005 e

⁴² Agradecimentos aos Prof. Dr. Cláudio Maciel Schüller e Prof. Dr. Fernando Macedo pelo trabalho de compatibilizar as tabelas.

de 7,56% para 8,8% no VAF do interior para os mesmos anos, respectivamente. Já o complexo químico aumenta seu peso estadual em 1990 de 6% para 7,28% em 2005 enquanto que no interior ele perde peso, passando de 14,42% para 12,76% para os mesmos anos. Os outros complexos são inexpressivos dentro da economia paulista como os próprios números mostram. Além disso, não há alteração expressiva em nenhum destes. Até mesmo na estrutura industrial da região, estes setores têm ínfimo peso.

Devem-se fazer considerações a respeito do primeiro complexo. Os segmentos deste setor industrial na região são caracterizados pela produção de bens intermediários e não finais, tendo o grande peso do setor de metalurgia básica – ferrosos com a COSIPA. A comparação entre 1990 e 2005 não é possível pela impossibilidade de depuração para a década de noventa da metalurgia básica em ferrosos e não ferrosos. Com relação aos ferrosos, houve um ganho de participação no estado e uma manutenção no interior entre 2000 e 2005. Como já destacado, o complexo metal mecânico tem sua participação dobrada.

Logo, podemos concluir que o segmento de metalurgia básica de ferrosos teve um crescimento muito mais expressivo do que os outros sub-ramos do complexo. Portanto, em que pese o processo de modernização, aumento da capacidade instalada e constituição e novas empresas de outros elos da cadeia produtiva, o principal fator para este aumento na participação fora o aumento do preço do aço no mercado mundial neste período de aquecimento da demanda mundial.

No geral, especialização industrial na região, baseadas nos complexos petroquímicos, siderúrgicos e de fertilizantes, se mantém. Os setores mais dinâmicos da indústria, dotados de expressivos efeitos para os outros elos da cadeia e / ou intensivos em tecnologia e conhecimento – material de transporte, máquinas e equipamentos, fármacos etc - não se instalam na região. Esses setores também intensificam o processo de descentralização da metrópole de São Paulo para outras regiões próximas à capital – Campinas, São José dos Campos e Sorocaba, principalmente – e que possuem vantagens indiscutíveis quando comparados a Baixada. Além da proximidade com a capital e do mercado, essas regiões são dotadas de boa infra-estrutura e principalmente de centros de pesquisa e universidades produtivas e de qualidade, fato esse último inexistente na RMBS.

- **Pólo Industrial de Cubatão:**

Os rebatimentos das transformações no modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro sobre a dinâmica do pólo de Cubatão são sensíveis. Privatizam-se importantes indústrias da região, busca-se incondicionalmente o aumento da produtividade das plantas e a geração de resultado operacional positivo, fecham-se empresas antieconômicas e tem suas propriedades transferidas para gigantes internacionais de seus respectivos setores. Por outro lado, as sensíveis melhorias e controle da poluição ambiental ao longo da década de 90 abriram caminho a permissão por parte da CETESB de para novas instalações industriais na região.

Logo em 1990, o Plano Nacional de Desestatização levou quatro empresas para leilão nos anos seguintes: Indag, Estireno, Ultrafertil e Cosipa, estas duas entre as três maiores produtoras do pólo. As duas primeiras foram vendidas para grupos estrangeiros: o Grupo IAP S/A e ao Unigel S/A, respectivamente. Já as maiores foram arrematadas, respectivamente, pela Fosfertil e por um grupo de empresas ligadas à Usiminas. A onda de privatização também atingiu a infraestrutura da região, com as concessões do Sistema Anchieta – Imigrantes - arrematada pela Ecovias da Imigrantes S/A - e da zona sudeste da malha ferroviária da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) – vencida pelo Consórcio MRS Logística.

Tabela 11 – Produção total do pólo em e mão-de-obra do Pólo Industrial de Cubatão 1980/2007

Ano	Produção (milhões de toneladas)	Nº índice (1980 = 100)	Mão de obra (1)	Nº índice (1980 = 100)
1980	15,8	100,0	41.714	100,0
1990	11,6	73,4	36.284	87,0
1994	14,8	93,7	25.046	60,0
1996	18,6	117,7	22.325	53,5
1997	13,1	82,9	23.838	57,1
1999	16,7	105,7	18.770	45,0
2001	15,9	100,6	21.172	50,8
2003	18,1	114,2	24.044	57,6
2004	15,9	100,6	26.133	62,6
2005	16,2	102,5	27.780	66,6
2006	15,0	94,8	26.127	62,6
2007	17,7	112,2	30.056	72,1

Fonte: Ciesp-Cubatão

(1): somatória dos efetivos e contratado

A nova realidade econômica obriga as empresas a se adequarem. Couto (2003) destaca as transformações nas relações trabalhistas do pólo com a intensificação da terceirização de atividades de suporte à atividade principal, reestruturação produtiva com modernização e investimentos em maquinário e privatização das empresas. Nos anos 90, o autor enfatiza que parte da queda do emprego industrial é compensada com o aumento dos serviços de auxílio à produção das empreiteiras e empresas terceirizadas, em atividades tais como: segurança, limpeza, alimentação, conservação e jardinagem, arquivamento, construção etc. Como mostra a Tabela 11, o número de postos de trabalho nas empresas do pólo cai de 36,3 mil trabalhadores em 1990 para menos de 19 mil pessoas em 1999, menor nível de emprego gerado pelo pólo.

Como estratégias adotadas diante destes cenários, a RPBC passa por um processo de especialização produtiva, desativando seu obsoleto setor de produção de asfalto e modernizando suas instalações para acomodar processos de maior valor agregado, ainda que à custa de uma redução do volume produzido. No seu caso, é a única do país a possuir refino totalmente automatizado e a produção de combustível para aviões. O pólo petroquímico, neste período, é responsável pelo corte de 13,2% dos postos de trabalho do pólo na década.

A COSIPA passou por pesados investimentos para aumento de sua capacidade de produção, produtividade e conservação ambiental. Segundo Couto (2003) no total US\$ 1,1 bilhão, com destaque para as obras de ampliação e modernização do Alto-Forno II e da construção de uma nova Aciaria. Com o Plano de Modernização concluído no final de 2001, a capacidade de produção da empresa se elevou para 4,5 milhões de toneladas por ano.

A empresa também, em parceria com a Prefeitura de Cubatão, adotou a estratégia de atrair empresas que utilizem seus produtos como insumo, mostrando as vantagens da instalação próxima com a redução dos custos de transporte para o fornecimento das matérias-primas e da exportação de seus produtos via terminal da própria empresa⁴³.

Três empresas, ainda que de pequeno porte e caracterizadas pela articulação já se instalaram no local desde então, a Brastubo, Dufer S/A e mais recentemente a Painco S/A. A Brastubo produz tubos de aço e pontes metálicas, com instalação dentro da própria área da siderúrgica; a Dufer S/A produz “blanks” (discos para fundos e tampas de tambores de aço) para

⁴³ A empenho da COSIPA na atração se dá também pelas barreiras impostas do governo americano às importações dos aços da empresa.

setores automobilísticos, autopeças, refrigeração e construção civil, enquanto que a Painco S/A produz peças metálicas pra a indústria naval, mecânica e máquinas agrícolas. Nesse sentido, Couto (2003) afirma que está se constituindo um Pólo Metal - Mecânico na cidade tendo como núcleo a provisão do aço da COSIPA.

Contudo, as radicais transformações atravessadas pela COSIPA geraram um corte considerável no plantel. A empresa foi responsável por 82,2% da redução de postos de trabalho na década de 90. O fim da gestão pública – com transferência de diversos cargos administrativos para a sede da matriz (Usiminas) e a modernização dos modos de produção inerentes do setor neste período consubstanciaram este resultado.

Com relação ao complexo de fertilizantes, a principal característica é a desnacionalização completa de suas empresas, sendo parte da estratégia de entrada no mercado interno das maiores empresas do mundo no setor. Além da privatização da Ultrafertil, a IAP e a Manah são adquiridas pela Bunge Fertilizantes S/A, a Solorrigo passa a ser propriedade da Cargill, assim como a Adubos Trevo S/A de forma indireta.

A partir dos anos 2000, como podemos ver na Tabela 11, inicia-se um processo de recuperação da geração de postos de trabalho pelo pólo de Cubatão, aumentando em 11,3 mil o número seu número de empregados. O maior crescimento do mercado interno e, por conseqüência, de setores fortemente vinculados ao setor (automobilística, construção civil etc) são fatores que pesaram consideravelmente no resultado dos últimos anos para o desempenho e geração de renda e emprego no pólo.

Os investimentos realizados em uma das principais empresas do pólo mostram este fato: no caso da COSIPA, a Usiminas irá construir um terceiro laminador na empresa, com um financiamento de mais de US\$ 1 bilhão de dólares financiados parte pelo BNDES (US\$ 493 milhões) e pelo Japan Bank for International Cooperation (JBIC, no valor de US\$ 550 milhões). Sua construção será voltada para a produção de bobinas a partir do aço produzido na empresa para o setor automobilístico, com capacidade para 2,3 por ano, podendo chegar até 4,7 milhões no seu término, programado para 2011. Estima-se gerar 3000 empregos na fase de instalação e mais 300 postos de trabalhos em sua fase de operação.

Além deste investimento, a empresa adquiriu a Dufer AS, do grupo alemão Thyssen, reforçando a presença do grupo Usiminas no setor de distribuição e centro de serviços.

- **Setor Terciário⁴⁴:**

De acordo com os dados levantados pela PAEP 2001, as atividades de serviço da região representam apenas 3% do setor no estado e pouco mais de um décimo do interior. Suas atividades de maior destaque são justamente aquelas mais imbricadas às economias estaduais e nacionais, ou seja, aquelas relacionadas ao porto (8,6%) e ao turismo: atividades de lazer/cultura (6,1%), alojamento (6,6%) e atividades mobiliárias (5,8).

Deve-se inferir ainda o baixo peso daqueles setores que são desdobramentos do processo produtivo. Tanto serviços técnicos e de auxílio às empresas quanto atividades de informática e telecomunicações, caracterizados pelos maiores rendimentos aos trabalhadores, são inexpressivos enquanto sua importância para a economia estadual (Anexo Sg).

Como enfatizado ao longo dos capítulos anteriores desse trabalho, a diminuição das barreiras espaciais com a ampliação do sistema Anchieta - Imigrantes e o avanço das telecomunicações tornaram o acesso do setor ao mercado da região litorânea mais fácil de maneira a exercerem forte concorrência sob os estabelecimentos locais, transferindo parte da atividade para o planalto. Santos (1992) afirma que estabelecimentos cujas atividades que dão suporte ao processo produtivo (firmas de engenharia, auditoria, consultoria, advocacia, propaganda e marketing etc) tiveram o mesmo destino: seus serviços foram substituídos pelos estabelecimentos prestados na RMSP.

As empresas que sobraram destes ramos na região atendem primordialmente atividade econômica que tem no mercado local seu principal demandante, resultando num peso tão ínfimo. Ainda assim, boa parte da demanda por estes serviços na região supridas por empresas da capital e do Grande ABC, seja pela pequena distância existente entre as regiões, seja pelas vantagens que as mesmas possuem sobre aqueles prestadores de menor tamanho da região (marca, flexibilidade no serviço prestado, escala etc)

Com relação à dinâmica das atividades comerciais na região, fica nítido que a principal razão para a queda de sua participação na economia paulista fica por conta do comércio

⁴⁴ Mais uma vez, a análise desse setor fica comprometida pela mudança de agregação do VAF a partir de 2000, usando a classificação CNAE do IBGE. Portanto, Faremos uma classificação distinta para os períodos de 1980 a 1998 e de 2000 a 2003.

atacadista. O quadro abaixo registra a queda de 10,3% em 1980 para apenas 2,2% em 2005 no peso do estado e de 33,5% para 6,5% do total do interior. Reavaliando os dados para o ramo atacadista nos outros anos, fica evidente uma grande queda na participação da região no VAF estadual deste setor⁴⁵ entre os anos de 1988 e 1989. A partir deste ano, há indícios de uma queda de participação em um ritmo constante.

Este setor muito provavelmente atravessou grande migração de suas empresas ligadas aos produtos do complexo portuário para a capital. Outro fator que impacta também no comércio como um todo é que o resto do Estado ainda estava aumentando seu grau de urbanização e assim transformações nos seus hábitos de consumo, enquanto a RMBS já tinha em sua população hábitos urbanos de consumo.

Tabela 12 - Comércio da RMBS - % VAF estadual e do interior

	% Estado			% Interior		
	1980	1998	2005	1980	1998	2005
Comércio Varejista	3,9	3,5	3,0	9,1	7,4	6,1
Comércio Atacadista	10,3	2,2	2,2	33,5	6	6,5
Comércio Total	7,4	2,8	2,6	20,4	6,8	6,3

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

O período mais recente se caracteriza pelo pequeno ganho de participação no comércio regional no estadual, do interior e na economia local. Mais especificamente, foram responsáveis diretos pelo resultado o comércio atacadista e supermercados. Como contraponto, destaca-se o setor de lojas de departamento, que perdem expressiva parcela de representatividade.

⁴⁵ Conforme dados da Sefaz, a participação da região no VAF estadual evoluiu da seguinte maneira:

1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
10,28	8,37	10,20	7,38	10,95	6,01	11,32	13,58	13,47	7,18	7,57	5,43	5,10	5,54	3,92	3,97	3,13	2,43	2,23

Tabela 13 - Comércio - % no VAF estadual e do interior

RMBS	% Estado		% Interior	
	2000	2005	2000	2005
Distribuição de combustíveis	3,4	3,3	5,7	5,2
Lojas de departamentos	3,4	2,4	7,3	5,0
Revendedoras de veículos	1,9	1,7	3,4	4,5
Supermercados	3,4	3,3	7,0	9,0
Comércio varejista - outros	2,7	2,9	6,2	6,3

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

De fato, o forte crescimento populacional de algumas cidades da região (principalmente aquelas pertencentes ao litoral sul da região) aliado aos crescentes números de turistas e população flutuante na região acentuou o processo de pulverização das atividades comerciais para todas as cidades da região. A construção de complexos comerciais nas outras cidades da região durante a neste período, destacando o Litoral Plaza Shopping da Praia Grande, Shopping Carrefour de São Vicente e Shopping La Plage do Guarujá são exemplos cabais desse processo.

Tabela 14 - Serviços da RMBS - % VAF estadual e do interior

RMBS	% Estado		% Interior	
	2000	2005	2000	2005
Serviços de Comunicação	3,3	3,3	10,9	9,9
Serviços de Transporte	4,4	6,6	11,1	12,2
Outros Serviços	2,9	4,2	7,5	10,4
Serv. de Prod e Distr. Energ. Eletr.	3,7	X	5,8	x
Serv. de Prod e Distr. Gás	x	X	x	x
Serviços Total	3,6	4,5	8,8	9,7

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Com relação às outras atividades de serviços, as estatísticas da Secretária da Fazenda são pouco representativas dado que a informalidade nas relações de trabalho e comercialização imperam na maioria de suas atividades. De uma maneira geral, a região cresce no período entre 2000 e 2005 a taxas superiores às do Estado e às do interior.

Um dos fatores responsáveis pelo aumento de importância da região é o aumento do movimento de cargas no porto com o aumento da corrente de comércio do país. Os serviços de

transporte aumentam seu peso de 4,4% em 2000 para 6,6% do valor adicionado fiscal do estado e de 11,1% para 12,2% do peso do VAF do interior.

As atividades denominadas “outros serviços”, que engloba as outras atividades relacionadas a serviços pessoais e sociais, também obteve aumento expressivo de sua participação no estado e no interior. Contudo, o crescimento da participação no estado foi consideravelmente menor do que o seu peso no interior (1,3 e 2,9 pontos percentuais, respectivamente). A principal hipótese para este ocorrido é a centralização de prestação de serviços de apoio à produção (financeiro, consultorias, firmas de engenharia etc) e de alto luxo (culinária, hotelaria etc) na RMSP. Este grupo de serviços apresentou um grande crescimento de suas atividades e possuem pequena informalidade.

De qualquer maneira, a RMBS obteve esse maior crescimento pelo aquecimento de suas atividades de veraneio, principalmente os municípios nucleares. Os impactos sobre o setor de serviços pessoais e sociais foram os principais responsáveis por esse aumento do peso na região. O aquecimento do setor imobiliário e seus serviços auxiliares, setor gastronômico, hoteleiro, entretenimento e administração pública são os principais responsáveis.

- **Atividades Portuárias:**

A década de 90 significou grandes transformações na atividade portuária brasileira. Como parte do pacote de políticas liberais adotadas neste período, a Lei de Modernização dos Portos de 1993 tinha como principal objetivo o aumento da competitividade do setor, reduzindo seus custos. Baseando-se na descentralização e desregulamentação do sistema vigente, suas diretrizes tinham como principais pontos:

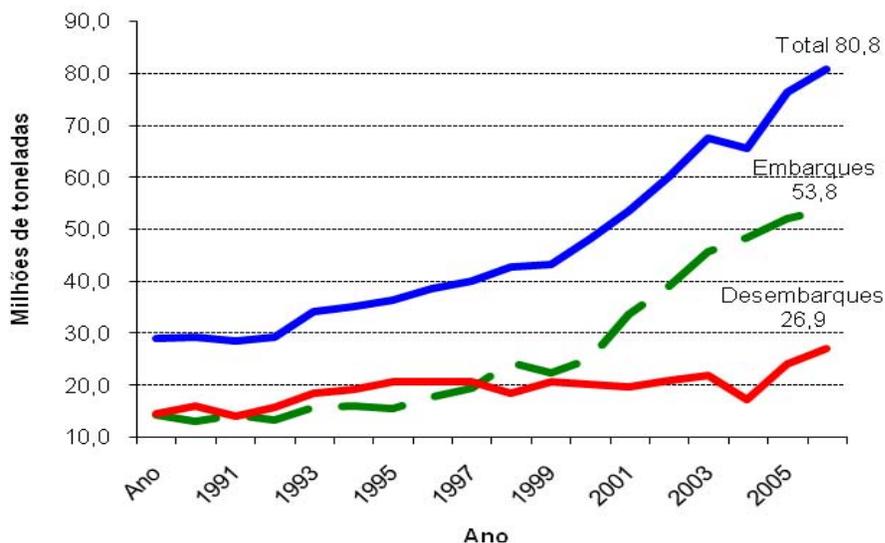
- a)** Redução da participação do Estado, passando para a iniciativa privada a exploração e operação das atividades, cabendo-lhe somente a administração do porto, sua promoção e condução do processo de transferência das áreas para os cuidados da iniciativa privada (conhecido como modelo *landlord*). Nesse sentido, enfatizou-se principalmente a ineficiência da burocracia estatal.
- b)** Reestruturação da mão-de-obra, que para os analistas era o maior empecilho à queda dos custos portuários, argumentando que as relações capital-trabalho nessa atividade eram datadas, não sofrendo modificações desde a década de 30. Segundo Gazeta Mercantil (1998), a

sazonalidade dos produtos agrícolas gerou uma bifurcação no quadro de trabalhadores: a equipe fixa (capatazia) e os avulsos (estiva), ambos com sua própria organização sindical, burocracia etc. Esta última, devido à função prevista por lei de seu sindicato escolher aqueles que iriam trabalhar no dia, tornou-se desmesuradamente forte. Aliado a isso, a mão-de-obra altamente especializada com diversas categorias contribuiu para dar aos avulsos grande poder de barganha, capacitando-os a “impor” quantidade e salário de seus representados.

Dessa maneira, a criação do Órgão Gestor de Mão-de-obra (OGMO) em cada porto é a tentativa de reverter esse “entrave”. Essa entidade, formada por representantes dos trabalhadores e operadores portuários, “... tem como objetivo cadastrar, registrar, treinar e fornecer mão-de-obra avulsa, assim como estabelecer o número de vagas, administrar seu fornecimento e arrecadar os encargos sociais junto aos operadores portuários”.⁴⁶

c) Estímulo à concorrência entre e intraportos. Formado por representantes do governo, usuários, operadores e trabalhadores, o recém criado Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de cada porto tem como principais atributos à otimização de suas instalações, a fixação de tarifas, horários de funcionamento etc.

Gráfico 1 - Movimentação do Porto de Santos (1990 - 2007)



⁴⁶

Gazeta Mercantil (1998) pág 25

O Porto de Santos alcançou resultados expressivos com as transformações, conseguindo aumentar sua produtividade. Segundo cálculos deflacionados de Rodrigues & Vaz (2001), o custo de mão de obra por tonelada reduziu-se de R\$ 16,61 em 1990 para pouco mais de R\$8 R\$/t⁴⁷ em 1999. A partir de 1997, passou a operar 24 horas ao dia, diminuindo seus custos logísticos.

Com a instituição do Adicional de Tarifa Portuária (ATP) em 1988 e que dura até ano de 1996, houve durante o período uma grande transferência de recursos recolhidos no porto e Santos para outros portos, dado que a quantidade recebida representou apenas 29% daquela. Posteriormente, o investimento feito passa a ser crescentemente privado, previsto nos contratos de concessão. Segundo CODESP (2001), até aquele momento as 24 áreas já arrendadas (de 51 no total) resultaram num montante de investimentos realizados pelos concessionários de R\$ 543,9 milhões nos terminais.

A radical transformação da estrutura tarifária que se dá a partir do final de 1996 também contribuiu para a redução do preço médio dos serviços portuários. A simplificação (de 13 tabelas para apenas 5), redução da alíquotas (em alguns casos mais de 50%) e mudanças no fator gerador (passando a ser determinada pelo tempo, e não mais por tonelada, buscando incentivar o aumento de produtividade) das tarifas geraram uma queda de mais de 80% (de R\$ 158 para R\$29 por unidade) no período de 1997 à 2000 para o maior terminal de container do Brasil (TECON 1).

Os impactos dessas transformações repercutiram de forma significativa na economia da região, notadamente a cidade de Santos. Rodrigues e Vaz (2001) enfatizam o aumento da taxa de desemprego na cidade (23,7% em jul / 99)⁴⁸, queda na massa de salários com efeitos depreciativos no comércio em geral da cidade e na sua rede de serviços. Além disso, houve queda na participação do ICMS na receita municipal.

Como mostra o Gráfico1, vemos que há do crescimento da movimentação do porto no período como um todo, intensificando o ritmo de crescimento a partir do final da década de 90. Este aumento do volume transportado ocorre em todas as principais categorias de carga, destacando ainda a partir de 2000 a forte aceleração das cargas gerais (basicamente carga containerizada), como mostra a Tabela G.

⁴⁷ Cálculo já deflacionado pelos autores, usando o IGP-DI com base no ano de 1999.

⁴⁸ Cálculo feito por NESE - Unisantia

Mesmo com o aumento da produtividade, as transformações estão aquém do esperado quando comparada com outros portos do país. De acordo com BNDES (2001), os custos logísticos totais estão gerando um incremento na movimentação menor que o possível. Na sua análise, o repasse dos ganhos de produtividade propiciados pelo terminal para o embarcador / importador é apenas parcialmente, com parte dos ganhos sendo absorvidos no resto da cadeia logística.

As análises feitas até então enfatizam alguns pontos que inviabilizam uma queda maior dos custos no porto de Santos. A instituição posterior à reforma tarifária pelos armadores da “capatazia do armador” (THC) num patamar acima de sua correlata anterior à reforma, cobrada pela CODESP. Como alerta Rodrigues e Vaz (2001), esse valor era uniforme para as diferentes linhas de navegação (sinalizando prática de cartel pela categoria). Seu valor (R\$ 180,00 para containeres de 20 pés e R\$ 220,00 para 40 pés) é muito acima dos praticados nos outros portos, como por exemplo, Vitória, onde seu valor é de R\$ 65,75 para qualquer tipo de container.⁴⁹

Tabela 15 - Movimento por tipo de Carga (1990- 2007)

ANO	Embarque				Desembarque				Geral
	G.S.	G.L.	C.G.	Total	G.S.	G.L.	C.G.	Total	Total
1990	3,1	5,7	5,5	14,3	10,4	2,2	1,9	14,6	28,8
1990 (%)	21,6	39,6	38,7	100,0	71,7	15,2	13,1	100,0	-
1995	3,7	4,6	7,6	15,9	11,3	2,9	5,0	19,2	35,1
2000	8,1	6,8	7,5	22,4	11,1	3,9	5,7	20,7	43,1
2001	11,9	6,9	9,2	25,0	10,4	4,2	5,6	20,1	48,2
2002	14,0	7,5	12,3	33,8	9,0	3,8	5,9	19,7	53,5
2003	15,9	9,5	13,8	39,1	10,4	3,5	7,0	21,0	60,1
2004	18,5	9,3	18,0	45,8	9,4	4,2	8,1	21,8	67,6
2005	20,5	9,7	18,3	48,5	4,2	3,1	9,9	17,2	65,6
2006	20,6	10,3	21,3	52,2	9,1	4,2	10,8	24,1	76,3
2007	21,7	11,2	20,9	53,8	11,5	4,0	11,5	26,9	80,8
2007 (%)	40,3	20,8	38,8	100,0	42,6	14,8	42,6	100,0	-

Fonte: Anuário do Porto de Santos. Diversos anos

Obs: G.S. = Granel Sólido; G.L. = Granel Líquido; C.G. = Carga Geral

Outros pontos possíveis de melhoria são lembrados por BNDES(2000) e BNDES (2001). Ambos acusam que o modelo de fracionamento em terminais especializados subtiliza as

⁴⁹ Gazeta Mercantil, volume1. Pág. 85

instalações existentes nos casos de produtos sazonais (produtos agrícolas em período de entre safra). Nas palavras do autor, “é a inflexibilidade de negociação quanto à melhor utilização das áreas disponíveis devido à rigidez a que esta submetida.”⁵⁰. O mesmo cita ainda o equacionamento dos problemas relacionados à regulação e otimização do sistema ferroviário no Porto.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) implantado pelo atual governo contemplou obras no complexo portuário com o principal intuito de aumentar sua competitividade. Já se encontram iniciadas as obras da construção da Avenida Perimetral da margem direita do Porto de Santos (40% concluídas, segundo o 5º relatório do PAC). As outras duas obras contempladas e que estão em fase de licitação e/ou estudo são a dragagem do canal do estuário do porto (aumentando para 15 o seu calado) e a construção da Avenida Perimetral na margem esquerda (Guarujá).

c. Demografia e Urbanização:

Nos últimos 18 anos, a dinâmica demográfica da Baixada Santista manteve suas principais características e tendências. Acentua-se o processo de desconcentração demográfica com a perda de participação dos municípios nucleares e já consolidados para outros mais periféricos e com custo de reprodução inferior. Além disso, a RMBS mantém um crescimento demográfico em um ritmo superior ao estado⁵¹, aumentando sua participação relativa.

Com relação a este último aspecto, destaca-se o resultado migratório da região como um todo determinou tal ritmo de crescimento. A atração exercida pela região por trabalhadores da Grande São Paulo e por aposentados do Estado determinaram um aumento populacional em um ritmo de 2,14% ao ano, superior ao registrado no Estado (1,78%) e no interior (1,92%), como se observa no Anexo Db.

⁵⁰ BNDES (2000) pág 1

⁵¹ Pelos dados do Anexo Db, o crescimento da região foi inferior ao do Estado, passando de 4,6% em 2000 para apenas 4% em 2007. Entretanto, a não contabilização de municípios com população superior a 200 mil habitantes pela Contagem de População e, no seu lugar, uma estimativa baseada na estimativa, subestima a população da RMBS por não verificar os principais municípios da região, muitos dos quais apresentaram um crescimento visivelmente mais expressivo do que o auferido pela Contagem. Ela é válida apenas para enxergar a tendência de comportamento dos municípios que participaram efetivamente da pesquisa.

Já com relação à desconcentração intra-regional, o empobrecimento da região, com o crescente número de desempregados e queda dos salários reais nos anos noventa, deteriorou a capacidade financeira de boa parte da população local, inviabilizando a sua manutenção em áreas mais “nobres” da região, como o município de Santos. Lembrando o já citado texto de Jakob (2003), a formação de um novo núcleo familiar era acompanhada muitas vezes pela migração para outros municípios mais adequados à sua realidade financeira (custo de vida, preço da terra etc). A contínua pressão por imóveis de uso ocasional de veranistas também é um componente que a mais para esta periferização.

Santos apresentou um crescimento de pouco mais de 500 pessoas entre 1991 e 2000, ou 0,01% ao ano, representando apenas 0,2% do incremento populacional da região. Assim como na década de oitenta, os anos noventa mostram um padrão semelhante de crescimento demográfico: o crescimento vegetativo do município de pouco mais de 20,3 mil pessoas compensou uma saída líquida de 19,8 mil pessoas do mesmo.

Os outros municípios pertencentes ao núcleo urbano da região (São Vicente, Cubatão e Guarujá – mais especificamente Vicente de Carvalho) apresentam taxas de crescimento superiores às de Santos, porém inferiores às dos municípios dos eixos sul e norte, conforme os dados dos Anexos Db e Dd. Contudo, estas localidades apresentam ritmos de crescimento demográficos inferiores a 2% ao ano, denotando uma tendência de saturação de suas possibilidades de expansão demográfica. De fato, o padrão de crescimento demográfico, tanto de São Vicente quanto de Cubatão, é semelhante: redução expressiva do crescimento vegetativo absoluto e pequeno aumento líquido do saldo migratório.

Ainda assim, de maneira geral, a área nuclear da região reduziu sua participação no incremento populacional da região de 45,8% nos anos 80 para apenas 28%.

Os municípios do eixo sul de expansão demográfica da RMBS passam a responder por mais da metade do incremento populacional da região (51%) nos anos noventa, tendo todas as quatro cidades apresentado um ritmo de expansão demográfica superior ao da região como um todo. Praia Grande, maior município desta sub-região, foi o município que mais contribuiu (27%) para o crescimento demográfico da RMBS nos anos 90, com um aumento absoluto de mais de 70 mil habitantes na década. Mongaguá, Peruíbe e Itanhaém também aumentaram seu peso na

população região, tendo no total um incremento de 60,7 mil habitantes ou 24% do total da Baixada.

Neste vetor, o componente migratório ainda é decisivo para entender essa grande expansão populacional: o aumento do saldo migratório nestes municípios explica entre 2/3 a 82% do aumento demográfico dos mesmos. Juntos, eles representam 83% do aumento do aumento líquido de migrantes da década RMBS, sendo 44% de Praia Grande (com mais de 50 mil migrantes a mais).

O eixo norte de expansão demográfica, constituídos pelos distritos de Bertiooga e Guarujá excluindo o distrito de Vicente de Carvalho respondeu por 21% do incremento populacional da década de noventa. O recém emancipado município de Bertiooga quase que triplica sua população com um ritmo de expansão demográfica superior a 11% ao ano, sendo 83% deste incremento populacional explicado pelo saldo migratório. Já a parte de Guarujá apresenta um perfil de crescimento populacional intermediário entre o eixo sul e a região nuclear: o peso da migração ainda é importante para explicar seu crescimento demográfico, porém não a ponto de ser o principal determinante.

Entre 2000 e 2007, a tendência verificada pelos dados da Contagem Populacional é de contínuo aumento da participação dos municípios dos eixos norte e sul da região ou apresentarem taxas de crescimentos de seus municípios superiores à RMBS. Contudo, demonstra, como esperado, uma tendência de desaceleração do crescimento demográfico para estes anos.

A migração intra-metropolitana aumenta em 31,5% entre as metades finais das décadas de oitenta e noventa, alcançando quase 54 mil pessoas entre 1995 e 2000. Os principais vetores de migração são baseados na saída de população do município sede – Santos, com 47,7% das emigrações intra-metropolitanas - para áreas de fronteira de expansão da mancha urbana (São Vicente, Guarujá, Praia Grande).

O movimento inverso também passa a ser representativo, ou seja, a emigração destes municípios de expansão da mancha urbana para Santos. Ao que tudo indica, parece haver uma crescente segmentação de renda: essa migração sendo majoritariamente de pessoas de maiores rendas e salários, enquanto são “expulsos” famílias de menor capacidade financeira de se manter no município. Praticamente dobra o número de pessoas que fazem este movimento, passando de 4,3 mil para 8,4 mil de 1995 a 2000.

Outro grupo demográfico importante para o entendimento da dinâmica da região é o de idosos e aposentados. Como mostra a Tabela 16, a população santista com idade superior a 65 anos passa de um peso de 7,1% para 12,5% na década de 90%, 5,6 pontos percentuais maior do que o peso deste mesmo grupo de idade no estado.

Houve uma migração considerável de aposentados para a região, com destaque principal para o município de Santos, passando a ocupar as regiões mais próximas à orla. Em muitos casos, a migração se deu para apartamentos, flats ou casas de antiga propriedade, na qual o mesmo a usava ocasionalmente para o veraneio. Em outros casos, estes idosos adquiriram ou alugaram imóveis que em períodos anteriores era também usado ocasionalmente.

**Tabela 16 - Evolução dos grupos de idade
Estado, RA de Santos e cidade de Santos - 1980, 1991, 2000**

Grupos de idade	Estado			RMBS			Santos		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
0 a 4 anos	12,2	9,9	8,5	11,7	9,4	9,2	9,5	7,2	5,5
5 a 9 anos	10,7	10,6	8,6	10,2	10,3	8,4	8,3	8,5	6,3
10 a 14 anos	10,2	10,3	9,1	9,6	10,2	8,8	8,1	8,8	7,1
15 a 29 anos	30,7	28,0	28,0	29,7	27	27,3	28,9	25,4	25,1
30 a 44 anos	18,7	21,9	22,9	19,3	21,8	22,3	20,5	22,8	22,5
45 a 64 anos	13,5	14,4	16,0	14,8	15,6	17	18,2	20,1	21,1
65 anos ou mais	4,1	4,9	6,9	4,7	5,8	7,1	6,5	7,1	12,5

Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000

O fato é que parte dos imóveis de uso ocasional do município torna-se moradia de aposentados oriundos majoritariamente da RMSP. O clima ameno do município, sua infraestrutura de cidade grande – meios de transporte, estabelecimentos comerciais variados, serviços de saúde e entretenimento -, a disposição da praia e a superfície plana do município são algumas das motivações deste grupo para morarem em Santos.

Nesta década, destacam-se dois fatores que contribuíram para uma possível e percebida intensificação do fluxo migratório para os municípios nucleares da região. A construção da segunda pista da Rod. dos Imigrantes em 2002 reduziu consideravelmente o tempo de deslocamento para carros entre o Planalto Paulista e a Baixada, atraindo trabalhadores de maior

poder aquisitivo que trabalhem no ABC e nas zonas Sul do município de São Paulo para morarem em municípios que tenham infra-estrutura urbana complexa.

Juntamente a isso, a melhoria nas condições de financiamento de compra de imóvel neste período mais recente permitiu que este mercado potencial de trabalhadores da RMSP fosse expandido, viabilizando um número maior de migrantes. Somente os dados do Censo de 2010 poderão comprovar a opinião do setor imobiliário do município.

- **Urbanização e Turismo Balneário:**

Dois fatos principais explicam as transformações na dinâmica do lazer balneário na RMBS neste período: a consolidação do litoral norte enquanto área preferida de veraneio das classes econômicas mais abastadas e o modo como as transformações na economia nacional da década de 90 afetou as decisões de “consumo” de viagens e lazer das diferentes classes sociais.

Primeiramente, algumas tendências que já eram visíveis no período anterior se consolidam. Ao longo dos anos oitenta, a população paulista passou a ter novas opções de lazer balneário no litoral norte do estado com a construção das Rod. Rio – Santos e a realização de melhorias na Rod. Dos Tamoios. Com isso, intensifica-se a ocupação de praias dos municípios litorâneos da região do Vale do Paraíba - Caraguatatuba. Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião - e tornar – se o principal destino de veraneio das classes alta e média - alta da RMSP e do interior do estado.

O outro fator de peso se deu pela valorização da taxa de câmbio e a melhora no poder de compra ocorrida com implantação do Plano Real. Este fato permitiu que uma parcela maior da população paulista tivesse acesso a novas possibilidades de lazer e turismo: viagens internacionais para grandes centros turísticos (Orlando, Nova York, diversas regiões da Europa etc), a aquisição de uma segunda residência para uso ocasional em áreas balneárias, cruzeiros marítimos, viagens para praias de outras regiões do país etc.

Os impactos na região ocorreram de maneira diferenciada, tendo nos municípios do núcleo da região um expressivo declínio e no eixo sul da região ocorrendo a consolidação do veraneio para as camadas de classe média e média - baixa. O município de Bertioga, por sua vez, manteve o processo de ocupação de moradias de uso ocasional ao longo de sua extensa orla, tendo uma dinâmica semelhante aos outros municípios do litoral norte do Estado.

Os municípios de Santos e Guarujá consolidam a mudança do perfil de população flutuante, baseada na população de classe média e de idade mais avançada - que já tinha adquirido um imóvel na região nas décadas anteriores. Contudo, os problemas de imagem destes municípios na década de 90 – poluição das praias e do pólo de Cubatão, AIDS - contribuíram para o menor uso do perfil descrito acima.

Os municípios do litoral sul, contudo, passaram nesta década por um vertiginoso crescimento urbano impulsionado pelas atividades de veraneio. A estabilidade monetária aliado ao aumento do poder de compra da população trouxe a massificação da segunda residência no litoral sul. Praia Grande, Mongaguá e em menor medida Itanhaém passam assim por um grande boom imobiliário baseado em prédios com pequenos apartamentos de um ou até dois dormitórios. Estabelece-se nestes municípios um perfil de veranista com residência de classe média e média – baixa e que se utiliza em menor grau dos serviços oferecidos pelo município.

Praia Grande é o grande receptor deste tipo de veranista. O aumento no número de imóveis ocasionais, pelos números do ANEXO Df, é de 34,2% (de 69,4 mil habitações em 1991 para 93,2 mil em 2000). Diversas melhorias na infra-estrutura urbana ocorrem neste período, tais como urbanização da orla marítima com ciclovia e jardim, pavimentação de boa parte de suas vias e obras de saneamento básico. O resultado foi um acelerado processo de verticalização de toda a extensão de sua orla e arredores.

A virada do milênio foi um ponto de inflexão para a região, pois a mesma volta a receber um grande fluxo de pessoas com a recessão econômica e elevação da taxa cambial. O encarecimento expressivo para realizar viagens internacionais e o quadro de redução do ritmo da atividade econômica consubstanciaram em uma retomada para destinos mais adequados à nova realidade financeira. Estas mudanças no cenário econômico limitaram as possibilidades de lazer e turismo da população do estado de forma a tornar a passagem do fim de semana, feriado ou férias em municípios caracterizados pelo declínio de sua atratividade balneário, tais como Santos e Guarujá.

Outros fatores locais consolidaram a volta da região como uma das boas opções de veraneio. Primeiramente, há uma substancial melhora da imagem de municípios perante a população paulista. O combate realizado com sucesso à AIDS, o maior controle sobre os emissários submarinos e a grande descontaminação dos mananciais e despoluição de Cubatão.

Ainda no final da década de 90, o governo do estado inicia efetivamente o repasse de verbas do DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias) - ligado à SEEP (Secretaria do Estado de Economia e Planejamento) - para os municípios com grande potencial turístico no estado de São Paulo⁵². A RMBS passa a receber uma série considerável de recursos vinculados a obras de melhoria da infra - estrutura turística.

Diversas edificações sofrem intervenções, assim como novas infra – estruturas urbanas são inauguradas (urbanização de orlas, ciclovias, iluminação pública, praças, parques, centros comerciais, restauração de áreas históricas e com forte degradação, linhas de bondes etc). Esta progressiva melhora na urbanização e nas condições das praias da região repercutiu de forma positiva na imagem de todos os seus municípios.

A construção da 2ª pista da Rod. dos Imigrantes e a duplicação da Rod. Padre Manuel da Nóbrega também propiciaram a RMBS um fluxo maior de veranistas com o acesso facilitado.

Nos últimos anos, novas frentes de turismo têm gerado modificações na estrutura urbana da região. Para os municípios do núcleo central (Santos, São Vicente, Guarujá) ocorreram investimentos para receber convenções, feiras, congressos e encontros nacionais de setores econômicos. Assim sendo, grandes edificações⁵³ foram construídas para atrair o turismo de negócio, apostando na atração de investimentos em atividades de suporte ao setor: hotéis, bares, restaurantes, equipamentos de lazer. Contudo, desde sua inauguração, houve poucos investimentos principalmente na rede hoteleira destes municípios, desencorajando a demanda das empresas organizadoras.

⁵² Inclui os municípios do Circuito das Águas (Região de Serra Negra, Lindóia etc), São Roque, Campos do Jordão e municípios litorâneos.

⁵³ No município de Santos, o Mendes *Convention Center* foi construído em um grande terreno no bairro da Encruzilhada, em antiga estação e armazém ferroviário da FEPASA. Já em São Vicente o São Vicente *Convention Center* fica no Parque Bitaru, próxima a Rod. Dos Imigrantes e do centro da cidade.

Tabela 17 - População Flutuante estimada em domicílios particulares

Municípios	1998		2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Bertioga	52.661	5,8	60.100	6,3	82.426	7,6
Guarujá	164.900	18,3	166.668	17,6	170.549	15,8
Itanhaém	89.821	10,0	95.208	10,0	111.982	10,4
Mongaguá	71.636	7,9	79.538	8,4	104.008	9,6
Peruíbe	49.884	5,5	50.607	5,3	52.209	4,8
Praia Grande	334.897	37,1	358.214	37,8	426.798	39,5
Santos	79.260	8,8	78.116	8,2	75.733	7,0
São Vicente	59.653	6,6	59.027	6,2	57.717	5,3
RMBS	902.712	100,0	947.478	100,0	1.081.422	100,0

Fonte: Godinho

- **Rede Urbana:**

Mais do que atender as demandas das classes de maior renda da região, Santos centraliza grande parte da oferta de serviços ligados às áreas sociais, à produção e à distribuição da região. Além dos já citados ensino superior e equipamentos ligados à saúde⁵⁴, a cidade concentra expressiva parcela de repartições públicas regionais. Além disso, registra expressiva parte dos escritórios jurídicos, de auditoria, de engenharia, de publicidade etc muito devido às atividades portuárias. Por essas mesmas razões concentra atividades de ligadas à distribuição tais como armazenamento de diversos tipos de carga; parte expressiva do processo logístico e burocrático das mercadorias que passam pelo porto⁵⁵.

Contudo, as atividades comerciais são espalhadas entre as cidades de: Santos, São Vicente, Praia Grande e Cubatão. O comércio atacadista tem relativa expressividade nessas duas últimas cidades devido à sua localização estratégica. A primeira porque parte expressiva dessa atividade se localiza no cruzamento com da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega (que corta o litoral sul) com a saída da Rod. Imigrantes enquanto Cubatão é a porta de entrada da região via Complexo Anchieta - Imigrantes.

O padrão de urbanização das outras cidades se dá pelo provimento diferenciado de serviços turístico na região. Contudo, há algumas peculiaridades em cada um dos municípios:

⁵⁴ Capítulo referente à demografia e urbanização, pág. 17

⁵⁵ Ver seção sobre a atividade portuária

As cidades do litoral sul se caracterizaram pelo turismo para pessoas com menor poder aquisitivo, constituindo um conjunto de atividades relacionadas de menor valor agregado e com menor diversificação. Além do habitual aparelhamento turístico (hotéis, camping, pousadas), destacam-se nessas localidades algumas atividades ligadas ao eco turismo (Peruíbe e Itanhaém), um grande número de colônia de férias de organizações corporativas (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Itaú, DERSA, Polícia Militar etc somente na cidade de Itanhaém).

Recentemente, seus municípios estão passando por diversas obras de saneamento, aumentando sua rede coletora que era inexpressiva até alguns anos atrás. As obras são do governo do estado de São Paulo via Sabesp, gerando considerável número de empregos em 2007 para a região através de suas diversas frentes de obra: construção de emissários, expansão da rede e construção de reservatórios.

Peruíbe se caracteriza por ter um perfil de turista de maior idade (profissionais liberais da Grande São Paulo e de outros municípios da região), que possui uma casa no município e que passa a residir na mesma após sua aposentadoria. A urbanização de sua orla se dá no final da década de 90 e, além do veraneio, também é relevante o turismo ecológico e científico do Parque Estadual da Juréia.

O fluxo de pessoas para o município aumentou consideravelmente com a duplicação da Rod. Padre Manuel da Nóbrega. O município possui atualmente, segundo informações de sua Secretaria do Turismo, aproximadamente 100 estabelecimentos entre pousadas, hotéis, colônias em torno de 5000 leitos.

Seu espaço urbano é caracterizado por estabelecimentos de pequeno porte, ligados principalmente às atividades de alojamento e construção civil. Sua população recorrentemente se desloca para Itanhaém, Praia Grande ou Santos para comprar de bens de salário em redes de lojas de departamento e supermercados e demandar serviços de educação superior e saúde principalmente no município de Santos, com cerca de cinco ônibus fretado para esta finalidade.

Itanhaém, com proporções urbanas bem maiores, além de ter sua dinâmica urbana conformada pelas atividades de turismo balneário, têm na polarização de seu comércio e de alguns serviços sobre Perúibe e Mongaguá outro fator de indução e conformação urbana considerável. Possui uma considerável variedade de estabelecimentos de grandes redes de lojas de departamento, concessionária de veículos, supermercados, instituições bancárias etc que os

outros dois municípios. Ainda assim, preponderam estabelecimentos ligados à construção civil e móveis, ainda que de maior porte ao longo da Rodovia supracitada.

Possui um aeroporto civil, porém de pouca expressividade para a região e para o Estado e nenhum impacto sobre a dinâmica econômica e urbana do município. Mais recentemente, a Petrobrás o vem utilizando recorrentemente com o início dos estudos e investimentos na região para a prospecção de petróleo na Bacia de Santos. Pelos dados da DAESP, em 2007 o aeroporto recebeu 6,9 mil passageiros e 7,4 mil aeronaves (incluindo toque de arremetida).

Sua urbanização já apresenta um maior grau de verticalização, predominando construções de três a quatro andares e majoritariamente voltados para a o veraneio. Ainda assim, sua orla é parcialmente urbanizada, possuindo diversos bairros onde predominam casas em ruas sem asfalto, construídas principalmente nas décadas de 60 a 80 nos bairros que ficam mais próximos ao município de Peruíbe (denominados CIBRATEL), com diversos lotes ainda a serem ocupados.

Na página da internet do município, havia o cadastro de aproximadamente 50 estabelecimentos de hospedaria com capacidade para 10 mil pessoas. Destacam-se algumas colônias de férias do município (Banco do Brasil, Polícia Civil) devido a sua considerável dimensão.

Mongaguá apresenta traços urbanísticos bastantes distintos ao longo de sua orla: na parte sul (divisa com Itanhaém) predomina os bairros com pequeno grau de pavimentação, com orla pouco urbanizada e para fins residenciais. Já a parte central e a região norte do município (divisa com Praia Grande) possuem características semelhantes à Praia Grande, tendo suas áreas de orla conurbadas, sem distinção entre ambas: orla urbanizada e com ocupação verticalizada com edifícios de até 10 pavimentos, construídos majoritariamente entre o final da década de oitenta e noventa.

Possui uma complexidade urbana intermediária entre Peruíbe e Itanhaém, tendo alguns estabelecimentos comerciais e de serviços ligados a grandes redes nacionais. Ainda assim, impera os estabelecimentos locais, tendo no artesanato uma das principais fontes de emprego no município. O comércio é voltado majoritariamente para o turismo: segundo dados da Secretaria de Turismo do município, a população flutuante é de 100 mil nos fins de semana e 500 mil nas férias. O município possui aproximadamente 40 estabelecimentos de hotelaria, com capacidade

para cinco mil leitões. Parte destes estabelecimentos são colônias de sindicatos e federações setoriais.

A compra de bens de salário, eletrodomésticos e bens duráveis da população local é realizada majoritariamente nos municípios de Praia Grande, São Vicente e Santos. Além disso, o município de Santos polariza consideravelmente a oferta de serviços de educação superior e saúde. Diariamente dez ônibus fretados saem do município para cursos em Santos. Com relação aos trabalhadores do Planalto, cerca de cinco ônibus fretados saem diariamente para as empresas instaladas principalmente no ABC.

Praia Grande merece especial atenção, pois teve na década de 90 um forte crescimento demográfico vinculado a um boom imobiliário com forte verticalização. Acrescida ainda de uma substancial reforma urbana, incluindo a urbanização da orla marítima (ciclovias, quiosques, jardins), esta cidade passou por grande desenvolvimento econômico, principalmente de seu terciário.

O município foi eleito, já no final da década de 80, como local privilegiado para a instalação de grandes redes atacadistas, supermercados, lojas de departamento etc, justamente no entroncamento entre o final da Rodovia dos Imigrantes e o começo da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega, perto da divisa com São Vicente. Com facilidade de seu deslocamento e baixo custo de suas áreas quando comparados a Santos, esta região de Praia Grande configura-se como primeiro e principal área para estabelecimentos existentes em grandes densidades urbanas.

Nesta área, instalaram-se no período o shopping Litoral Plaza, concessionárias de veículos, grandes lojas de redes internacionais de departamento (Decathlon) e de material de construção (Leroy Merlin), estabelecimentos de entretenimento etc, atraindo demandas de todos os municípios do litoral sul, São Vicente, Cubatão e até de Santos.

A construção do shopping, ampliação do comércio atacadista, de inúmeros restaurantes e demais serviços ligados não só a população local como também a sua população flutuante (345 mil pessoas), esta cidade não só passou a exercer alguma centralidade sobre as outras do eixo sul e da parte continental de São Vicente, como também gerou forte aumento considerável de sua participação no VAF de serviços regional.

Sua orla totalmente urbanizada, constituída majoritariamente de prédios de até 10 pavimentos, grande número de residentes que trabalham no Planalto (principalmente ABC) e com

vários estabelecimentos ligados ao turismo de veraneio. Pelos dados da prefeitura, a população flutuante é de 700 mil nas férias e 150 mil nos fins de semana.

Do outro lado da Rod. Pd. Manuel da Nóbrega encontra-se a população de menor renda, com ocupações majoritariamente na construção civil e trabalhos domésticos – tanto em Praia grande quanto nos municípios mais consolidados da região -, em atividades ligadas ao turismo balneário.

A centralidade que Santos exercia nos serviços sociais perdura até hoje, porém abrandada pela instalação da FATEC e de outras faculdades pelo lado da educação e abertura de postos clínicos capazes de procedimentos de complexidade intermediários.

No outro extremo da região, as cidades de **Bertioga e Guarujá** se especializaram no turismo para as classes média - altas e altas do estado. Sendo assim, considerável parcela de suas atividades caracteriza-se pelo alto valor agregado (restaurantes especializados; discotecas, boates e bares incrementados etc). Destaca-se nessas cidades o considerável número de domicílios de empreendimento imobiliários de luxo, geralmente com ocupação ocasional (fins de semana, feriados, férias).

Tabela 17 - Sistema Hospitalar - RMBS e Santos - jul/03

Natureza	RMBS			% de Santos		
	Hospitais	Leitos	Leitos UTI	Hospitais	Leitos	Leitos UTI
Público	9	747	62	22,2	55,0	67,7
Particular	6	1.616	112	50,0	55,6	59,8
Universitário	-	-	-	-	-	-
Total	15	2.363	174	33,3	55,4	62,6

fonte: DATASUS

Esses condomínios possuem internamente conjunto de atividades relacionadas à alimentação (mercearias, açougues, mercados, restaurantes, bares etc), recreação (vídeo - locadoras, diversões eletrônicas, clubes), saúde (postos médicos, veterinários) e diversos (lavagem de roupa, administração imobiliária). Principalmente para a cidade de Bertioga, tem sido expressivo gerador de postos de trabalho para a população local.

Santos apresenta uma relativa centralidade na Baixada Santista, abrigando um relativo conjunto de serviços diferenciados não existentes nas outras cidades, como alguns serviços

sociais, seja no meio público ou privado (educação superior e saúde). Além desses, algumas atividades de maior sofisticação do terciário como shoppings centers, centros de convenções, bares e restaurantes temáticos etc também são encontrados predominantemente em Santos.

Tabela 18 - Internações a cada 100 habitantes – 2004

RMBS e municípios	Local de internação	Local de residência
Bertioga	9,2	9,3
Cubatão	6,5	7
Guarujá	5,6	6,2
Itanhaém	3,6	4,6
Mongaguá	3,7	5,2
Peruíbe	4,8	6,5
Praia Grande	3,3	4,8
Santos	8	5,1
São Vicente	2,8	4,8
RMBS	5,3	5,5

fonte: DATASUS

No caso da rede hospitalar regional, a cidade de Santos possui dois centros hospitalares que são as duas principais referências para a população da região (Santa Casa de Misericórdia de Santos e Guilherme Álvaro). Juntamente com os outros da cidade, constituem 55,4% dos leitos hospitalares e 62,6% dos usados para UTI. Podemos ver claramente pela Tabela 18 que todas as outras cidades da região apresentam “emigrações de internações”, muitas delas se dirigindo para a rede santista. Vale destacar ainda que a região como um todo apresenta o mesmo movimento, muito provavelmente a limitada especialização do serviço hospitalar regional. Para casos mais graves ou até quando envolvem pessoas mais abastadas, estas utilizam os serviços prestados pela cidade de São Paulo.

Com relação aos serviços de educação, destaca-se a centralidade santista na oferta de ensino superior, possuindo aproximadamente 87% dos matriculados em instituições de ensino. Destacam-se na região alguns centros mais tradicionais, como a Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), a Universidade Santa Cecília (UNISANTA) e a Fundação Lusíada por atrair alunos de outras regiões do Estado. Um grave problema com relação a este serviço é a reduzida

oferta de vagas públicas na região⁵⁶. Contudo, após grande reivindicação por parte da região, a oferta de ensino superior público está sendo aumentada progressivamente com as recentes instalações de campus da UNESP (com início em 2002) em São Vicente e UNIFESP em Santos (primeira turma em 2006).

Tabela 19 - Número de estabelecimentos e matriculados no ensino superior – 2002

RMBS e municípios	Número de estabelecimentos					Número de matrículas				
	Part.	Públ.	Filant.	Total	%	Part.	Públ.	Filant.	Total	%
Bertioga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cubatão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guarujá	1	-	1	2	18,2	2.187	-	2.187	4.374	12,0
Itanhaém	1	-	-	1	9,1	128	-	-	128	0,4
Mongaguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peruíbe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Praia Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santos	2	1	3	6	54,5	18.205	504	12.976	31.685	86,7
São Vicente	2	-	-	2	18,2	349	-	-	349	1,0
RMBS	6	1	4	11	100	20.869	504	15.163	36.536	100

fonte: EDUDATABRASIL – INEP

Após a construção da 2ª pista dos Imigrantes, Santos passou por consideráveis modificações urbanas: a revitalização de sua área central degradada com recursos do DADE e renúncia fiscal do município, construção de ciclovias, reurbanização da orla etc.

Contudo, a principal transformação foi o recrudescimento do mercado imobiliário no município seguindo a tendência dos outros municípios dos eixos de expansão urbana. Alguns fatores colaboraram para este fator além da nova rodovia: a mudança a Lei de Zoneamento do município, permitindo uma maior área construída para uma determinada área, a melhoria nas condições de crédito e mais recentemente o anúncio das instalações futuras da sede administrativa da Petrobras da Bacia de Santos. Ocorreu uma intensificação do processo de verticalização no município com a construção de prédios de luxo de vinte e cinco pavimentos em média.

⁵⁶ A única instituição pública representada para este ano é uma FATEC.

Considerações Finais e Perspectivas

Foi analisado, ao longo dos capítulos desta dissertação, o desenvolvimento socioeconômico da Baixada Santista, com especial atenção para o período mais recente, mais especificamente o período pós 1970. Ainda assim, **no primeiro capítulo** foi analisado o período anterior, assinalando os traços característicos e particulares da evolução das relações econômicas da região – seja com o resto do país e entre seus municípios -, ressaltando a importância do complexo cafeeiro e das decisões do estado de construir na região estabelecimentos industriais dotados de grande porte e efeitos indutores.

Já no segundo capítulo, que abrange as décadas de setenta e oitenta, observou-se a consolidação da segmentação social dos eixos de expansão urbana da região baseados no veraneio. Nos municípios localizados ao sul da região, há a atração de classes sociais de renda baixa e média - tendo na construção de inúmeros domicílios de um dormitório e na constituição de um conjunto de coloniais sindicais o padrão de urbanização de Praia Grande, Mongaguá e em menor medida Itanhaém -; enquanto que em parte do Guarujá e em Bertioga o veraneio característico foi focado em classes sociais mais abastadas, notadamente profissionais liberais e de cargos executivos de burocracias públicas e privadas – predominando em sua urbanização os condomínios fechados.

No que tange os aspectos econômicos, evidenciamos neste capítulo o auge e o início do poder indutor das outras atividades econômicas relevantes na região dentro do contexto da economia nacional. Inseridas no contexto de grande crescimento econômico da década de setenta, a abertura de diversos estabelecimentos industriais ligados aos complexos petroquímico, químico e ampliações no complexo siderúrgico da COSIPA, assim como a intensificação das atividades portuárias e investimentos realizados na mesma, proporcionaram aumento substancial na geração de emprego e renda, tanto nestas atividades quanto nos rebatimentos inerentes sobre as demandas da população com o aumento da massa salarial.

Entretanto, os problemas de poluição ambiental grave – tanto nas praias quanto principalmente em Cubatão -, a crise fiscal-financeira do Estado, a hiperinflação e o início das transformações técnicas no complexo portuário (mecanização, containerização, efeito da

revolução telemática nas casas comerciais etc) consubstanciaram na grande deterioração da capacidade de geração de emprego e renda da dinâmica socioeconômica da região. O resultado, assim como em todo o Brasil, foi o inchaço ainda mais pronunciado do terciário e agravamento das condições sociais na região.

No último capítulo, vimos como a mudança radical de conduta do Estado brasileiro impactou negativamente a região na década de noventa dado o seu controle patrimonial sobre o porto e os dois maiores estabelecimentos industriais da região. Intensificou-se o processo de modernização e aumento de produtividade visando puramente a eficiência da atividade portuária, com investimentos realizados de nulos efeitos multiplicadores para a região (basicamente compra de guindastes, esteiras etc produzidas em outras partes do mundo em sua maioria) e com demissão de contingente expressivo de pessoas. O pólo de Cubatão não foi diferente, com forte redução de efetivo e aumento de produtividade. Ainda que as estratégias destas empresas tenham sido no sentido de agregar maior valor ao produto com mudanças no mix de produto (RPBC) e até no adensamento da cadeia produtiva com a atração de empresas (COSIPA), os resultados do ponto de vista da geração de emprego e renda não foram expressivos.

Por outro lado, a maior liberdade dos municípios – tanto no que diz respeito aos aspectos normativos quanto aos fiscais (leia-se receita e capacidade de gasto) – e a estabilidade monetária proporcionaram aos municípios do litoral grande expansão de sua especialização econômica, com forte rebatimento em seus setores imbricados (construção civil, serviços pessoais etc).

Nesta atual década, a melhora do ritmo de crescimento do país baseado no crescimento das exportações em um primeiro momento e depois principalmente pelo mercado interno gerou aumento das três principais atividades da região. Mais do que isso, a melhoria do acesso à região (2ª pista da Rod. Dos Imigrantes, duplicação da Rod. Padre Manuel da Nóbrega), os investimentos iniciados na expansão e melhoria logística no porto e principalmente o anúncio da decisão da instalação da base de controle da Bacia de Santos pela Petrobrás passaram a despertar investimentos na região em setores econômicos na região antes inexistentes ou inexpressivos para a geração de emprego e renda na região, principalmente no município de Santos. O principal exemplo foi o reaquecimento do mercado imobiliária no município, voltando a ser um canteiro de obra com a construção de enormes prédios de alto padrão. A instalação de centros de convenções, de universidades públicas de renome (UNESP, UNIFESP), o aumento do parque hoteleiro nos

municípios centrais e até a instalação de departamentos regionais de grandes empresas ligadas ao setor portuário estão entre algumas das principais mudanças deste novo milênio.

Dentro da hipótese levantada da particularidade desta região enquanto aglomeração urbana longitudinal e que tinha suas determinações diferenciadas para cada uma de suas partes, as mudanças observadas nos últimos dezoito anos não alteraram esse quadro. Acertadamente nos prognósticos de Cano et alli (1992), a região é uma aglomeração urbana tripartite, com um núcleo central que apresentou um aumento de sua maior área conurbada, sem, contudo, conseguir determinar a dinâmica socioeconômica de seus eixos de expansão demográfica urbana. Tanto o eixo norte (tendo como base econômica o veraneio da população de mais alta renda) quanto o eixo sul (veraneio da população de renda baixa – média) mantém na dinâmica socioeconômica paulista sua principal articulação e dependência.

Portanto, não se caracteriza a região como uma área metropolitana, dotada de densidade, escala e diversidade de atividades econômicas capazes de ter uma autodeterminação socioeconômica grande. Até mesmo o núcleo central, em que pese sua intensa divisão do trabalho, tem parte de seus ganhos de economias de aglomeração retirados devido à distância a RMSP, como já frisou Santos (1992).

Assim, o fenômeno da metropolização na região parece consistir muito mais na constituição de um aparato legal e instituição que dão suporte a questões comuns a todos os municípios da região, além de servir como um mecanismo legal importante para entrega de reivindicações e poder de coerção política para a região.

- **Perspectivas:**

A reversão do cenário de forte expansão da economia mundial com a instauração de uma das mais severas crises de liquidez e incerteza da história do capitalismo – gerando grande queda no consumo, emprego, renda em todos os países – nos fazem indagar sobre suas repercussões na Baixada Santista, principalmente pelo fato de que vários projetos e promessas importantes estão sendo feitos para a região e que, caso concretizados, poderiam levar a região a passar por uma nova fase de desenvolvimento com geração de emprego e renda.

Entendo que as três questões centrais que devem ser feitas são: Primeiramente, como cada um destes investimentos programados para a região irá sofrer com a escassez de crédito

internacional, vis – a – vis as necessidades de seus realizadores? A outra indagação é referente ao modo de que a reversão da conjuntura econômica interfere na viabilidade econômica do projeto. Por último e a mais importante, como muda o embate político concernentes aos investimentos do governo e empresas controladas pelo poder público?

Para buscar estas respostas, serão os principais projetos conhecidos para a região, destacando sempre seus objetivos e potenciais impactos sobre a economia da região.

Na edição de 28 de dezembro de 2008 do jornal A Tribuna, publicou-se um caderno especial sobre as perspectivas para a Baixada Santista, levantando os principais projetos públicos e privados para a região. Quase todas as reportagens demonstravam um grande otimismo com relação à implantação dos projetos, mesmo tendo a crise mundial como cenário dado.

Primeiramente, com relação aos investimentos nas atividades portuária e correlatas, existe uma série de projetos, tanto da autoridade portuária quanto das concessionárias, visando o aumento da capacidade de transporte, escoamento e armazenagem do porto. Os mesmos podem ser separados em aumento da produtividade (compra de equipamentos, melhorias logísticas etc), aumento das áreas de atracação e retroportuárias e instalação de novas atividades ligadas ao comércio exterior.

O aumento da produtividade está baseado nos projetos de compras de portâiners (guindastes sobre trilhos), guindastes normais e nos projetos de melhorias logísticas do porto. Com relação aos primeiros, realizados pelas concessionárias, expressiva parte já está comprada e paga, tendo como prazo de entrega o meio do ano (caso da Tecon de Santos). Esta, contudo, traz poucos impactos para a região, pois tais equipamentos não são fabricados na região, além de eliminar mão-de-obra das atividades de movimentação de carga.

Já sobre os projetos de melhorias logísticas, como já frisado no terceiro capítulo, o PAC contemplou as obras de dragagem do cais e construção da avenida perimetral nas duas margens do porto, com grande potencial para geração de emprego nos setores da construção civil (durante fase de construção) e das atividades de movimentação dada maior capacidade instalada. Já está em fase de construção a construção na margem santista, porém os outros dois projetos ainda não foram iniciados. Apesar da maior dificuldade que o governo deve vir a ter, tanto pelo ponto de vista da redução de sua receita quanto pela acomodação das diversas demandas de auxílio no

atual período, o governo sinaliza com a manutenção dos investimentos do programa, ainda que a custos da redução do superávit primário.

Os diversos projetos que envolvem a expansão da área portuária, seja de atracação ou retroportuária, teriam impactos muito mais expressivos para a região dado seus efeitos indutores sobre atividades correlatas e emprego. Além da grande demanda dos setores atrelados à construção civil, teriam efeitos na economia representativos, com grande geração de emprego e renda. Tais projetos de expansão elevariam a capacidade de movimentação do porto de 80 milhões de toneladas ano para 220 milhões ton/ano.

Há quatro projetos neste sentido, sendo três destes com a ocupação destas novas áreas da margem esquerda do porto (Vicente de Carvalho / Guarujá e Área Continental de Santos. Na margem direita (Ilha de São Vicente), tem-se como perspectiva a instalação de um terminal na área da Alemoa, com 1,1 mil metros de cais natural, denominado Brasil Terminais Portuários, com investimento de 1,6 bilhão e participação do armador Mediterranean Shipping Company (MSC), com capacidade de 1,1 milhão de TEUs/ano, explorando na área retroportuária granéis líquidos e possível expansão do terminal de líquidos da Alemoa (previsto para 2012).

Com relação aos da margem esquerda, o menor é o da construção de dois novos terminais de contêineres com capacidade de 800 mil TEUs/ano em área hoje ocupada por palafitas em Conceiçãozinha e Prainha (Vicente de Carvalho). Há o projeto do terminal Embraport, previsto para entrar em operação em 2010, com capacidade de movimentação de 1,2 milhão de contêineres e 2 milhões de metros cúbicos de granéis líquidos por ano. Contudo, o maior projeto de Barnabé-Bagres, empreendimento em fase de estudo de viabilidade econômico-financeira com potencial para movimentar em torno 140 milhões de t/ano.

Por último, os projetos que visam uma diversificação das atividades nas áreas retroportuárias do porto, destacam-se a construção de um aeroporto de carga integrado a um condomínio industrial como uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) - com fortes sinergias com o porto -, instalação de estaleiro naval em Cubatão, novo terminal de passageiros na área de cais próxima à zona revitalizada do centro santista (Valongo e Saboó) – com marina, centro empresarial e de lazer entre outros. Há até a intenção de usar a capacidade do modal fluvial na região para explorar novas áreas retro-portuárias, inclusive em Bertioiga.

A despeito de todos estes projetos citados, o cenário recessivo mundial e com difícil previsão de retomar o fôlego deve afetar com certeza o valor e o volume da corrente de comércio brasileira. Diante deste cenário de incerteza e com a escassez de crédito internacional, vários projetos (sejam públicos ou privados) deverão ser abortados, postergados ou ao menos revistos do ponto de vista de sua viabilidade econômico-financeira para conseguir alguma estruturação financeira que o suporte. Acreditamos que, devido às repercussões que tal crise terá sobre a hinterlândia do porto – principalmente a RMSP e o interior do estado -, muitos destes projetos sejam inviabilizados nesta nova realidade econômica mundial.

O caso mais explícito deste fato foi a anúncio da construção do Porto Brasil no município de Peruíbe sob a iniciativa da empresa LLX (ligado ao grupo MMX de Eike Batista). O projeto – a construção do porto em uma área de quase 2 mil hectares (com espaço para zona industrial de 13 milhões de m² e retro-área total de 6 milhões de m²), cais construído em alto mar e com calado de 18,5 metros, o projeto foi abortado, tendo como motivo citado a reversão do cenário mundial e queda do preço das commodities.

Outro grande problema com relação ao complexo portuário a necessidade de um crescimento dos outros modais interligados a ele para suportarem tal aumento de fluxo. De projetos que tenham sinergias, deve-se destacar a construção do trecho sul do Rodoanel, o projeto do Ferroanel da RMSP e o interesse declarado do setor sucroalcooleiro de construção d um alcoolduto até o porto.

Sobre as atividades ligadas ao turismo na região, seja de veraneio, seja de negócios, alguns investimentos já foram realizados na região – centro de convenções, hotelarias, diversos empreendimentos de serviços de lazer – e com efeitos consideráveis na região. Ainda assim, há carência e espaço para um aumento da capacidade de leitos na região, principalmente nos municípios centrais.

Nos últimos anos, três redes mundiais de hotelaria anunciaram a construção de estabelecimentos na região. O Grupo Riviera já iniciou a limpeza de terreno no Gonzaga antes ocupado pelo tradicional hotel Indaiá, aumentando em 12% a capacidade de acomodações de Santos. A Accor também está finalizando sua construção dos hotéis Íbis e Mercury no terreno do antigo Clube XV, na esquina do Canal 3 com a Av. da praia. O Grupo Silvio Santos também

inaugurou em 2006 o Sofitel Jequitimar Hotel em parceria com a Accor, na praia de Pernambuco, com 301 apartamentos, instalações para eventos, lazer etc.

Contudo, a principal motivação para estes investimentos realizados ou em fase de construção foi o anúncio da instalação da sede da Petrobrás na região para controle da Bacia de Santos, pendentes ainda as instalações das bases operacionais. Nesta nova atividade indutora estão depositadas as esperanças da população para melhores e maiores oportunidades e do empresariado local, nacional e internacional para investirem na região.

A região vem se preparando para receber a base de controle - que se localizará no bairro degradado do Valongo, gerando enormes transformações na dinâmica urbana de todo o centro santista – com planejamento e oferta de cursos relacionados. O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Regional Santos (PROMINP – BS) já implantou programas de capacitação de mão-de-obra, atração e capacitação de empresas fornecedoras de produtos necessários para a atividade de extração de petróleo e gás natural entre outras necessidades basilares para receber tal atividade.

Somente a base administrativa e de controle da Bacia irá gerar seis mil postos diretos de trabalho, segundo o representante da AGEM no PROMIMP, Luis Carlos Rachid, gerando enorme impacto sobre o ramo imobiliário (em parte já realizado com a recém construção de edifícios com padrão de luxo), hoteleiro e serviços pessoais em geral.

Contudo, a grande luta é pela a instalação de uma base operacional na região, principalmente no porto de Santos, que traria uma série de empresas fabricantes e fornecedoras de materiais necessários para o processo de prospecção e extração de petróleo e gás natural na região. Os impactos são enormes, com efeitos indutores expressivos, vide o caso de Macaé. Com essa instalação, todos os municípios da região seriam atrativos para receber as inúmeras empresas dos mais diversos setores para fornecerem para a Petrobrás. A decisão, contudo, é estritamente política e há grande embate político atualmente com o Estado do Rio de Janeiro para receber tais instalações.

Deve-se ser crítico ao caráter progressista de tais investimentos. Macaé é um exemplo vivo de que a falta de planejamento para acomodar todos os efeitos indutores desse novo setor na região pode gerar: aumento da segregação e exclusão social, aumento da criminalidade, graves

problemas ambientais – poluição, congestionamentos, balneabilidade das praias etc -. São custos que muitos habitantes não estão dispostos a pagar.

Bibliografia:

- ALVES, M. A. S. Guerra Fiscal e Finanças Federativas no Brasil: o caso do Setor Automotivo. Dissertação de Mestrado – IE/ UNICAMP 2001
- ARAUJO FILHO, J. R. Santos, o porto do café. Fundação IBGE 1969
- AZZONI, Carlos Roberto. A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo. *In: Estudos Econômicos*. São Paulo: FIEPE/USP, n. 16, 1986 b.
- BRANDÃO, C. A. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global, 1ª edição. Editora Unicamp. 2007
- BNDES. Porto de Santos: Aspectos de Competitividade em Informe Infra-Estrutura nº 38, set/2000.
- BNDES. Arrendamentos Portuários. Cadernos de Infra-estrutura n nº 16, mar/2001
- CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise. Vinte e cinco anos de política econômica (2002) Ed. UNESP
- CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 4. ed – Campinas, SP: Unicamp/ IE, 1998
- CANO, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930 - 1995)
- CANO, W. (org.) A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo. São Paulo: SEADE 1988
- CANO, W. Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005. 2008
- CANO, W.; BRANDÃO, C.A.; MACIEL, C.S.; MACEDO, F.C.. (Org.). Economia Paulista: Dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005. Campinas: Alínea, 2007.
- CANO, W; GONÇALVES, M. F.; e NEGRI, B. O Processo do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo. Em SEADE (1992)
- CIESP. Relatório Anual Pólo industrial de Cubatão. Diversos anos
- CODESP. Processo de Modernização do Porto de Santos. Serviço de Imprensa 2001
- COUTO, J. M. Entre Estatais e Transnacionais: O Pólo Industrial de Cubatão. Tese de Doutorado do Instituto de Economia – Unicamp. 2003
- CRUZ, P. D. Dívida Externa e Política Econômica: a Experiência Brasileira nos Anos Setenta. Coleção Teses, Ed. Unicamp, SP, 1999.

CUNHA, J. M. P; JAKOB, A. A. E. e YOUNG, Andréa Ferraz. Dinâmica Demográfica intrametropolitana na Região Metropolitana da Baixada Santista, no período pós -1970. Em CUNHA, J. M. P. (org), 2006.

CUNHA, J. M. P. (org) Novas Metrôpoles Paulistas: População, Vulnerabilidade e segregação. Ed. Unicamp 2006

EMPLASA. Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado. Região Metropolitana da Baixada Santista 2002

ESTADO DE SÃO PAULO, Jornal. “Dez fases históricas”. Texto publicado em 04/02/1992 no caderno semanal Marinha Mercante. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/porto/portoh06.htm>

FARIA, V. O processo de urbanização no Brasil: Algumas Notas para o seu estudo e interpretação. ABEP: Anais Primeiro Encontro Nacional. 1978

FRANCO, G. – O Desafio Brasileiro. Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda. Cap. 1 (Inserção Externa e Desenvolvimento). Editora 34 Ltda 1º edição. 1999

FUNDAÇÃO SEADE. Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI. (1992)

GAZETA MERCANTIL. Panorama Setorial: Portos Vol. I e II

GEIPOT. Reforma Portuária Brasileira. Relatório Final

GODINHO, R. E. Nova Metodologia da Projeção da População Flutuante. Mimeo

JAKOB, A A E. Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960 – 2000. Tese de Doutorado. IFCH / Unicamp.

JAKOB, A. A. E. “Análise Demográfica da Constituição do Espaço Urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no Período 1960 – 2000” em Texto NEPO 45. 2004

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a Região da Metrôpole desconcentrada. Em Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XIV – 1994 – número 38

LOPREATO, F. L. C. O Colapso das Finanças Estaduais e a Crise da Federação. Ed. UNESP (2004)

MELLO, J. M. C. O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. . Ed – Campinas, SP: Unicamp/ IE, 1998

MACEDO e SILVA, A. C. Serviços e Desenvolvimento – Algumas Considerações. Relatório de Pesquisa – Projeto Reestruturação da Indústria a Nível Internacional e Inserção do Brasil. Convênio FINEP / FECAMP / UNICAMP – IE

NESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego na cidade de Santos

NEGRI, B. Concentração e Desconcentração Industrial de São Paulo (1880 – 1990). Campinas, SP; Editora da Unicamp, 1996.

NEGRI, B. e PACHECO, C.A. Mudança Tecnológica e Desenvolvimento Regional nos Anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. Em Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XIV – 1994 – número 38

PACHECO, C. A. A Fragmentação da Nação. Editora Unicamp – 2002

PACHECO, C. A. et alli. A Nova Realidade Regional da Indústria Paulista: Subsídios para a Política de Desenvolvimento Regional em Ensaio FEE,(16), no 1 -1988

POCHMANN, M. Emprego, Renda e as Principais Questões Sociais. In: CANO, W.; BRANDÃO, C.A.; MACIEL, C.S.; MACEDO, F.C.. (Org.). 2007

PRADO JR, C. A cidade de São Paulo. 1983

RODRIGUES, José e VAZ, José Pascoal. Porto de Santos - uma década de transformações-1990-1999 . NESE

SANTOS, M. A. A Região Administrativa da Baixada Santista. Em FUNDAÇÃO SEADE (1992)

SARTI, F. e LAPLANE, Mariano F. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: MARIANO LAPLANE; LUCIANO COUTINHO; CÉLIO HIRATUKA. (Org.). Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil. 1 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP - FEU, 2003, v. 1, p. 11-57.

SEABRA, O. A Ocupação da Ilha em Jornal A Tribuna, 26 de março de 1982

SERRA, J. “Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia brasileira no pós-guerra”. Em Revista de Economia Política, Volume 2/2, número 6, abril/junho - 1982

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.

ZIMMERMAN, G. Diagnóstico setor de Comércio. Em FUNDAÇÃO SEADE, 1992

Sites consultados:

- ALICEWEB – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
www.mdic.gov.br
- Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM: www.agem.sp.gov.br
- Anuário Estatístico Portuário 2004. www.antaq.gov.br
- Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 - IBGE. www.ibge.gov.br
- CODESP. www.portodesantos.com.br
- COSIPA: www.cosipa.com.br
- DATASUS – Ministério da Saúde. www.saude.gov.br
- EDUDATABRASIL – INEP. www.inep.gov.br
- Informações dos Municípios Paulistas – Fundação SEADE. www.seade.sp.gov.br
- Núcleo de Estudos Socioeconômicos – NESE – www.unisanta.br/nese
- RAIS - Ministério do Trabalho. www.trabalho.gov.br
- Prefeitura Municipal de Bertioga: www.berthoga.sp.gov.br
- Prefeitura Municipal de Cubatão: www.cubatao.sp.gov.br
- Prefeitura Municipal de Guarujá: www.guaruja.sp.gov.br
- Prefeitura Municipal de Itanhaém: www.itanhaem.sp.gov.br
- Prefeitura Municipal de Mongaguá: www.mongagua.sp.gov.br
- Prefeitura Municipal de Peruíbe: www.peruibe.sp.gov.br
- Prefeitura Municipal de Praia Grande: www.praia grande.sp.gov.br
- Prefeitura Municipal de Santos: www.santos.sp.gov.br
- Prefeitura Municipal de São Vicente: www.saovicente.sp.gov.br
- SABESP : www.sabesp.com.br
- www.novomilenio.inf.br

ANEXOS:

a) Demografia e Urbanização:

Tabela Da – População residente, peso na metrópole e taxa geométrica de crescimento

Brasil, São Paulo, regiões e municípios	População residente total e participação na RMBS										Taxa de crescimento geométrico			
	1920		1940		1950		1960		1970		20 - 40	40 - 50	50 - 60	60 - 70
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%				
Cubatão					11.803	4,4	25.076	6,1	50.906	7,8	-	-	7,8	7,3
Guarujá			7.539	3,7	13.203	4,9	40.071	9,7	94.021	14,4		5,8	11,7	8,9
Itanhaém	4.227	3,7	10.878	5,4	7.135	2,7	7.334	1,8	14.515	2,2	4,8	-4,1	0,3	7,1
Mongaguá							2.360	0,6	5.213	0,8	-	-	-	8,2
Peruíbe									6.966	1,1	-	-	-	-
Praia Grande									19.694	3,0	-	-	-	-
Santos	102.589	89,6	165.568	82,3	203.562	76,1	262.997	63,6	345.630	52,9	2,4	2,1	2,6	2,8
São Vicente	7.656	6,7	17.294	8,6	31.684	11,8	75.997	18,4	116.485	17,8	4,2	6,2	9,1	4,4
RMBS ***	114.472	2,5	201.279	2,8	267.387	2,9	413.835	3,2	653.430	3,7	2,9	2,9	4,5	4,7
São Paulo	4.592.188	15,0	7.180.316	17,4	9.134.423	17,6	12.809.231	18,0	17.771.948	19,1	2,3	2,4	3,4	3,3
Brasil	30.635.605	-	41.236.315	-	51.944.397	-	70.992.343	-	93.134.846	-	1,5	2,3	3,2	2,8

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos

Tabela Db – População residente, peso na metrópole e taxa geométrica de crescimento

Brasil, São Paulo, regiões, municípios e distritos	População residente total e participação na RMBS										Taxa de crescimento geométrico			
	1970		1980		1991		2000		2007 (1)		70 -	80 -	91 -	00 -
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	80	91	00	07
Bertioga *	-	-	-	-	-	-	30.039	2,0	39.091	2,4	-	-	11,29	3,83
Cubatão	50.906	7,8	78.631	8,2	91.136	7,5	108.309	7,3	120.271	7,5	4,44	1,35	1,94	1,51
Guarujá	94.021	14,4	151.120	15,7	210.207	17,2	264.812	17,9	296.150	18,4	4,86	3,05	2,60	1,61
Vicente de Carvalho	60.228	9,2	85.455	8,9	111.127	9,1	130.391	8,8	-	-	3,56	2,42	1,79	
Itanhaém	14.515	2,2	27.464	2,9	46.074	3,8	71.995	4,9	80.778	5,0	6,58	4,82	5,08	1,66
Mongaguá	5.213	0,8	9.928	1,0	19.026	1,6	35.098	2,4	40.423	2,5	6,65	6,09	7,04	2,04
Peruíbe	6.966	1,1	18.411	1,9	32.773	2,7	51.451	3,5	54.457	3,4	10,21	5,38	5,14	0,81
Praia Grande	19.694	3,0	66.004	6,9	123.492	10,1	193.582	13,1	233.806	14,6	12,86	5,86	5,12	2,73
Solemar	3.779	0,6	11.464	1,2	26.339	2,2	46.711	3,2		0,0	11,74	7,86	6,57	
Santos	345.630	52,9	416.677	43,3	428.923	35,2	417.983	28,3	418.288	26,0	1,89	0,26	-0,29	0,01
Santos**	342.012	52,3	412.674	42,9	417.450	34,2	-	-	-	-	1,90	0,10	0,01	
Bertioga	3.618	0,6	4.003	0,4	11.473	0,9	-	-	-	-	1,02	10,05	-	
São Vicente	116.485	17,8	193.008	20,1	268.618	22,0	303.551	20,6	323.599	20,1	5,18	3,05	1,37	0,92
RMBS ***	653.430	3,7	961.243	3,8	1.220.249	3,9	1.476.820	4,0	1.606.863	4,0	3,94	2,19	2,14	1,21
Interior SP***	9.632.243	54,2	12.451.967	49,7	16.143.984	51,1	19.153.700	51,7	-	-	2,60	2,39	1,92	-
São Paulo	17.771.948	19,1	25.040.712	21,0	31.588.925	21,5	37.032.403	21,8	39.827.570	21,6	3,49	2,13	1,78	1,04
Brasil	93.134.846	-	119.011.052	-	146.825.475	-	169.799.170	-	183.987.291	-	2,48	1,93	1,63	1,15

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos e Contagem da População 2007

* Cálculo da taxa de crescimento demográfico utilizando os valores da antiga situação de distrito (Bertioga)

** Cálculo da taxa de crescimento demográfico utilizando os valores do município como um todo

*** Peso da região na população de São Paulo

(1) Nesta pesquisa, a população não é discriminada por distrito

Tabela Dc- Padrão do crescimento demográfico

Regiões, municípios e distritos	Incremento Populacional e participação na RMBS							
	20 - 40		40 - 50		50 - 60		60 - 70	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Cubatão***	-	-	-	-	13.273	9,1	25.830	10,8
Guarujá*	-	-	5.664	8,6	26.868	18,3	53.950	22,5
Itanhaém**	6.651	7,7	-3.743	-5,7	2.559	1,7	14.147	5,9
Mongaguá ****	-	-	-	-	-	-	2.853	1,2
Peruíbe *****	-	-	-	-	-	-	-	-
Praia Grande *****	-	-	-	-	-	-	-	-
Santos	70.518	81,2	49.797	75,3	59.435	40,6	82.633	34,5
São Vicente	9.638	11,1	14.390	21,8	44.313	30,3	60.182	25,1
RMBS	86.807	3,35	66.108	3,38	146.448	3,99	239.595	4,83
São Paulo	2.588.128	24,4	1.954.107	18,2	3.674.808	19,3	4.962.717	22,4
Brasil	10.600.710	-	10.708.082	-	19.047.946	-	22.142.503	-

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos

* Incremento entre 20 - 40 calculado dentro do município de Santos

** Incremento entre 40 - 50 subtraído pela emancipação de Itariri

*** Incremento entre 40 - 50 calculado dentro do município de Santos

**** Incremento entre 50 -60 calculado dentro do município de Itanhaém

***** Incremento entre 60 - 70 calculado dentro do município de Itanhaém

***** Incremento entre 60 - 70 calculado dentro do município de São Vicente

ANEXO Dd - Padrão do crescimento demográfico

Regiões, municípios e distritos	Incremento Populacional e participação na RMBS					
	70 - 80		80 -91		91 - 00	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Eixo Norte	32.257	10,5	40.885	15,8	53.907	21,0
Bertioga	385	0,1	7.470	2,9	18.566	7,2
Guarujá (- VC)	31.872	10,4	33.415	12,9	35.341	13,8
Núcleo	200.137	65,0	118.563	45,8	71.903	28
Cubatão	27.725	9,0	12.505	4,8	17.173	6,7
Santos	70.662	23,0	4.776	1,8	533	0,2
São Vicente	76.523	24,9	75.610	29,2	34.933	13,6
Vicente de Carvalho	25.227	8,2	25.672	9,9	19.264	7,5
Eixo Sul	75.419	24,5	99.558	38,4	130.761	51
Itanhaém	12.949	4,2	18.610	7,2	25.921	10,1
Mongaguá	4.715	1,5	9.098	3,5	16.072	6,3
Peruíbe	11.445	3,7	14.362	5,5	18.678	7,3
Praia Grande	46.310	15,0	57.488	22,2	70.090	27,3
RMBS	307.813	100	259.006	100	256.571	100

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos

ANEXO De - Padrão do crescimento demográfico – incremento vegetativo e migratório no crescimento total

Tipo de incremento e participação no município e na região

Municípios	70 - 80						80 - 91						91 - 00					
	Vegetativo			Migratório			Vegetativo			Migratório			Vegetativo			Migratório		
	Total	%Mun	%BS	Total	n	%BS												
Bertioga													3.122	16,8	2,3	15.444	83,2	13,1
Cubatão	16.200	58,4	10,7	11.524	41,6	7,3	22.341	179,1	11,5	-9.865	-79,1	-18,4	15.130	88,1	10,9	2.043	11,9	1,7
Guarujá	30.154	52,8	19,8	26.952	47,2	17,0	45.406	76,9	23,4	13.674	23,1	25,6	33.779	61,9	24,4	20.826	38,1	17,6
Itanhaém	4.670	36,1	3,1	8.279	63,9	5,2	8.474	45,5	4,4	10.136	54,5	18,9	6.958	26,8	5,0	18.963	73,2	16,1
Mongaguá	1.216	25,8	0,8	3.497	74,2	2,2	2.678	29,4	1,4	6.421	70,6	12,0	2.752	17,1	2,0	13.320	82,9	11,3
Peruíbe	2.370	17,2	1,6	11.441	82,8	7,2	5.618	39,1	2,9	8.748	60,9	16,3	6.177	33,1	4,5	12.501	66,9	10,6
Praia Grande	4.353	9,4	2,9	41.954	90,6	26,5	4.353	9,4	2,2	41.954	90,6	78,4	17.719	25,3	12,8	52.371	74,7	44,4
Santos	62.386	87,8	41,0	8.665	12,2	5,5	57.532	470,0	29,6	45.290	-370,0	-84,6	20.315	3811,4	14,7	-19.782	3711,4	-16,8
São Vicente	30.689	40,1	20,2	45.828	59,9	29,0	47.879	63,3	24,6	27.737	36,7	51,8	32584	93,3	23,5	2.349	6,7	2,0
	152.03			158.14			194.28						138.53			118.03		
RMBS	8	49,0	100	0	51,0	100	1	62,6	100	53.515	17,3	100	6	44,7	100	5	38,1	100

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos

ANEXO Df– Perfil dos domicílios pelo modo de uso

Município	1960	1970				1980						
	% Total BS	Ocupado	Vago	Fechado	% Total BS	Ocupado	Vago	Fechado	Ocasional	Coletivo	% Total BS	
Bertioga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cubatão	6,2	93,5	6,2	0,4	4,7	92,5	6,6	0,2	0,2	0,5	5,2	
Guarujá	9,5	70,0	6,6	23,4	11,3	61,5	6,2	0,8	31,2	0,3	14,6	
Itanhaém	1,9	40,1	8,0	51,9	3,3	39,2	10,6	0,5	49,5	0,3	4,6	
Mongaguá	0,6	23,0	6,2	70,7	2,3	24,0	6,4	1,3	68,1	0,2	2,6	
Peruíbe	0,9	52,8	9,6	37,6	1,2	44,4	10,9	1,5	42,8	0,4	2,7	
Praia Grande	-	14,8	7,5	77,7	13,5	26,8	6,0	0,1	66,8	0,2	17,0	
Santos	61,0	71,8	9,2	19,0	45,6	79,1	5,2	1,0	13,9	0,8	36,3	
São Vicente	19,9	59,2	10,7	30,1	18,1	73,0	6,4	0,8	19,6	0,2	17,1	
Baixada Santista	87.108,0	60,2	8,7	31,1	239.902	63,1	6,2	0,7	29,5	0,4	372.774	
Município	1991						2000					
	Ocupado	Vago	Fechado	Ocasional	Coletivo	% Total BS	Ocupado	Vago	Fechado	Ocasional	Coletivo	% Total BS
Bertioga	28,2	8,1	0,1	63,2	0,4	2,0	33,4	5,7	0,5	60,0	0,4	3,5
Cubatão	94,7	4,8	0,0	0,3	0,2	4,4	88,9	8,9	1,2	0,9	0,1	4,5
Guarujá	54,4	4,9	0,3	40,3	0,1	17,2	57,2	6,4	0,7	35,5	0,1	17,0
Itanhaém	36,9	6,1	0,0	56,8	0,2	6,0	40,4	6,9	0,0	52,5	0,1	6,8
Mongaguá	26,1	4,2	0,0	69,5	0,1	3,4	29,8	6,2	0,0	63,9	0,1	4,5
Peruíbe	41,1	6,7	-	51,8	0,4	3,8	45,2	7,6	0,1	46,9	0,3	4,3
Praia Grande	29,9	6,8	0,0	63,2	0,1	20,1	34,3	7,3	0,1	58,2	0,1	21,5
Santos	77,0	8,3	0,5	13,9	0,3	28,4	77,1	10,0	0,6	12,2	0,1	22,9
São Vicente	75,9	6,5	0,2	17,4	0,1	16,7	75,1	10,8	1,0	13,0	0,1	14,9
Baixada Santista	58,7	6,6	0,2	34,3	0,2	546.372	57,2	8,2	0,5	33,9	0,1	744.564

Fonte: Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000. Extraído de Jakob (2003)

ANEXO Dg – Migração 1986-1991

Município ou Região	Entrada								RMBS	Estado SP	% migr. EM / EE
	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente			
Cubatão	-	292	0	0	13	800	365	1.948	3.418	1.333	71,9
Guarujá	314	-	48	72	55	277	1.073	941	2.780	3.088	47,4
Itanhaém	0	125	-	133	130	79	117	141	725	1.725	29,6
Mongaguá	0	66	157	-	0	239	11	6	479	480	49,9
Peruíbe	0	48	130	38	-	36	130	94	476	1.627	22,6
Praia Grande	69	233	132	234	86	-	565	1.125	2.444	1.977	55,3
Santos	1.295	2.619	468	237	424	3.785	-	14.922	23.750	20.719	53,4
São Vicente	423	492	124	144	109	3.668	2.022	-	6.982	34.283	16,9
RMBS	2.101	3.875	1.059	858	817	8.884	4.283	19.177	41.054	65.232	38,6
Estado SP	1.750	5.181	6.274	2.976	5.503	14.267	12.766	8.796	57.513	-	-
% migr. IM / IE	54,6	42,8	14,4	22,4	12,9	38,4	25,1	68,6	41,7	-	-

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 1991

ANEXO Dh – Migração 1995 - 2000

	Entrada									RMBS	Estado SP	% migr. EM/EE	
	Município ou Região	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos				São Vicente
Saída	Bertioga	-	14	59	0	20	9	0	114	0	216	891	19,5
	Cubatão	10	-	162	26	162	55	961	1.153	1.212	3.741	1.927	66,0
	Guarujá	649	93	-	290	115	191	808	1.829	998	4.973	5.046	49,6
	Itanhaém	0	0	52	-	141	335	109	77	112	826	2.418	25,5
	Mongaguá	0	0	14	178	-	61	241	53	82	629	1.237	33,7
	Peruíbe	0	38	48	267	159	-	80	231	148	971	2.495	28,0
	Praia Grande	34	250	404	447	472	350	-	751	1.448	4.156	4.918	45,8
	Santos	329	1.209	3.233	642	354	437	5.672	-	13.884	25.760	19.780	56,6
	São Vicente	0	722	652	414	493	391	5.895	4.155	-	12.722	5.521	69,7
	RMBS	1.022	2.326	4.624	2.264	1.916	1.829	13.766	8.363	17.884	53.994	44.233	55,0
Estado SP	3.889	1.522	7.324	11.223	8.040	8.606	22.987	11.359	7.620	82.570	-		
% migr. IM/IE	20,8	60,4	38,7	16,8	19,2	17,5	37,5	42,4	70,1	39,5	-		

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000

Anexo Di - Pendularidade do Mercado de Trabalho – 1980 - % do local de trabalho no total do município

Municípios		Município de Trabalho												Deficit Postos de trabalho	
		Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	São Paulo	ABC	Outros	Total		%BS
Município de moradia	Cubatão	92,5	,5	,0	,0	,0	,1	4,7	,4	,7	,4	,7	31.576	8,6	-25108
	Guarujá	6,0	66,9	,0	,0	,0	,1	25,2	,3	,9	,1	,5	56.571	15,4	16276
	Itanhaém	,2	,2	95,5	,5	,5	,4	,8	,3	1,2	,2	,3	9.833	2,7	86
	Mongaguá	,2	,2	2,5	90,7	,9	2,0	,9	,2	1,9	,3	,3	3.285	,9	-12
	Peruíbe	,1	,1	,8	,0	94,2	,1	,8	,1	1,3	,2	2,3	6.009	1,6	164
	Praia Grande	2,2	,4	,3	,6	,1	82,2	6,4	3,3	3,5	,4	,7	23.066	6,3	2291
	Santos	8,5	1,0	,0	,0	,0	,3	85,1	1,7	1,9	,6	,7	166.913	45,4	-18522
	São Vicente	13,2	,7	,1	,1	,0	1,4	37,1	44,1	2,0	,5	,8	70.409	19,2	35507
	Total	56.684	40.295	9.747	3.297	5.845	20.775	185.435	34.902	6.432	1.606	2.644	367.662	100	
% BS	15,4	11,0	2,7	,9	1,6	5,7	50,4	9,5	1,7	,4	,7	100	-		

Fonte: Censo 1980 – Microdados

b) Mercado de Trabalho:

Tabela MTa – Proporção de trabalhadores por grupo de atividade econômica exercida no município e no total da RMBS– 1970

Município	Primário		Extrativa Mineral		Ind. Transf.		Construção Civil		SIUP		Serv. Distributivos		Serv. Produtivos		Serv. Sociais		Serv. Pessoais		Outros / Mal definidas		Total % BS
	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	
	Cubatão	1,2	2,7	0,9	17,6	27,8	16,4	27,3	16,4	3,2	21,9	14,2	3,4	8,1	4,4	1,6	2,3	7,2	2,9	8,6	
Guarujá	5,0	22,0	0,2	7,5	9,4	10,4	18,2	20,4	0,7	9,5	25,4	11,3	10,0	10,2	2,7	7,0	22,7	16,9	5,6	16,0	13,4
Itanhaém	30,2	23,8	0,4	2,4	3,3	0,7	15,6	3,2	3,3	7,8	16,5	1,3	9,1	1,7	2,6	1,2	16,9	2,3	2,1	1,1	2,4
Mongaguá	16,7	4,2	2,0	4,3	5,1	0,3	23,2	1,5	0,5	0,4	19,1	0,5	10,7	0,6	3,4	0,5	10,8	0,5	8,5	1,4	0,8
Peuíbe	29,2	8,7	3,7	9,6	4,8	0,4	21,2	1,6	0,4	0,4	16,7	0,5	7,3	0,5	1,9	0,3	10,8	0,6	4,0	0,8	0,9
Praia Grande	3,0	2,8	0,4	3,5	4,5	1,1	34,4	8,5	0,4	1,0	17,7	1,7	14,7	3,3	2,3	1,3	19,0	3,1	3,6	2,3	3,0
Santos	1,6	29,9	0,1	22,3	11,8	54,3	6,4	30,0	0,8	41,1	35,9	66,4	14,5	61,5	6,8	73,6	18,0	55,9	4,0	48,4	56,0
São Vicente	1,1	5,8	0,7	32,8	12,3	16,5	13,5	18,5	1,1	17,9	27,7	14,9	14,4	17,8	4,3	13,7	19,9	18,0	4,9	16,9	16,3
Baixada Santista	3,1	100,0	0,4	100,0	12,2	100,0	12,0	100,0	1,0	100,0	30,3	100,0	13,2	100,0	5,1	100,0	18,1	100,0	4,7	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1970

Anexo MTb – Proporção de trabalhadores por grupo de atividade econômica exercida no município e no total da RMBS– 1980

Município	Primário		Extrativa Mineral		Ind. Transf.		Construção Civil		SIUP		Serv. Distributivos		Serv. Produtivos		Serv. Sociais		Serv. Pessoais		Outros / Mal definidas		Total % BS
	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	% Mun.	% BS	
	Cubatão	0,5	3,0	0,2	5,0	20,4	11,4	39,3	23,6	1,5	10,1	12,0	5,5	3,4	2,1	9,1	6,0	12,5	5,3	1,0	
Guarujá	2,7	27,6	0,2	6,7	13,5	13,5	17,9	19,3	1,1	13,0	16,6	13,6	11,1	12,5	10,7	12,6	25,6	19,3	0,7	8,2	15,4
Itanhaém	8,3	14,9	0,5	3,9	7,2	1,3	20,2	3,8	3,9	7,9	14,8	2,1	5,1	1,0	14,1	2,9	24,4	3,2	1,4	2,9	2,7
Mongaguá	6,5	3,9	4,6	11,8	6,1	0,4	28,1	1,8	1,9	1,3	15,0	0,7	5,8	0,4	12,1	0,8	19,0	0,8	0,9	0,6	0,9
Peruíbe	16,2	17,8	2,8	13,0	5,8	0,6	24,3	2,8	1,0	1,3	14,2	1,2	5,0	0,6	8,7	1,1	20,9	1,7	1,0	1,3	1,6
Praia Grande	1,3	5,6	0,7	12,2	9,6	3,9	25,5	11,2	1,6	7,6	16,0	5,3	7,0	3,2	11,4	5,5	24,5	7,5	2,3	11,0	6,3
Santos	0,7	20,3	0,2	25,1	15,8	46,6	6,6	21,0	1,2	41,5	20,7	49,8	19,6	65,5	14,9	52,0	19,0	42,3	1,3	45,2	45,4
São Vicente	0,5	6,9	0,4	22,4	18,0	22,4	12,4	16,6	1,2	17,2	21,4	21,8	10,3	14,5	13,0	19,0	21,2	19,9	1,6	23,9	19,2
Baixada Santista	1,5	100,0	0,3	100,0	15,4	100,0	14,3	100,0	1,3	100,0	18,9	100,0	13,6	100,0	13,0	100,0	20,4	100,0	1,3	100,0	100

Fonte: Censo Demográfico – 1980

Anexo MTc – Proporção de trabalhadores por grupo de atividade econômica exercida no município e no total da RMBS– 1991

Município	Primário		Extrativa Mineral		Ind. Transf.		Construção Civil		SIUP		Serv. Distributivos		Serv. Produtivos		Serv. Sociais		Serv. Pessoais		Outros / Mal definidas		Total % BS
	%		%		%		%		%		%		%		%		%		%		
	Mun.	% BS	Mun.	% BS	Mun.	% BS	Mun.	% BS	Mun.	BS	Mun.	% BS	Mun.	% BS	Mun.	% BS	Mun.	% BS	Mun.	% BS	
Cubatão	1,0	5,5	0,4	6,0	23,4	12,4	16,0	11,3	2,8	14,3	16,7	5,5	5,2	3,3	11,7	5,9	22,3	6,3	0,7	22,0	7,2
Guarujá	2,0	25,5	0,2	9,3	11,0	13,9	12,6	21,2	1,2	15,0	19,8	15,5	9,0	13,4	10,6	12,7	33,3	22,3	0,3	23,8	17,1
Itanhaém	4,5	12,5	0,7	5,7	7,5	2,0	17,6	6,4	2,9	7,7	18,6	3,1	4,6	1,5	13,1	3,4	30,4	4,4	0,3	4,2	3,7
Mongaguá	4,7	5,1	2,4	8,3	7,0	0,7	20,0	2,8	1,7	1,8	17,4	1,1	3,7	0,5	16,2	1,6	26,6	1,5	0,3	1,6	1,4
Peruíbe	5,9	11,9	1,7	10,9	5,9	1,1	23,6	6,2	1,8	3,4	17,2	2,1	4,7	1,1	13,4	2,5	25,6	2,7	0,2	1,8	2,6
Praia Grande	0,7	5,1	0,1	1,4	12,1	8,3	15,8	14,4	1,4	9,2	23,7	10,1	7,0	5,7	12,4	8,1	26,7	9,7	0,1	2,5	9,3
Santos	0,9	24,9	0,5	40,2	13,5	37,0	5,0	18,1	1,1	28,5	22,1	37,4	18,1	58,6	17,2	44,5	21,5	31,1	0,2	36,7	36,9
São Vicente	0,6	9,5	0,3	18,0	15,2	24,4	9,2	19,7	1,3	20,1	25,2	25,2	8,4	16,0	14,0	21,3	25,8	22,0	0,1	7,4	21,8
Baixada Santista	1,3	100,0	0,4	100,0	13,5	100,0	10,1	100,0	1,4	100,0	21,8	100,0	11,4	100,0	14,3	100,0	25,5	100,0	0,2	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico – 1991

ANEXO MTF-Empregados por ramo de atividade - RMBS

Total	1985		1990		1995		2000		2006		TGCA			
	total	%	90/85	95/90	00/95	06/00								
Ind. Extrativa Mineral	542	0,3	545	0,2	606	0,3	422	0,2	600	0,2	0,1	2,1	-7,0	6,0
Ind. Transformação	36.728	17,1	36.665	15,5	26.421	11,1	18.613	7,8	23.475	7,8	0,0	-6,3	-6,8	3,9
SIUP	2.734	1,3	3.152	1,3	4.109	1,7	1.701	0,7	4.284	1,4	2,9	5,4	-16,2	16,6
Construção Civil	9.370	4,4	12.847	5,4	17.239	7,2	13.834	5,8	16.241	5,4	6,5	6,1	-4,3	2,7
Comércio Varejista	29.975	14,0	32.118	13,6	34.411	14,4	41.436	17,4	58.393	19,5	1,4	1,4	3,8	5,9
Comércio Atacadista	5.591	2,6	6.435	2,7	6.460	2,7	5.159	2,2	5.492	1,8	2,9	0,1	-4,4	1,0
Serviços Produtivos	47.652	22,2	42.446	17,9	38.691	16,2	44.385	18,6	48.674	16,2	-2,3	-1,8	2,8	1,5
Transp. e Comunicação	14.378	6,7	14.221	6,0	25.563	10,7	23.944	10,1	32.878	11,0	-0,2	12,4	-1,3	5,4
Serviços Particulares	39.166	18,3	42.165	17,8	37.208	15,6	38.081	16,0	47.430	15,8	1,5	-2,5	0,5	3,7
Serviços Públicos	24.330	11,4	22.481	9,5	43.145	18,1	48.721	20,5	60.590	20,2	-1,6	13,9	2,5	3,7
Agricultura	2.953	1,4	2.510	1,1	2.614	1,1	1.715	0,7	1.541	0,5	-3,2	0,8	-8,1	-1,8
Outros / Ignorados	904	0,4	20.989	8,9	1.766	0,7	5	0,0	0	0,0	87,6	-39,0	-69,1	-100,0
Total	214.323	100	236.574	100	238.233	100	238.016	100	299.598	100	2	0,1	0,0	3,9

Fonte: RAIS – M.T.E.

Tabela MTg - Contribuição para o crescimento do emprego formal RMBS

Município	90/85		95/90		00/95		06/00	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Bertioga	-	-	2.419	145,8%	1.988	-916,1%	3.543	5,8%
Cubatão	-2.238	-10,1%	-8.166	-492,2%	-4.897	2256,7%	8.427	13,7%
Guarujá	6.667	30,0%	2.171	130,9%	1.703	-784,8%	8.358	13,6%
Itanhaém	1.356	6,1%	226	13,6%	513	-236,4%	2.181	3,5%
Mongaguá	280	1,3%	700	42,2%	385	-177,4%	978	1,6%
Peruíbe	763	3,4%	381	23,0%	1.237	-570,0%	1.704	2,8%
Praia Grande	3.851	17,3%	4.699	283,2%	3.083	-1420,7%	7.797	12,7%
Santos	8.660	38,9%	-1.037	-62,5%	-8.749	4031,8%	21.332	34,6%
São Vicente	2.912	13,1%	266	16,0%	4.520	-2082,9%	7.262	11,8%
RMBS	22.251	100,0%	1.659	100,0%	-217	100,0%	61.582	100,0%

Fonte: RAIS - M.T.E.

Anexo MTh - Distribuição da população por grupos de renda - 1980

Município	Sem renda		Até ½ SM		Mais de ½ a 1 SM		Mais de 1 a 2 SM		Mais de 2 a 3 SM		Mais de 3 a 5 SM		Mais de 5 a 10 SM		Mais de 10 a 20 SM		Mais de 20 SM		Ignorado		Pessoas com mais de 10 anos
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
	Mun	BS	Mun	BS	Mun	BS	Mun	BS	Mun	BS	Mun	BS	Mun	BS	Mun	BS	Mun	BS	Mun	BS	
Cubatão	42,1	8,2	2,4	6,4	5,5	5,8	17,6	9,2	12,8	10,7	11,3	8,3	6,2	6,0	1,2	3,1	0,2	1,6	0,8	6,3	59.689
Guarujá	42,6	15,6	3,3	17,0	9,1	17,9	19,4	18,9	10,1	15,8	8,8	12,2	4,7	8,7	1,1	5,2	0,3	4,5	0,5	7,2	111.505
Itanhaém	42,4	2,8	4,0	3,6	9,3	3,3	21,1	3,7	8,7	2,5	7,3	1,8	4,6	1,5	1,5	1,3	0,3	0,7	0,8	2,4	20.007
Mongaguá	43,3	1,0	3,6	1,2	8,6	1,1	21,1	1,3	9,6	1,0	7,4	0,7	4,4	0,5	1,2	0,4	0,5	0,4	0,3	0,3	7.205
Peruíbe	49,0	2,2	3,7	2,3	8,0	1,9	17,9	2,1	7,9	1,5	6,4	1,1	4,2	0,9	1,7	1,0	0,7	1,1	0,5	0,9	13.401
Praia Grande	43,1	6,9	3,3	7,3	6,9	6,1	17,2	7,4	10,4	7,1	9,6	5,8	6,2	5,0	1,8	3,8	0,7	3,8	0,9	6,3	49.206
Santos	38,1	42,7	2,6	41,2	6,9	41,9	13,1	39,0	8,8	42,1	11,9	50,5	10,6	59,4	4,9	71,4	2,0	76,7	1,2	58,4	342.323
São Vicente	42,7	20,6	3,1	20,9	8,4	22,0	14,4	18,4	9,4	19,4	10,8	19,6	7,4	17,9	2,2	13,9	0,7	11,2	0,9	18,2	146.997
Baixada Santista	40,7	100,0	2,9	100,0	7,5	100,0	15,3	100,0	9,5	100,0	10,8	100,0	8,1	100,0	3,1	100,0	1,2	100,0	0,9	100,0	750.333

Fonte: Censo Demográfico - 1980

Anexo MTi- Classes de rendimento nominal mensal familiar per capita - RMBS e Estado de São Paulo - 2000

Município	Sem rendimento	Até 1/2 s.m.	Mais de 1/2 a 1 s.m.	Mais de 1 a 2 s.m.	Mais de 2 a 3 s.m.	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	Pessoas com mais de 10 anos
Bertioga	5,0	7,1	20,9	31,2	11,9	12,5	7,8	3,7	9.018
Cubatão	7,5	9,6	22,9	28,0	13,9	11,1	5,3	1,6	31.851
Guarujá	6,1	10,5	19,9	29,4	13,7	11,2	6,3	2,9	78.596
Itanhaém	7,0	14,1	21,1	26,3	11,4	11,0	6,4	2,6	21.915
Mongaguá	10,1	11,6	19,9	25,2	12,9	11,4	6,4	2,4	10.580
Peruibe	7,1	14,0	20,3	23,5	11,4	10,5	9,4	3,7	15.207
Praia Grande	6,8	8,8	18,0	25,6	14,3	13,9	9,0	3,6	59.237
Santos	3,6	3,1	8,6	17,6	15,1	19,7	19,4	12,8	140.406
São Vicente	6,4	8,7	18,3	27,3	14,5	13,3	8,3	3,2	89.510
RMBS	5,7	7,9	16,2	24,4	14,1	14,6	11,1	6,0	456.320
RMBS - Santos	6,7	9,9	19,5	27,4	13,7	12,3	7,5	3,0	315.914
São Paulo	4,5	8,7	18,7	26,2	13,4	12,5	9,7	6,3	10.960.515

Fonte: Censo 2000 - IBGE

c) Economia:

Anexo Ea – Estabelecimentos por ramo de atividade – RMBS

Setor	1985		1990		1995		2000		2006		TGCA			
	total	%	90/85	95/90	00/95	06/00								
Ind. Extrativa Mineral	39	0,2	30	0,1	32	0,1	15	0,1	19	0,1	-5,1	1,3	-14,1	4,0
Ind. Transformação	974	6,2	1.286	6,2	1.292	5,2	964	3,5	1.085	3,6	5,7	0,1	-5,7	2,0
SIUP	53	0,3	56	0,3	53	0,2	38	0,1	52	0,2	1,1	-1,1	-6,4	5,4
Construção Civil	427	2,7	745	3,6	1.045	4,2	973	3,5	844	2,8	11,8	7,0	-1,4	-2,3
Comércio Varejista	5.219	33,2	6.055	29,2	7.132	29,0	8.446	30,7	9.838	32,5	3,0	3,3	3,4	2,6
Comércio Atacadista	573	3,6	616	3,0	755	3,1	549	2,0	551	1,8	1,5	4,2	-6,2	0,1
Serviços Produtivos	3.064	19,5	2.928	14,1	8.191	33,3	10.052	36,5	10.240	33,8	-0,9	22,8	4,2	0,3
Transp. e Comunicação	423	2,7	415	2,0	877	3,6	1.090	4,0	1.549	5,1	-0,4	16,1	4,4	6,0
Serviços Particulares	3.798	24,1	4.144	20,0	3.180	12,9	3.410	12,4	4.032	13,3	1,8	-5,2	1,4	2,8
Serviços Públicos	585	3,7	556	2,7	1.346	5,5	1.758	6,4	1.883	6,2	-1,0	19,3	5,5	1,2
Agricultura	271	1,7	326	1,6	256	1,0	216	0,8	199	0,7	3,8	-4,7	-3,3	-1,4
Outros / Ignorados	315	2,0	3552	17,2	475	1,9	1	0,0	0	0,0	62,3	-33,1	-70,8	-100,0
Total	15.741	100	20.709	100	24.634	100	27.512	100	30.292	100	5,6	3,5	2,2	1,6

Fonte: RAIS –M.T.E.

• **Comércio:**

Anexo Ca – Comércio varejista

Municípios	1940			1950			1960			1970			1980				
	Estab.	Vendas	Empr.	Vendas	Estab.	Vendas	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas
Cubatão	-	-	-	-	3,2	94,0	1,7	1,4	4,1	2,5	1,5	4,3	3,9	4,6	5,0	5,4	5,1
Guarujá	3,1	78,0	1,9	1,0	2,9	105,0	1,9	1,4	5,9	3,2	1,9	11,6	7,8	7,8	12,8	9,8	9,4
Itanhaém	3,6	85,0	2,1	1,0	2,1	73,0	1,3	0,6	1,5	1,2	1,0	2,6	1,8	1,6	3,3	3,2	2,9
Mongaguá	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	0,5	4,5	1,1	x	x	1,3	x	x
Peruíbe	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,1	0,1	1,0	0,6	0,4	2,3	x	x
Praia Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,4	2,9	2,6	6,9	5,0	4,4
Santos	87,0	3.673,0	91,6	95,0	87,9	5206,0	92,0	93,4	71,2	81,6	83,0	58,3	72,3	74,0	53,1	62,4	66,7
São Vicente	6,3	173,0	4,3	3,0	7,1	273,0	4,8	4,5	16,4	10,8	8,0	16,8	10,7	9,0	15,2	14,2	11,6
RMBS	1.580	4	4.009	142	1.929	4	5.657	970	2935	8.843	8,8	5.073	17.220	1.083	6.111	30.714	51.370
RMBS (%)	4,3	4.009,0	5,6	4,9	3,8	5.657,0	4,8	4,8	4,1	4,9	4,6	0,9	4,7	4,4	4,1	4,7	3,8
São Paulo	36.396	-	71.433	2.899	50.519	-	116.968	20.424	70901	180.696	192,2	120.275	365.711	24.787	148.010	647.611	1.349.700

Notas: vendas em Cr\$ milhões

Fonte: Censos Comercias 1940, 1960, 1970 e 1980

Anexo Cb – Comércio atacadista

Municípios	1940			1950			1960			1970			1980				
	Estab.	Vendas	Empr.	Vendas	Estab.	Vendas	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas
Cubatão	-	-	-	-	1,9	50,0	1,2	0,0	1,5	1,3	0,5	1,6	2,0	1,1	6,0	7,0	5,5
Guarujá	-	0,0	-	-	x	3,0	0,1	0,0	0,3	0,1	0,0	2,7	1,2	0,2	3,9	2,3	8,6
Itanhaém	-	0,0	-	-	x	1,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,8	2,8
Mongaguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	x	x	0,5	x	1,0
Peruíbe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,5	x	1,3
Praia Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8	0,1	0,0	4,1	3,4	4,7
Santos	99,7	4.579,0	100,0	100,0	98,5	4283,0	99,3	99,9	93,6	97,2	99,4	87,2	91,6	97,8	76,6	78,2	63,1
São Vicente	0,3	x	x	x	1,5	27,0	0,6	0,1	4,1	1,4	0,1	7,2	5,1	1,0	7,2	8,3	13,1
RMBS	317	7	4.579	2.686	412	6	4.314	12.418	393	4.242	2.237	374	3.626	2.831	415	4.979	318.167
RMBS (%)	6,6	4.579,0	11,9	27,4	6,2	4.314,0	7,4	22,8	4,7	4,9	22,8	3,2	3,4	9,5	2,9	3,0	16,1
São Paulo	4.803	-	38.562	9.811	6.659	-	58.040	45.647	8.337	86.816	9.811	11.644	107.404	29.663	14.482	163.855	1.981.373

Notas: vendas em Cr\$ milhões

Fonte: Censos Comercias 1940, 1960, 1970 e 1980

Anexo Cc – Comércio Total

Municípios	1940			1950			1960			1970			1980		
	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas
Cubatão	-	-	-	3,0	1,5	0,1	3,8	2,1	0,6	4,1	3,6	2,1	5,1	5,5	53,8
Guarujá	2,6	0,9	0,1	x	1,1	0,1	5,2	2,2	0,2	11,0	6,6	2,3	12,2	8,6	1,9
Itanhaém	3,0	1,0	0,0	x	0,8	0,0	1,4	0,8	0,1	2,4	1,5	0,4	3,1	2,8	0,5
Mongaguá	-	-	-	-	-	-	0,5	0,3	0,5	1,1	0,6	0,2	1,2	1,0	0,2
Peruíbe	-	-	-	-	-	-	0,3	0,1	0,0	0,9	0,5	0,1	2,2	1,3	0,2
Praia Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,1	2,4	0,7	6,8	4,7	0,8
Santos	89,1	98,1	99,9	90,8	96,7	99,7	73,9	86,7	97,6	60,3	75,2	91,0	54,6	63,1	40,3
São Vicente	5,3	x	x	6,2	x	x	15,0	7,8	1,0	16,1	9,7	3,2	14,7	13,1	2,2
RMBS	1.897	8.415	2.824	2.314	9.815	13.353	3.328	13.085	82.294	5.447	20.964	3.923	6.526	36.556	318.167
RMBS (%)	4,6	7,7	22,2	4,0	5,6	20,2	4,2	4,9	16,0	4,1	4,4	7,2	4,0	4,5	9,6
São Paulo	41.199	109.995	12.710	57.178	175.008	66.071	79.238	267.512	514.458	131.919	473.115	54.450	162.492	811.466	3.331.073

Notas: vendas em Cr\$ milhões

Fonte: Censos Comercias 1940, 1960, 1970 e 1980

Anexo Cd - Comércio Total (%)

Municípios	1980			1985		
	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas
Cubatão	4,6	4,7	8,9	4,6	4,7	11,1
Guarujá	11,3	8,5	5,1	11,4	10,4	4,3
Itanhaém	3,3	2,8	1,1	3,6	3,1	1,3
Mongaguá	1,2	0,9	0,4	1,4	1,0	0,4
Peruíbe	2,2	1,3	0,5	2,2	1,7	0,1
Praia Grande	6,7	4,7	1,7	7,3	6,1	2,4
Santos	55,8	63,6	76,9	53,9	60,4	75,6
São Vicente	15,7	13,4	5,4	15,7	12,6	4,9
RMBS	5.927	34.947	146	6.941	42.561	13.689
RMBS (%)	3,8	4,5	5,7	3,8	4,2	5,3
São Paulo	154.973	784.939	2.560	180.445	1.025.463	256.577

Notas: vendas em Cr\$ bilhões

Fonte: Censos Comerciais 1985

Anexo Ce – Comércio Varejista (%)

Municípios	1985		1990		1995		2000	
	Estab.	Empr.	Estab.	Empr.	Estab.	Empr.	Estab.	Empr.
Bertioga	-	-	-	-	0,3	1,3	2,5	2,5
Cubatão	3,7	3,7	4,4	5,8	5,7	4,3	3,7	3,7
Guarujá	12,2	12,5	13,8	13,1	13,1	13,6	13,2	13,2
Itanhaém	3,0	2,6	3,3	3,2	3,2	3,8	4,5	4,5
Mongaguá	1,0	0,9	1,5	1,1	1,1	1,4	1,7	1,7
Peruíbe	1,6	1,1	2,4	1,5	1,5	2,5	3,3	3,3
Praia Grande	7,2	5,7	8,3	7,0	7,0	8,9	12,8	12,8
Santos	57,2	61,2	52,7	54,9	54,8	50,0	44,6	44,6
São Vicente	14,2	12,3	13,6	13,4	13,4	14,2	13,5	13,5
RMBS	5.219	29.975	6.055	32.118	32.211	34.411	41.436	41.436

Fonte: MTE - RAIS

Anexo Cf- Comércio Atacadista (%)

	1985		1990		1995		2000	
	Estab.	Empr.	Estab.	Empr.	Estab.	Empr.	Estab.	Empr.
Bertioga	-	-	-	-	1,2	0,6	1,5	0,7
Cubatão	4,0	11,1	3,4	7,1	2,4	11,9	3,1	6,9
Guarujá	5,9	2,3	6,0	5,7	8,2	9,0	7,1	5,2
Itanhaém	1,0	0,9	2,1	1,3	3,6	1,6	2,2	1,0
Mongaguá	0,2	0,0	0,2	0,0	0,7	0,4	0,7	0,3
Peruíbe	1,0	0,2	0,8	0,2	1,2	0,2	1,5	0,3
Praia Grande	4,5	3,8	5,4	7,3	9,3	9,6	9,8	10,5
Santos	71,9	72,4	67,2	64,6	63,3	54,6	62,8	63,7
São Vicente	11,3	9,3	14,9	13,7	10,2	12,0	11,3	11,4
RMBS	573	5.591	616	6.435	755	6.460	549	5.159

Fonte: MTE - RAIS

Indústria:

Anexo Ia – Distribuição Espacial do pessoal ocupado e do valor de transformação da indústria de transformação do Estado de São Paulo por RA

	Pessoal Ocupado							VTI						
	1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985*	1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985*
RMSP	61,1	65,3	70,7	70,1	68,1	64,2	62	64,5	66,3	74,8	74,7	69,4	62,9	56,6
Capital	52,9	54,8	55,9	49,9	46,1	40,4		53,9	54,2	54,8	48,2	44	34,8	
Outros Municípios	8,2	10,5	14,8	20,2	22	23,8		10,6	12,1	20	26,5	25,4	28,1	
Interior	38,9	34,7	27,3	29,9	32	35,7	38	35,5	33,7	26,2	25,3	30,6	37,1	43,4
<i>Litoral</i> ¹	<i>3,2</i>	<i>1,9</i>	<i>1,6</i>	<i>1,8</i>	<i>1,7</i>	<i>1,6</i>		<i>4,5</i>	<i>2,2</i>	<i>4</i>	<i>2,8</i>	<i>2,5</i>	<i>3,7</i>	
<i>Baixada Santista</i> ³	<i>2,2</i>		<i>1,6</i>	<i>1,6</i>	<i>1,4</i>	<i>1,6</i>	<i>1,5</i>	<i>4,4</i>		<i>4,9</i>	<i>2,7</i>	<i>2,3</i>	<i>4,1</i>	<i>4,5</i>
Vale do Paraíba	3,9	3,8	2,9	3,6	3,8	4,2		2,2	2,6	2	3,3	4,2	5,5	
Sorocaba	7,7	6,4	4,9	3,6	3,7	4,7		5,4	3,9	3,3	2,2	2,4	4,1	
Campinas	12,4	12,5	11,3	12,2	13,5	14,9		8,5	9,1	8,9	10,6	15,1	15,8	
Ribeirão Preto	6,2	4,5	3,9	3,9	4,3	5		6,9	5,2	3,2	3	3,1	4,4	
Bauru	1,9	1,6	1,4	1,4	1,4	1,5		2,4	2,6	1,1	0,9	1	1,3	
Região “Oeste” ²	3,6	4	1,3	3,4	3,6	3,8		5,6	8,1	3,7	2,5	2,3	2,3	

Fonte: Censos Industriais – 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985. Dados extraídos de Negri, 1992 até 1980 e para todas as regiões exclusive Baixada Santista

1– Congrega as regiões administrativas de Santos e Registro. Pelo baixo grau de desenvolvimento da região, seu peso no total do litoral é desprezível.

2 - Congrega as regiões administrativas de Marília, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente

3 - Os dados do Censo de 1949 não foram encontrados. Distorção do VTI 1980 entre litoral e Baixada Santista se deve a mudança de categorização

Anexo Ib: Dados da indústria – 1940 e 1959

Município	1940				Prod. (Cr\$ Mi)	1959				VTI (Cr\$ Mi)	% VA
	Estab.		Pessoal			Estab.		Pessoal			
	Total	% BS	Total	% BS		Total	% BS	Total	% BS		
Cubatão		0,0		0,0	-	50	6,7	4.400	43,0	82,9	59,69
Guaruja	10	3,2	65	0,7	0,2	42	5,6	467	4,6	0,5	54,28
Itanhaém	7	2,2	36	0,4	0,1	14	1,9	45	0,4	0,0	51,11
Mongaguá		0,0		0,0	-	4	0,5	14	0,1	0,0	45,60
Peruíbe		0,0		0,0	-	2	0,3	4	0,0	0,0	46,22
Santos	267	85,3	9.173	93,1	98,1	556	74,7	4.596	44,9	15,6	31,68
São Vicente	29	9,3	580	5,9	1,7	76	10,2	713	7,0	0,9	43,11
Baixada Santista	313	2,2	9.854	3,0	4,4	744	2,1	10.239	1,6	4,8	52,25
Estado	14.225	-	329.344	-	7.601,7	36.254	-	650.072	-	301.914	45,88

Fonte: Censos Industriais 1940 e 1960 - IBGE

Anexo Ic: Dados da indústria - 1970 e 1975

Município	1970						1975					
	Estab.		Pessoal		VTI (Cr\$ Mi)	% VA	Estab.		Pessoal		VTI (Cr\$ Mi)	% VA
	Total	% BS	Total	% BS	% BS		Total	% BS	Total	% BS	% BS	
Cubatão	84	7,2	9.729	46,9	65,5	28,5	131	9,9	11.716	46,5	70,0	18
Guaruja	116	9,9	1.278	6,2	2,0	63,5	170	12,8	1.661	6,6	5,2	35
Itanhaém	27	2,3	99	0,5	0,1	53,6	48	3,6	296	1,2	0,2	60
Mongaguá	14	1,2	109	0,5	0,2	80,0	16	1,2	169	0,7	0,3	78
Peruíbe	11	0,9	140	0,7	0,5	80,5	15	1,1	202	0,8	0,6	86
Praia Grande	55	4,7	311	1,5	0,4	46,7	53	4,0	447	1,8	0,6	53
Santos	657	56,0	7.497	36,2	25,7	34,7	682	51,5	8.482	33,7	18,0	35
São Vicente	210	17,9	1.575	7,6	5,5	55,4	210	15,8	2.206	8,8	5,1	27
Baixada Santista	1.174	2,3	20.738	1,6	2,7	31,4	1.325	2,2	25.179	1,4	2,3	20,9
Estado	50.556	-	1.261.382	-	31.059	47,4	60.378	-	1.769.318	-	172.155	39

Fonte: Censos Industriais 1970 e 1975 - IBGE

Anexo Id – Dados da indústria - 1980 e 1985

Município	1980						1985					
	Estab.		Pessoal		VTI (Cr\$ Bi)	% VA	Estab.		Pessoal		VTI (Cr\$	% VA
	Total	% BS	Total	% BS	% BS		Total	% BS	Total	% BS	% BS	
Cubatão	149	10,0	25.104	57,5	86,6	25,2	92	9,4	23.919	62,6	80,2	32,4
Guarujá	185	12,4	2.760	6,3	1,6	25,4	121	12,4	2.238	5,9	5,4	48,4
Itanhaém	47	3,1	347	0,8	0,0	40,2	44	4,5	334	0,9	3,8	57,4
Mongaguá	26	1,7	301	0,7	0,2	64,3	20	2,1	209	0,5	0,1	62,0
Peruíbe	15	1,0	323	0,7	0,3	81,1	20	2,1	340	0,9	0,1	66,2
Praia Grande	92	6,2	973	2,2	0,4	46,5	54	5,5	525	1,4	0,2	44,3
Santos	774	51,8	12.103	27,7	8,7	46,3	524	53,8	9.242	24,2	8,8	50,2
São Vicente	207	13,8	1.749	4,0	2,2	46,6	99	10,2	1.400	3,7	1,4	53,4
Baixada Santista	1.495	2,0	43.660	1,6	4,2	26,6	974	1,6	38.207	1,5	4,5	34,9
Interior	32.679	44,1	917.728	34,2	37,2	38,5	27.873	47,0	961.268	38,0	43,4	42,3
Estado	74.147	-	2.679.530	-	2.273	42,8	59.343	-	2.527.141	-	547.498	45,4

Fonte: Censo Industrial 1980 e Censo Econômico 1985 - IBGE

Anexo Ie – Participação da Ind. Transformação no Interior e Estado e Estrutura da Ind. Transf. – 1980 – 1995

Ind. Transf. RMBS/ Total do Interior e

Setor Industrial	% Estado				% Interior				Estrutura da indústria RMBS			
	1980	1985	1990	1995	1980	1985	1990	1995	1980	1985	1990	1995
CONSTRUÇÃO	1,61	1,67	0,89	1,19	3,54	3,37	1,72	2,05	2,35	2,39	1,76	1,85
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	2,27	2,18	1,20	1,52	4,93	4,28	2,28	2,56	2,16	2,11	1,58	1,59
Pedra e Outros Materiais de Construção	0,48	5,23	0,85	4,14	0,60	6,73	1,08	4,82	0,01	0,13	0,04	0,13
Mobiliários	0,32	0,13	0,15	0,16	0,98	0,36	0,38	0,39	0,10	0,04	0,06	0,05
Artigos e Artefatos de Madeira	0,49	0,82	0,35	0,50	0,83	1,25	0,56	0,67	0,08	0,12	0,08	0,08
METAL-MECÂNICO	4,27	5,04	2,49	2,94	15,04	14,24	7,56	7,28	43,26	50,72	37,16	36,19
Material de Transporte	0,01	0,01	0,01	0,02	0,03	0,02	0,03	0,04	0,03	0,02	0,06	0,08
Produtos Mecânicos	0,03	0,04	0,02	0,02	0,07	0,10	0,05	0,04	0,05	0,07	0,05	0,03
Material Elétrico e de Comunicações	0,03	0,05	0,04	0,03	0,16	0,22	0,16	0,09	0,06	0,10	0,12	0,08
Metalúrgica	13,94	15,48	8,84	12,82	45,18	35,84	24,45	28,26	43,13	50,53	36,94	35,99
QUÍMICO	10,18	8,05	5,99	6,66	27,69	19,77	14,42	13,42	49,72	41,96	54,22	53,01
Produtos Químicos	17,39	15,31	11,02	13,85	40,69	33,78	23,59	22,79	49,18	41,49	52,62	50,80
Material Plástico	0,07	0,17	0,15	0,15	0,54	1,05	0,67	0,56	0,04	0,11	0,19	0,14
Produtos de Borracha	0,00	sigilo	sigilo	0,00	0,01	sigilo	sigilo	0,01	0,00	sigilo	sigilo	0,00
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	sigilo	sigilo	sigilo	0,00	sigilo	sigilo	sigilo	0,01	sigilo	sigilo	sigilo	0,00
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	1,80	0,86	1,81	1,77	2,80	1,14	2,57	2,23	0,50	0,36	1,40	2,06
TÊXTIL	0,30	0,10	0,11	0,13	0,78	0,22	0,23	0,27	0,72	0,28	0,46	0,30
Produtos Têxteis	0,02	0,01	0,01	0,04	0,06	0,02	0,03	0,07	0,04	0,02	0,03	0,04
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,77	0,26	0,21	0,23	2,31	0,60	0,47	0,50	0,68	0,26	0,43	0,25
Couros, Peles e Produtos Similares	sigilo	sigilo	0,02	0,12	sigilo	sigilo	0,04	0,20	sigilo	sigilo	0,00	0,01
AGROINDÚSTRIA	1,08	1,32	1,30	2,09	1,68	1,88	1,95	3,04	2,32	3,40	4,72	7,83
Produtos Alimentícios	1,17	1,43	1,47	2,46	1,80	2,03	2,25	3,63	2,06	3,20	4,62	7,77
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	1,00	1,44	0,63	0,54	1,28	1,71	0,75	0,65	0,16	0,17	0,10	0,07
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	0,58	0,21	sigilo	-	0,89	0,25	sigilo	-	0,10	0,03	sigilo	0,00
Fumo e Produtos Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PAPEL E CELULOSE	-	1,22	0,88	0,43	-	2,52	1,92	0,70	sigilo	1,14	1,35	0,67
Papel e Papelão	sigilo	1,22	0,88	0,43	sigilo	2,52	1,92	0,70	sigilo	1,14	1,35	0,67
DIVERSAS	0,17	0,04	0,11	0,09	0,65	0,10	0,26	0,31	0,23	0,06	0,31	0,15
Editorial e Gráfica	0,23	0,17	0,19	0,09	3,40	1,51	1,79	0,59	0,09	0,05	0,13	0,07
Diversos (I e III)	0,03	0,04	0,21	0,21	0,44	0,33	1,67	0,96	0,01	0,01	0,11	0,07
Diversos (II)	sigilo	sigilo	sigilo	-	sigilo	sigilo	sigilo	-	sigilo	sigilo	sigilo	0,00
Outras Indústrias	1,54	sigilo	0,64	0,10	14,93	sigilo	2,51	0,31	0,13	sigilo	0,06	0,00
Total	4,24	4,06	2,61	3,22	11,81	9,52	6,24	6,68	100	100	100	100

Fonte: VAF - Secretaria da Fazenda Estado de São Paulo

Anexo If - Participação da Ind. Transformação no Interior e no Estado e Estrutura da Ind. Transf. - 2000 - 2005

	% Estado		% Interior		Estrutura da Ind. Transf.	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Construção	1,43	0,74	2,19	1,15	1,48	0,66
Minerais Não Metálicos	1,99	1,05	3,00	1,67	1,42	0,61
Madeira	0,16	0,18	0,20	0,22	0,02	0,03
Móveis	0,21	0,16	0,41	0,30	0,04	0,03
Metal - Mecânico	2,17	4,43	4,28	8,08	17,70	35,77
Metalurgia Básica - Ferrosos	30,30	32,68	46,51	46,52	17,16	34,10
Metalurgia Básica - Não Ferrosos	0,02	0,07	0,04	0,15	0,01	0,02
Produtos de Metal	0,33	0,23	0,78	0,53	0,28	0,21
Máquinas e Equipamentos	0,04	0,06	0,08	0,14	0,05	0,08
Eletrrodomésticos	-	-	-	-	-	-
Máquinas de Escritório e Equipamentos de Informática	-	X	-	X	-	X
Máquinas, Aparelhos e Mat. Elétricos	0,04	0,01	0,12	0,02	0,03	0,00
Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação	0,02	0,01	0,03	0,02	0,01	0,01
Equipamentos Médicos, Óticos, de Automação e Precisão	0,01	0,01	0,03	0,02	0,00	0,00
Material de Transporte - Montadoras e Autopeças	0,05	0,46	0,10	0,84	0,16	1,34
Químico	8,93	7,28	14,95	12,76	75,56	59,91
Artigos de Borracha	-	-	-	-	-	-
Produtos Químicos	10,01	10,22	19,30	19,29	22,04	19,00
Combustíveis	14,42	10,70	16,46	14,36	50,96	40,65
Produtos Farmacêuticos	-	X	-	X	-	X
Perfumaria e Cosméticos	-	-	-	-	-	-
Produtos de Plástico	3,17	0,32	7,80	0,75	2,56	0,27
Têxtil	0,14	0,21	0,26	0,36	0,15	0,21
Couros e Calçados	0,09	0,07	0,11	0,09	0,01	0,01
Têxtil	0,08	0,17	0,13	0,27	0,05	0,09
Vestuário e Acessórios	0,29	0,37	1,11	1,19	0,09	0,10
Agroindústria	1,13	0,73	1,47	0,85	4,10	2,48
Produtos Alimentícios	1,38	0,83	1,71	0,97	4,10	2,48
Bebidas	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Fumo	X	-	X	-	X	-
Papel e Celulose	0,76	0,78	1,16	1,27	0,77	0,67
Papel e Celulose	0,76	0,78	1,16	1,27	0,77	0,67
Diversas	0,25	0,36	1,17	1,72	0,23	0,30
Edição, Impressão e Gravações	0,28	0,14	1,98	1,09	0,20	0,08
Reciclagem	0,41	8,80	0,67	13,96	0,00	0,17
Diversas	0,12	0,23	0,29	0,52	0,03	0,04
Total	4,11	4,30	7,09	7,19	100,00	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda

X : sigilo

Anexo Ig - Indústrias em operação em Cubatão – 2007

Ano*	Empresa	Controle do capital	Origem do capital	Empresa Capital anterior
1922	Santista de Papel Usina Henry	Ripasa	Priv. Nacional	Cia. Fabril de Cubatão
1926	Borden	EMAE	Est. Paulista	Light and Power
1955	RPBC	Petrobras	Est. Federal Priv.	--
1957	Estireno Dow	Grupo Unigel	Nacional	Koppers Co. Inc.
1958	Química Copebrás Columbian	Dow Chemical Anglo-American	Estrangeiro	Union Carbide Columbian Chemicals Copebrás (Negro-Fumo)
1958	Chemicals	Phelps-Dodge	Estrangeiro Priv.	
1963	Cosipa	Usiminas	Nacional	Siderbrás Diamond Alkali
1964	Carbocloro Cimento	Occidental/Unipar Grupo	Estrangeiro Priv.	In.Co.
1968	Rio Branco White	Votorantim	Nacional	Cimento Santa Rita
1970	Martins	Praxair Inc.	Estrangeiro	Liquid Carbonic
1970	Ultrafértil	Fosfértil	Estrangeiro Priv.	Petrofértil Cobrapar (Grupo Ultra)
1971	Engeclor Cargill	Oxiteno	Nacional	
1972	Fertilizantes	Cargill	Estrangeiro	Fertl. Uniã/Solorrico
1972	Química	Liquid Houston Natural Gas	Estrangeiro Priv.	--
1973	Engebasa	Engebasa	Nacional Priv.	--
1974	Hidromar	Hidromar	Nacional	--
1975	Petrocoque Bunge	Petroquisa	Est. Federal	--
1975	Fertilizantes Bunge	Bunge	Estrangeiro	IAP/INDAG
1977	Fertilizantes	Bunge	Estrangeiro	Manah
1977	IFC	Fertiza	Estrangeiro	Aubos Trevo
1989	AGA	Linde Gas	Estrangeiro Priv.	--
1994	Brastubo B.O.C.	Brastubo	Nacional	--
1999	Gases	B.O.C. Gas	Estrangeiro Priv.	--
2001	Dufer	Cosipa	Nacional	--

Fonte: Couto (2003) e CIESP - Cubatão

Anexo Ih- Participação dos produtos fabricados em Cubatão na produção nacional (2007)

Produtos	(%)	Produtos	(%)
Fertilizantes		Química	
Ácido Fosfórico	30	Ácido Benzóico Tec.	70
Ácido Nítrico	54	Escamas	65
Ácido Sulfúrico	16	Ácido Clorídrico	20
Amônia Anidra	14	Ácido Fluossilpícico	13
		Argônio Líquido/Grael	70
DAP - Fosfato de Amônio	100	Benzoato de Sódio Granulado	70
MAP - Fosfato Mono-Amônico	26	Benzoato de Sódio Moído	77
Nitrato de Amônio	100	Cloreto de Amônio	20
Nitrato de Amônio (baixa densidade)	100	Cloro	40
Formulação NPK	3	Descalcinante	70
		Dipropileno Glic. de Benzoato	61
Sulfato de Amônio	80	Hipoclorito de Sódio Nitrogênio	10
Petroquímica		Líquido/Grael	3
Coque de Petróleo	40	Oxigênio Líquido/Grael	7
Coque de Petróleo Calcinado	54	Polietileno de Baixa Densidade	28
Etil Benzeno	22	Soda Cáustica Anidra	93
Gás Natural	6	Tripolifosfato de Sódio	32
Gasolina	12	Siderurgia	26
Gasolina de Aviação	100	Chapas e Bobinas a Frio	47
GLP	7	Chapas e Bobinas a Quente	23
Hexano	85	Placas	2
Monômero de Estireno	20	Outros	1
Óleo Diesel	15	Cimento Portland III	
Solventes Aromáticos	10	Papel	
Negro de Fumo	46		

Fonte: Ciesp/Cubatão (2007)

Serviços:

Anexo Sa – Serviços Totais (%)

Município	1960			1970			1980		
	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas
Cubatão	4,3	3,3	1,6	5,1	3,1	3,3	6,4	12,2	11,6
Guaruja	3,1	2,7	1,4	9,0	7,0	4,4	12,6	9,6	7,3
Itanhaém	1,6	1,4	0,7	2,0	1,6	1,2	3,4	2,0	1,4
Mongaguá	0,4	0,2	0,1	1,1	0,5	0,3	1,3	0,6	0,6
Peruíbe	0,3	0,1	0,1	1,0	0,5	0,3	2,3	1,2	0,9
Praia Grande	-	-	-	4,9	3,5	2,6	7,6	5,1	4,0
Santos	79,2	85,9	93,1	66,8	77,4	83,3	53,4	61,1	69,2
São Vicente	11,2	6,5	3,1	10,1	6,5	4,6	13,0	8,2	5,0
RMBS *	3.330	12.277	5.003,8	4.768	17.276	335,3	7.792	36.712	19.549,5
RMBS (%)	5,0	7,8	11,2	4,9	6,3	7,1	4,3	4,6	3,9
Estado*	66.406	157.818	44.528,7	97.891	274.435	4.749,6	182.390	801.642	507.510,1

Fonte: Censos Econômicos 1960, 1970 e 1980

* Valores em Cr\$ milhões

Anexo Sb – Serviços de Alimentação e Alojamento

Município	1960			1970			1980		
	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas
Cubatão	6,1	5,1	5,2	7,0	4,9	7,0	9,0	11,8	15,9
Guaruja	4,9	6,1	5,4	11,6	13,5	9,1	16,2	16,0	14,7
Itanhaém	2,5	2,6	2,6	2,9	3,1	2,7	4,6	3,5	2,9
Mongaguá	0,7	0,6	0,2	2,0	1,0	0,7	1,9	1,3	1,6
Peruíbe	0,5	0,3	0,3	1,7	1,1	0,6	3,5	2,4	1,6
Praia Grande	-	-	-	8,2	7,9	6,0	10,0	7,9	6,4
Santos	70,3	73,3	75,8	56,0	59,7	65,8	38,7	44,9	46,6
São Vicente	15,1	12,0	10,5	10,7	8,9	8,0	16,1	12,2	10,2
RMBS *	1.463	4.285	1.102,8	2.119	6.282	131,4	3.263	11.623	5.923,2
RMBS (%)	2,2	2,7	2,5	5,6	6,9	7,3	4,5	5,4	5,8
Estado*	66.406	157.818	44.528,7	37.638	90.701	1.796,8	71.820	216.136	102.959,4

Fonte: Censos Econômicos 1960, 1970 e 1980

* Valores em Cr\$ milhões

Anexo Sc – Serviços Total 1980 – 1985

Município	1980			1985		
	Estab.	Empr.	Vendas	Estab.	Empr.	Vendas
Cubatão	5,3	12,1	12,2	4,3	5,3	5,1
Guaruja	11,9	9,8	7,1	10,9	7,8	10,5
Itanhaém	3,5	2,0	1,3	3,0	1,2	0,6
Mongaguá	1,4	0,6	0,6	1,5	0,5	0,2
Peruíbe	2,0	1,3	0,9	2,3	0,8	0,4
Praia Grande	8,0	4,9	4,0	7,9	3,2	1,7
Santos	56,0	61,6	69,3	49,3	65,7	72,3
São Vicente	11,9	7,6	4,6	20,8	15,4	9,0
RMBS *	5.701	34.249	18,0	6.401	52.269	2.764,8
RMBS (%)	4,4	4,6	4,0	5,0	6,1	7,0
Estado*	130.372	740.312	444,6	127.339	852.324	39.640,7

Fonte: Censos Econômicos 1980 e 1985

* Valores em Cr\$ bilhões

Anexo Sd – Serviços Totais – Trabalho Formal

Município	1985		1990		1995		2000	
	Estab.	Empr.	Estab.	Empr.	Estab.	Empr.	Estab.	Empr.
Bertioga	-	-	-	-	1,0	0,9	2,1	2,1
Cubatão	3,3	9,8	3,7	7,6	2,6	6,2	2,6	6,0
Guaruja	11,7	9,2	15,4	11,6	15,1	12,3	14,5	13,1
Itanhaém	2,2	2,2	2,1	2,8	1,6	2,1	2,0	2,3
Mongaguá	0,9	0,6	1,1	0,6	1,2	0,9	1,5	0,9
Peruíbe	1,3	0,8	1,7	1,1	1,4	1,1	1,7	1,5
Praia Grande	7,8	4,1	7,1	2,5	10,7	6,2	13,3	7,4
Santos	63,7	64,5	60,1	67,0	57,2	61,9	53,1	56,0
São Vicente	9,1	8,8	8,8	6,8	9,0	8,4	9,1	10,7
RMBS	7.870	125.526	8.043	121.313	13.594	144.607	16.310	155.131

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho

Anexo Se - Participação e Estrutura no Valor Adicionado dos Serviços -RMBS

Setor	total R\$ 2001	% Estado	% interior	estrutura
Serviços	2.779.809.883	3,0	10,7	100
Serv. Agricultura	2.283.592	0,9	1,2	0,1
Serv. Técnicos às Empresas	151.263.829	1,4	10,2	5,4
Ativ. Imobiliárias	237.532.719	5,8	12,3	8,5
Serv. Aux. às Empresas	151.652.186	0,9	4,4	5,5
Transporte	1.266.049.939	8,6	20,9	45,5
Telecomunicações	16.280.943	0,2	4,1	0,6
Correio	23.259.835	3,5	17,4	0,8
Ativ. Informática	35.930.982	0,6	4,5	1,3
Ativ. Lazer/Cultura	153.133.307	6,1	19,4	5,5
Alojamento	50.798.468	6,6	12,6	1,8
Alimentação	157.997.565	3,4	8,4	5,7
Saúde	233.543.314	2,6	9,1	8,4
Educação Formal	131.730.386	1,8	4,1	4,7
Educação Não Formal	24.179.675	2,6	6,8	0,9
Limp. Urbana/Esgoto	30.259.501	5,5	15,8	1,1
Serviços Pessoais, Ativ. Assistenciais e Coletivas e Outros	113.913.642	2,6	5,9	4,1

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep 2001.